



INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS CERES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

DIVINO PEREIRA MARQUES

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E O TRABALHO:
PERSPECTIVAS DE EMANCIPAÇÃO DE JOVENS TRABALHADORES DA ÁREA
AGROPECUÁRIA NO INSTITUTO FEDERAL GOIANO – CAMPUS CERES

CERES – GO

2025

DIVINO PEREIRA MARQUES

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E O TRABALHO:
PERSPECTIVAS DE EMANCIPAÇÃO DE JOVENS TRABALHADORES DA ÁREA
AGROPECUÁRIA NO INSTITUTO FEDERAL GOIANO – CAMPUS CERES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Ceres do Instituto Federal Goiano, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza

Linha de pesquisa: Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em Educação Profissional e Tecnológica.

CERES - GO

2025

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema Integrado de Bibliotecas do IF Goiano - SIBi**

Pereira Marques, Divino

M357 A Educação Profissional e Tecnológica e o Trabalho:
perspectivas de emancipação de jovens trabalhadores da área
agropecuária no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres /
Divino Pereira Marques. Ceres - Goiás 2025.

151f. il.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza.

Dissertação (Mestre) - Instituto Federal Goiano, curso de
0333244 - Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica (Campus Ceres).

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Emancipação. 3.
Trabalho. I. Título.

RESUMO

Essa dissertação foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, objetivando apreender as perspectivas de emancipação de jovens trabalhadores da área agropecuária no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres relativas à Educação Profissional e Tecnológica e o Trabalho. Quanto ao método selecionado para a pesquisa, optou-se pelo estudo de caso e alicerçou-se numa abordagem de natureza qualitativa, mediante levantamento bibliográfico, seleção, coleta e análise de documentos oficiais da instituição investigada e a aplicação do questionário da pesquisa. A amostra da pesquisa foi definida por 20 estudantes matriculados na 3ª série do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, os quais participaram do público para a investigação. A coleta de dados foi complementada com o instrumento do questionário semiestruturado e análise documental, permitindo uma rica compreensão dos desdobramentos relacionados ao percurso formativo da EPT, especialmente no curso técnico de agropecuária integrado ao ensino médio. A pesquisa buscou explorar como a formação na área da agropecuária atende às perspectivas de emancipação dos jovens trabalhadores, considerando os anseios de profissão e carreira desses sujeitos. A análise dos dados foi mediante a leitura e análise sucessiva dos dados bibliográficos e do conteúdo do questionário; confrontação de informações recorrentes e análise de conteúdo, ou seja, serão coletadas as opiniões dos sujeitos participantes e estas serão analisadas e tratadas à luz da teoria de Bardin (2016). Os resultados indicam que os estudantes do curso técnico em agropecuária acreditam que a carreira estabelecida por meio desta formação possibilita a autonomia, pois esses sujeitos estão capacitados e aptos a serem inseridos no mundo do trabalho. O Produto Educacional denominado: “Memorial de Formação: experiências formativas dos jovens trabalhadores da área agropecuária” expresso no formato de cartilha, desenvolvido a partir desta pesquisa, apresenta relatos acerca da trajetória dos estudantes no percurso formativo do curso, buscando a motivação de outros jovens a se interessarem pelo curso e para aqueles alunos inseridos nessa formação. O produto foi apresentado e validado por estudantes da terceira série do curso de agropecuária. Os dados da pesquisa indicam que esta formação proporciona as competências exigidas para a área da agropecuária, além de exercer um papel fundamental na transformação social na vida dos jovens na conquista da autonomia. Os dados da pesquisa evidenciam que a proposta da formação em EPT não se resume a qualificar o trabalhador, pensando apenas em competências, saberes e habilidades de cunho técnico. Essa educação busca promover um ensino pautado nas diversas dimensões formativas do ser humano, colocando os valores humanistas como fundamentais, tanto para o exercício profissional quanto para o exercício da cidadania. As memórias dos estudantes demonstram que o IF Goiano - Campus Ceres é muito mais que uma escola - é uma instituição comprometida com a formação integral e humanizada dos seus alunos, proporcionando a conquista da emancipação.

Palavras chave: Educação profissional e tecnológica. Emancipação. Trabalho.

ABSTRACT

This dissertation was developed in the Postgraduate Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), offered by the Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, aiming to understand the perspectives of emancipation of young workers in the agricultural area at the Instituto Federal Goiano – Campus Ceres regarding Professional and Technological Education and Work. As for the method selected for the research, the case study was chosen and was based on a qualitative approach, through bibliographical survey, selection, collection and analysis of official documents of the investigated institution and the application of the research questionnaire. The research sample was defined by 20 students enrolled in the 3rd year of the Technical Course in Agriculture Integrated to High School, who participated in the public for the investigation. Data collection was complemented with the instrument of the semi-structured questionnaire and documentary analysis, allowing a rich understanding of the developments related to the formative path of EPT, especially in the technical course in agriculture integrated to high school. The research sought to explore how training in the agricultural area meets the prospects for emancipation of young workers, considering the professional and career aspirations of these individuals. Data analysis was carried out through the reading and successive analysis of bibliographic data and the content of the questionnaire; comparison of recurring information and content analysis, that is, the opinions of the participating individuals will be collected and analyzed and treated in light of Bardin's theory (2016). The results indicate that students of the technical course in agriculture believe that the career established through this training allows for autonomy, as these individuals are qualified and able to be inserted into the world of work. The Educational Product Training Memorial: training experiences of young workers in the agricultural sector in the form of a booklet, developed based on this research, presents reports on the students' journey through the course's training path, seeking to motivate other young people to become interested in the course and for those students enrolled in this training. The product was presented and validated by third-year students of the agricultural course. The research data indicate that this training provides the skills required for the agricultural sector, in addition to playing a fundamental role in the social transformation in the lives of young people in achieving autonomy. The research data show that the proposal for EPT training is not limited to qualifying the worker, thinking only about technical skills, knowledge and abilities. This education seeks to promote teaching based on the various formative dimensions of the human being, placing humanist values as fundamental, both for professional practice and for the exercise of citizenship. The students' memories demonstrate that IF Goiano - Campus Ceres is much more than a school - it is an institution committed to the comprehensive and humanized education of its students, enabling the achievement of emancipation.

Keywords: Emancipation. Professional and Technological Education. Work.

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, aos meus pais, que foram e sempre serão meu maior exemplo de força, humildade e dedicação. A eles, que me ensinaram o valor do esforço, da honestidade e do estudo, e que nunca mediram sacrifícios para que eu pudesse chegar até aqui. Seu amor incondicional e suas orações silenciosas me acompanharam em cada passo desta caminhada.

A Deus, por me fortalecer nos dias difíceis, iluminar meus caminhos e me conceder sabedoria para não desistir diante dos desafios.

À minha esposa, por sua paciência, companheirismo e incentivo constantes durante toda esta jornada.

E ao meu filho, que me inspira a ser alguém melhor a cada dia, e por quem vale a pena todo o esforço. Que este trabalho seja também um símbolo do que podemos alcançar com dedicação e esperança.

E aos amigos de trabalho, pelo companheirismo, pelas conversas que aliviaram os dias difíceis e pelas palavras de incentivo que, muitas vezes, chegaram na hora certa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter guiado meus passos, sustentado minha fé e me dado forças nos momentos mais desafiadores desta jornada.

Aos meus pais, por todo o amor, apoio incondicional e pelos valores que me transmitiram, os quais foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui.

À minha esposa, Fernanda, por sua paciência, compreensão, incentivo constante e presença firme ao meu lado, mesmo nos momentos mais difíceis. Seu apoio foi essencial em cada etapa deste percurso.

Ao meu filho Davi, que é fonte de inspiração diária e a razão do meu esforço por um futuro melhor.

Aos meus amigos de trabalho, pelo companheirismo, pelas palavras de encorajamento e pela ajuda nos momentos em que conciliar as responsabilidades foi um grande desafio.

Aos colegas de mestrado, pelo convívio enriquecedor, pelas trocas de experiências e pelo apoio mútuo ao longo do curso.

Ao Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, pela oportunidade, estrutura e suporte para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu orientador, Professor Doutor José Carlos Moreira Souza, pela orientação segura, dedicação, paciência e confiança no meu trabalho. Sua contribuição foi decisiva para a realização desta dissertação.

Aos membros da banca de qualificação e defesa — Professora Doutora Sangelita Miranda Franco Mariano, Professora Doutora Glacie Regina Rosa e Professor Doutor Egídio Rodrigues Martins — pelas contribuições valiosas, sugestões pertinentes e pela leitura atenta do meu trabalho.

E, em especial, aos estudantes do IF Goiano – Campus Ceres que participaram da pesquisa, pela generosidade em compartilhar suas experiências e por tornarem este estudo possível.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista, minha mais sincera gratidão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo da EPT no Brasil.....	26
Figura 2 - Vista aérea do IF Goiano – Campus Ceres.....	28
Figura 3 - Mapa da região de Ceres.....	29
Figura 4 - Etapas da Análise de Conteúdo de Bardin.....	46
Figura 5 - Apresentação do Produto Educacional.....	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Idade dos estudantes.....	50
Gráfico 2 - Sexo dos estudantes.....	51
Gráfico 3 - Cor/raça dos estudantes.....	52
Gráfico 4 - Quantidade de membros da família.....	53
Gráfico 5 - Renda per capta da família.....	54
Gráfico 6 - Área que desperta interesse dentro da agropecuária.....	65
Gráfico 7 - Os conhecimentos adquiridos no curso podem ser aplicados em sua futura carreira?.....	83
Gráfico 8 - A formação técnica em agropecuária proporciona a conquista da emancipação?....	85
Gráfico 9 - Você vê/vislumbra a formação técnica em agropecuária como um meio para alcançar a emancipação pessoal, seja no aspecto da autonomia financeira ou intelectual?.....	87
Gráfico 10 - Sexo dos estudantes.....	105
Gráfico 11 - Cor/raça dos estudantes.....	106
Gráfico 12 - Esse produto educacional pode despertar o interesse dos jovens do ensino fundamental pelo curso técnico em agropecuária?.....	110
Gráfico 13 - Esse produto educacional pode motivar os alunos a continuar no curso?.....	111
Gráfico 14 - De modo geral, como você avalia o produto?.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trajetória e experiência dos estudantes antes do ingresso no curso.....	56
Quadro 2 - O principal motivo que o levou a escolher o curso técnico em agropecuária.....	59
Quadro 3 - Possui alguma conexão/relação pessoal ou familiar com a área agropecuária e se esta influenciou sua escolha.....	63
Quadro 4 - Qual importância exercida pela área da agropecuária na sociedade e na economia local?.....	67
Quadro 5 - Indique as habilidades e conhecimentos que você esperava/almejava adquirir/alcançar ao escolher esse curso, foram atendidos?.....	69
Quadro 6 - Você acredita que a agropecuária desempenha um papel na promoção da sustentabilidade ambiental? Se sim, como?.....	72
Quadro 7 - Como o curso técnico em agropecuária influenciou suas visões sobre a produção de alimentos, o manejo de animais e na gestão de propriedades rurais?.....	75
Quadro 8 - Em sua opinião, como a tecnologia pode contribuir para o avanço da agropecuária? Você vê oportunidades de integrar tecnologia em sua futura carreira?.....	78
Quadro 9 - Que impacto positivo você acredita que a agropecuária pode ter nas comunidades rurais?.....	81
Quadro 10 - Liste os três valores e/ou princípios que você considera mais importantes para orientar sua prática profissional.....	89
Quadro 11 - Em sua opinião, quais as habilidades e os conhecimentos adquiridos ao longo do curso técnico são essenciais para se tornar uma pessoa emancipada?.....	91
Quadro 12 - Em sua opinião, como as tendências atuais que buscam por alimentos orgânicos e sustentáveis, podem influenciar em sua escolha/carreira na área da agropecuária?.....	94
Quadro 13 - Você pretende fazer cursos adicionais, participar de workshops ou buscar uma formação acadêmica mais avançada?.....	96
Quadro 14 - Em sua opinião, qual é o principal desafio que certamente enfrentará ao ingressar no mundo do trabalho na área da agropecuária? Como pretende superá-lo?.....	99

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEP	Conselho de Ética e Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONEP	Conselho Nacional de Ética e Pesquisa
EAFCE	Escola Agrotécnica Federal de Ceres
EMI	Ensino Médio Integrado
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FACER	Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba
FIC	Formação Inicial e Continuada
DF	Distrito Federal
DICEI	Diretoria de Currículos e Educação Integral
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFs	Institutos Federais
IF Goiano	Instituto Federal Goiano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
LDB	Lei de diretrizes e Bases da Educação
PE	Produto Educacional
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROFEP	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
SEB	Sistema Educacional Brasileiro
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TAE	Técnico Administrativo em Educação
UNIP	Universidade Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1.1 Educação e Trabalho: fundamentos para a formação e transformação social dos jovens trabalhadores	19
1.2 Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: entre a formação integral e a lógica utilitarista	22
1.3 O Instituto Federal Goiano - Campus Ceres: trajetória institucional e potencial formativo	28
1.4 Formação Crítica e Emancipação: A Educação Profissional e Tecnológica como instrumento de leitura de mundo para os jovens trabalhadores	33
1.5 Trabalho e Formação Humana: dimensão ontológica e pedagógica na construção do sujeito	37
2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	41
2.1 O <i>locus</i> da pesquisa	41
2.2 Os participantes da pesquisa	41
2.3 Tipologia da pesquisa	42
2.4 Técnicas e instrumentos de coleta de dados	43
2.5 Aspectos éticos e formais da pesquisa	44
2.6 Produto Educacional	47
3 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	48
3.1 Resultados da revisão bibliográfica	48
3.2 Resultados da análise documental	48
3.3 Resultado da aplicação do questionário aos estudantes	49
4 PRODUTO EDUCACIONAL	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE A – CAPÍTULO DE E-BOOK	125
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA ESTUDANTES	137
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	142
ANEXO A – DECLARAÇÃO DE ACEITE DO CAPÍTULO PARA E-BOOK	143
ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DO REITOR DO IF GOIANO	144
ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DO REITOR DO IF GOIANO	145
ANEXO D – AUTORIZAÇÃO DO DIRETOR GERAL DO CAMPUS CERES	146
ANEXO E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	147

APRESENTAÇÃO

Meu nome é Divino Pereira Marques, filho de Vanderli Teodoro Marques e Margarida Pereira da Silva Marques. Sou casado com Fernanda Ferreira Leão Marques e pai de Davi Leão Marques. Minha família representa o que há de mais importante em minha vida. Toda a minha trajetória tem sido dedicada a essas pessoas tão queridas, e agradeço imensamente a Deus por tê-los presentes em minha vida.

Nasci em Ceres – Goiás, cidade onde resido desde a infância. Quando criança, o que eu mais gostava era de jogar bola e pescar; passei boa parte da infância fazendo isso. Por outro lado, nos estudos sempre tive facilidade para aprender e costumava me sair muito bem nas avaliações.

Após concluir o ensino médio, enfrentei certa dificuldade para conseguir emprego em minha cidade e também para dar continuidade aos estudos em nível superior — neste caso, devido à situação financeira da família. Assim, aos 21 anos, em 2003, fui para Goiânia em busca de trabalho, com o objetivo de ingressar em um curso superior. Nessa mesma época, consegui um trabalho como vendedor.

Aos 22 anos, em 2004, ingressei no ensino superior, iniciando o curso de Administração de Empresas na Faculdade Padrão, em Goiânia. Concluí quatro períodos nessa instituição. Em 2006, voltei para a cidade de Ceres e dei continuidade ao curso até sua conclusão, em 2008, na Faculdade FACER.

No ano de 2009, resolvi prestar concurso para o IBGE e fui aprovado. Em 2010, comecei a trabalhar na instituição como supervisor, em um emprego temporário com duração de um ano. Durante esse período, foi interessante atuar como servidor público, o que me motivou a concorrer ao concurso para Administrador no Ministério da Saúde, em Brasília. Fiz a prova e fui aprovado novamente. Nesse intervalo, também prestei concurso para o IF Goiano – Campus Ceres.

No início de 2011, fui para Brasília e comecei a trabalhar no Ministério da Saúde. Nesse mesmo período, fui nomeado no concurso do IF Goiano, para o cargo de Assistente em Administração. Fiquei em dúvida se deveria deixar o cargo de Administrador para assumir o de assistente. Por fim, decidi voltar para Ceres e ingressei no IF Goiano em 4 de abril de 2011. Na minha trajetória na instituição, atuei na Secretaria, no Setor de Compras e no Almoxarifado. Durante esse tempo, sempre observei muitos jovens estudando na instituição. Em algumas ocasiões, cheguei a imaginar quais seriam os objetivos deles, pois há alunos de diversas cidades,

algumas bem distantes. Houve momentos em que pensei que estivessem fazendo algo parecido com o que eu fiz quando era mais novo.

No ano de 2012, com o objetivo de me qualificar ainda mais nos estudos, ingressei no curso de pós-graduação lato sensu em Administração de Recursos Humanos pela Universidade Paulista – UNIP. Já em 2013, surgiu uma nova oportunidade: um concurso para o IF Goiano, com uma vaga para o cargo de Administrador. Aproveitei a chance, me inscrevi e fui aprovado novamente. Assim, em 5 de setembro de 2013, iniciei no cargo de Administrador, função que exerço até os dias atuais.

Em 2023, tive a alegria de ingressar no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), também no IF Goiano – Campus Ceres. Foi uma grande conquista conquistar uma vaga no mestrado. Logo nos primeiros dias de aula, os professores solicitaram a definição de uma temática para o desenvolvimento da pesquisa. Imediatamente, pensei em algo relacionado aos alunos do curso de Agropecuária. Surgiu, então, a ideia de estudar as perspectivas de emancipação desses jovens, com foco na conquista da autonomia por meio da carreira na agropecuária.

Sinto-me profundamente grato por atuar em um ambiente tão rico em diversidade e aprendizado. Em 2025, celebro com orgulho 14 anos de dedicação ao IF Goiano – Campus Ceres. Fazer parte dessa instituição é motivo de grande satisfação. Cada dia representa uma nova oportunidade de crescimento, troca de experiências e contribuição para a formação dos estudantes. Sou eternamente grato por todas as vivências que marcaram minha trajetória até aqui.

INTRODUÇÃO

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT) foi criada por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Segundo a referida lei, essa rede de educação é instituída no âmbito do Sistema Federal de Ensino e é composta, atualmente, pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais (IFs); pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; pelas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e pelo Colégio Pedro II. Os IFs são, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), instituições pluricurriculares, com atuação em diferentes modalidades de ensino, desde a educação básica até a pós-graduação.

Essa Rede Federal busca promover uma formação integral, que articule ensino, pesquisa e extensão, voltada ao desenvolvimento humano e à emancipação. Inserido nesse contexto, o Instituto Federal Goiano – Campus Ceres exerce um papel importante como agente formador, especialmente por meio de cursos como o Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, que tem potencial para transformar a realidade de jovens trabalhadores do campo, oferecendo-lhes possibilidades concretas para o exercício da cidadania e da qualificação profissional. Nesse sentido, é importante destacar como a formação em agropecuária contribui para o desenvolvimento pessoal, profissional e social desses sujeitos (Pacheco, 2010).

A presente pesquisa foi desenvolvida na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, localizado na cidade de Ceres-GO. Trata-se de uma investigação que parte da premissa de que a EPT, alicerçada em princípios como a omnilateralidade e o trabalho, pode ser um caminho para a emancipação da juventude trabalhadora, indo além do ensino de competências técnicas, para abranger também dimensões éticas, sociais e políticas da formação humana.

Na condição de servidor da Rede Federal de Educação e entusiasta da educação integral, acredito que a EPT, ofertada pelo IF Goiano – Campus Ceres, tem potencial para transformar a vida dos jovens trabalhadores que estudam na instituição, especialmente os alunos do curso técnico em agropecuária. Pela limitada exploração teórico-metodológica dessa temática em sua relação com a EPT e considerando a atuação como servidor técnico-administrativo nesta instituição, emergiu a motivação para desenvolver uma pesquisa capaz de apreender as pretensões de carreira e profissão dos estudantes do curso de agropecuária.

Nesse sentido, a pesquisa surge da necessidade de abrir espaço para a escuta ativa dos jovens estudantes do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio no IF Goiano – Campus Ceres. Ouvir suas vivências, motivações e expectativas permite compreender melhor quem são esses jovens e o que esperam da formação recebida. Ao evidenciar as trajetórias dos sujeitos, o estudo contribui para valorizar suas histórias e propor caminhos mais sensíveis e coerentes com a realidade da juventude do campo, muitas vezes esquecida nos debates educacionais.

A investigação alinha-se aos objetivos da política educacional brasileira para a EPT, conforme expressos na Lei nº 11.892/2008, ao questionar se a formação ofertada realmente contribui para a autonomia e emancipação dos jovens estudantes. Trata-se, portanto, de um estudo que pode subsidiar gestores, docentes e formuladores de políticas na reflexão sobre a efetividade das ações institucionais voltadas à educação profissional e tecnológica.

O desenvolvimento da pesquisa pautou-se nos preceitos da EPT e na centralidade do trabalho. Trata-se de um estudo que propõe contribuir com o debate teórico sobre a relação entre educação, trabalho e emancipação, à luz de autores como Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Marise Ramos, Dermeval Saviani, entre outros.

Durante o percurso do estudo, foram coletadas informações por meio de questionários, com o intuito de se obter resultados coerentes com os objetivos da pesquisa - inclusive para verificar se tais objetivos foram ou não alcançados. A partir dos dados, foi produzido um Produto Educacional no formato de Memorial de Formação. Este recurso pedagógico, concebido como uma cartilha, documenta as experiências formativas dos estudantes e visa ampliar a visibilidade de suas vivências. Pode, ainda, servir como material motivador para outros jovens ingressarem no curso técnico, bem como para aqueles que já o frequentam se sentirem incentivados a concluí-lo, fortalecendo, assim, os objetivos da EPT e ampliando o alcance das ações formativas do IF Goiano – Campus Ceres.

O objeto de estudo delimitado nesta pesquisa é: “A educação profissional tecnológica e o trabalho: perspectivas de emancipação de jovens trabalhadores da área agropecuária no IF Goiano – Campus Ceres”. A relação entre educação e emancipação, aqui tratada, mostra-se relevante, pois dialoga com uma das linhas de pesquisa do programa de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Ademais, esse é um aspecto intrínseco ao percurso formativo proposto pela EPT, conforme a Lei nº 11.892, que define como objetivo dessa modalidade de ensino “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão”.

O objetivo geral da pesquisa é apreender a perspectiva de emancipação de jovens trabalhadores da área agropecuária no IF Goiano – Campus Ceres. Já os objetivos específicos são: i) identificar as motivações dos sujeitos participantes da pesquisa quanto à escolha do percurso formativo na EPT, sobretudo no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio; ii) Identificar as perspectivas de atuação e carreira profissional dos sujeitos selecionados para a investigação; iii) Verificar os anseios dos estudantes durante o percurso formativo na EPT; iv) Elaborar um Memorial de Formação como Produto Educacional que expresse as experiências formativas dos estudantes participantes da pesquisa, em formato de cartilha.

No que se refere ao problema de pesquisa, a questão fundante é: O percurso formativo selecionado contribui, de fato, para a emancipação de jovens trabalhadores da área agropecuária no IF Goiano – Campus Ceres?

Diante disso, levanta-se a seguinte hipótese: o percurso formativo na EPT, ofertado pelo IF Goiano – Campus Ceres, contribui para a emancipação dos jovens trabalhadores da área agropecuária? Essa pesquisa possibilita a veiculação das experiências estudantis dos alunos do curso de Agropecuária durante sua trajetória na EPT, bem como seus anseios relativos à emancipação. Visa evidenciar suas perspectivas de carreira profissional, considerando as competências e habilidades adquiridas ao longo do curso. Afinal, a EPT, por meio dos cursos técnicos, tem como objetivo preparar o sujeito para o mundo do trabalho, possibilitando o exercício da cidadania e a conquista de sua autonomia e emancipação (Brasil, 2025). Ressalta-se, ainda, que o PPC do curso de Agropecuária enfatiza a formação técnica articulada aos conhecimentos da educação básica de nível médio.

A efetivação deste estudo representa uma oportunidade para que a comunidade acadêmica conheça questões relacionadas ao desenvolvimento social por meio da EPT e do trabalho, possibilitando práticas e políticas que contribuam para melhorar a vida dos estudantes. Além disso, por ter sido desenvolvido por um servidor Técnico-Administrativo em Educação, o estudo pode oferecer uma contribuição teórico-metodológica ao campus investigado, ao mesmo tempo em que fomenta a carreira profissional do autor, mediante o amadurecimento intelectual proporcionado pelo curso, sobretudo no que diz respeito aos conceitos de EPT e omnilateralidade. Assim, esta pesquisa apresenta características que certamente contribuirão positivamente para a instituição. Tal amadurecimento pode ser apreendido nos tópicos, conceitos e categorias discutidos neste estudo, direcionados à compreensão do objeto da investigação.

Por fim, apresenta-se a estrutura da dissertação, organizada em cinco seções. A primeira seção discute a educação e o trabalho como recursos de transformação social na vida dos jovens.

Nela, são articuladas reflexões sobre a relação entre educação, trabalho e juventude, abordando os desafios enfrentados pelos jovens na transição para a vida adulta. Destaca-se a importância de uma educação omnilateral e humanizadora, com o trabalho como princípio educativo e elemento central da formação integral. Também se apresenta um panorama histórico da EPT no Brasil, desde suas origens no século XIX até sua institucionalização com os Institutos Federais, em 2008.

A segunda seção descreve a metodologia utilizada, indicando o lócus da pesquisa, os participantes, a tipologia adotada e os instrumentos de coleta de dados. A terceira seção apresenta os resultados dos dados coletados, confrontando-os com a literatura sobre a temática.

A quarta seção expõe o Produto Educacional – Memorial de Formação: experiências formativas dos jovens trabalhadores da área agropecuária do IF Goiano – Campus Ceres. Como contribuição adicional, apresenta o ensaio acadêmico intitulado Educação e o mundo do trabalho sob influência do neoliberalismo: estratégias do capital na mercantilização do processo de ensino-aprendizagem, aceito para compor um *e-book* da área da EPT. Essa produção teórica foi desenvolvida durante o mestrado, em coautoria com o orientador e dois professores do programa (Apêndice A).

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresenta-se o referencial teórico desta pesquisa, cujo foco é promover um diálogo teórico-metodológico entre as seguintes categorias de análise: educação, trabalho e emancipação, especialmente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ofertada pelo IF Goiano – Campus Ceres. A partir das contribuições de autores como Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Dermeval Saviani, Marise Ramos, entre outros, busca-se compreender como a formação técnica em agropecuária pode ir além da simples qualificação profissional, promovendo o desenvolvimento integral dos jovens trabalhadores. A intenção é lançar luz sobre o papel da EPT na construção de uma educação omnilateral, que considere as dimensões humanas, sociais e culturais do processo educativo e que ofereça possibilidades concretas de apropriação de habilidades profissionais e sociais, sobretudo no campo da emancipação e autonomia dos sujeitos, em especial daqueles oriundos do meio rural ou agrícola, mobilizados nesta investigação.

1.1 Educação e Trabalho: fundamentos para a formação e transformação social dos jovens trabalhadores

Os jovens deste tempo contemporâneo enfrentam um período de espera carregado de tensões e contradições, no qual o dinamismo cultural e social se entrelaça com desafios existenciais e expectativas conflitantes. Além disso, esses sujeitos encontram-se em um paradoxo entre expectativas e realidades, onde cada momento é permeado por tensões latentes e contradições profundas.

A juventude, conforme Rocha (2006), compreende a faixa etária entre 15 e 24 anos, correspondendo a aproximadamente 17% da população brasileira, o que equivale a cerca de 34 milhões de indivíduos, segundo dados da Agência Brasil referentes ao primeiro trimestre de 2024. Esses jovens, em transição para a vida adulta e que buscam no aprendizado uma forma de independência, enfrentam uma jornada repleta de obstáculos, mas também de oportunidades singulares. Nessa perspectiva, a educação não apenas proporciona conhecimento acadêmico, como também se configura como instrumento relevante para o avanço da sociedade.

Muitos jovens de famílias de baixa renda veem na educação a chance de alcançar a independência financeira e superar a pobreza. Para esses sujeitos, a busca pelo aprendizado possibilita o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e sociais importantes para a vida. Desse modo, a educação oferece novas perspectivas, permitindo-lhes desafiar limites pessoais e culturais e enriquecer suas identidades e visões de mundo. Contudo, o caminho para a

emancipação por meio da educação é marcado por desafios diversos, como limitações financeiras, acesso restrito à educação de qualidade e obstáculos pessoais. Para esses jovens, portanto, perseverança e determinação são essenciais para conquistar um futuro melhor e alcançar a autonomia.

Nesse contexto, Moura (2007) compreende o ser humano como um sujeito com influência histórica e social, capaz de transformar a realidade. Nosella (2012), por sua vez, destaca a educação e a cultura como peças fundamentais para a construção de valores como solidariedade e igualdade, na perspectiva de uma sociedade mais justa e fraterna, na qual a escola assume papel social determinante no processo de emancipação. No entendimento de Mészáros (2008), a educação, sob a ótica da luta emancipatória, deve restabelecer as ligações há muito esquecidas entre educação e trabalho. Ele afirma, metaforicamente: “Diga-me onde está o trabalho e o tipo de sociedade, e eu lhe direi onde está a educação”. Em uma sociedade capitalista, a educação e o emprego estão condicionados à lógica do capital. Em contrapartida, em uma sociedade em que o trabalho é universal — ou seja, onde todos são trabalhadores —, somente então a educação também será universalizada.

A Educação deve ser pautada em valores como igualdade, justiça, solidariedade e tolerância, com o objetivo de formar sujeitos conscientes de seu papel social e comprometidos com a construção de uma sociedade justa e igualitária. Nesse sentido, Ciavatta (2014) defende que a formação humana deve contemplar todas as suas dimensões, estendendo-se para uma educação omnilateral, humanista e científica, voltada ao pleno desenvolvimento do sujeito.

Assim, a educação não pode restringir-se ao ensino de competências; deve ir além das necessidades imediatas do indivíduo e promover sua formação como sujeito racional, consciente e atuante em uma sociedade democrática. Nesse contexto, Tonet (2007) afirma que a educação voltada para a emancipação humana deve oferecer uma formação integral, por meio da qual o indivíduo tenha acesso a bens materiais e espirituais indispensáveis à sua autoconstrução como ser humano pleno. Essa formação deve ser orientada por princípios e, além disso, encontrar caminhos alternativos à lógica de gestão do capital.

Ademais, é possível afirmar que a educação tem papel central tanto na emancipação quanto na integração do sujeito ao mundo do trabalho. Educação e trabalho estão profundamente conectados, visto que a primeira prepara as pessoas para o exercício profissional e influencia o crescimento ao longo da vida. Ao tratar dessas duas categorias, evidencia-se que elas expressam, ao mesmo tempo, um fato existencial e um princípio pedagógico.

Do ponto de vista existencial, destaca-se a relação histórica entre trabalho e educação, presente ao longo de toda a trajetória humana. Desde os primórdios, essas duas dimensões

coexistem: enquanto o trabalho garante a sobrevivência, também molda a personalidade, os valores, os hábitos e as culturas. Como princípio pedagógico, o trabalho assume papel de fundamento da educação, sendo tema recorrente na pedagogia contemporânea e eixo central da teoria educacional marxista, especialmente a partir da Revolução Industrial e dos movimentos socialistas (Nosella, 2007). Nesse contexto, compreende-se que as expressões “trabalho” e “educação” desempenham papel central nas discussões educacionais, sendo fundamentais para o ensino.

Segundo Ciavatta (2009), o trabalho, como princípio educativo, assume caráter formativo no processo educacional. Essa perspectiva aponta para uma educação humanizadora, que desenvolve concepções e princípios do sujeito de forma integral. Trata-se de um projeto pedagógico inserido no campo do materialismo histórico-dialético, em que o trabalho promove tanto os meios de subsistência quanto os aspectos culturais e formativos. Assim, esse tipo de ensino fortalece a formação omnilateral, alcançando todas as dimensões do ser humano.

Partindo desse pressuposto, a relação entre educação e trabalho é percebida em duas ações sociais fundamentais à vida em sociedade: o consumo e a formação das novas gerações. Toda sociedade sobrevive porque consome e, para isso, organiza o trabalho e estabelece suas formas de produção. Ao mesmo tempo, cada geração se responsabiliza por educar a geração seguinte, transmitindo saberes e experiências. Frigotto (2015) afirma que essas duas dimensões — produzir e educar — não são atividades isoladas, mas ações sociais essenciais que sustentam a vida coletiva. O trabalho garante a produção dos bens necessários à sobrevivência, enquanto a educação assegura a continuidade da cultura e do conhecimento entre as gerações. Em outras palavras, não existe sociedade sem que as pessoas trabalhem para produzir o que consomem, nem sem que eduquem os mais jovens para darem continuidade ao seu legado.

Quanto ao trabalho, é importante destacar sua contribuição para os princípios de formação e educação. Esses princípios decorrem do fato de que todos os seres humanos pertencem à natureza e necessitam se alimentar, proteger-se e garantir sua sobrevivência. Por isso, é essencial que, desde cedo, as pessoas sejam socializadas com a ideia de que o trabalho é uma tarefa comum a todos, evitando a formação de grupos que se apropriem do trabalho alheio e vivam às custas dele (Frigotto, 2006). A educação, portanto, deve contribuir para formar sujeitos conscientes dessa realidade, inserindo o trabalho como princípio organizador da formação humana desde a infância. A partir desse contexto, Frigotto (2015, p. 229) afirma:

Na relação entre educação escolar e trabalho, cabe notar de imediato que resulta de um processo histórico, que se define claramente na constituição do modo de produção capitalista. Este rompe com as formas de trabalho escravo e servil e com as ideias dominantes do clero e da nobreza, mas não elimina as classes sociais. Pelo contrário, funda uma nova sociedade de classes com outra relação, agora entre quem é dono de

propriedade privada e capital para gerar mais capital, e aqueles que são duplamente “livres”, não são escravos nem servos, mas a única propriedade de que dispõem é a sua força física e intelectual para ser negociada, em troca de um salário no mercado.

Conforme a reflexão de Frigotto, a relação entre educação e trabalho está enraizada no surgimento do capitalismo, que transforma as formas de produção e as relações sociais. Mesmo rompendo com o trabalho escravo e servil, esse sistema mantém a desigualdade ao criar uma nova divisão entre quem detém o capital e quem possui apenas sua força de trabalho. A escola, nesse cenário, passa a exercer um papel estratégico na formação da mão de obra necessária para sustentar essa lógica. Segundo Saviani (2007, p. 158), a educação e o trabalho passaram por uma mudança expressiva com a disseminação do modo de produção capitalista:

[...] a sociedade capitalista ou burguesa, ao constituir a economia de mercado, isto é, a produção para a troca, inverteu os termos próprios da sociedade feudal. Nesta, dominava a economia de subsistência. Produzia-se para atender às necessidades de consumo, e só residualmente, na medida em que a produção excedesse em certo grau as necessidades de consumo, podia ocorrer algum tipo de troca. Mas o avanço das forças produtivas, ainda sob as relações feudais, intensificou o desenvolvimento da economia medieval, provocando a geração sistemática de excedentes e ativando o comércio. Esse processo desembocou na organização da produção especificamente voltada para a troca, dando origem à sociedade capitalista. Nessa nova forma social, inversamente ao que ocorria na sociedade feudal, é a troca que determina o consumo. Por isso esse tipo de sociedade é também chamado de sociedade de mercado.

Desse modo, a sociedade capitalista inverteu a lógica da sociedade feudal. Antes, produzia-se para consumir; agora, consome-se porque é preciso trocar. A produção deixa de ser voltada às necessidades e passa a servir ao mercado, onde o consumo é guiado pela lógica da troca e do lucro. Isso representa uma mudança profunda na forma como a sociedade se organiza economicamente.

Conforme Ciavatta (2009), os meios de produção existentes operam dentro do sistema capitalista. Esse sistema é mantido pela apropriação do tempo de trabalho do trabalhador pelo empresário, que é o detentor dos meios de produção. O salário recebido pelo trabalhador não corresponde integralmente ao tempo de trabalho despendido; parte desse valor é apropriada pelo empregador. Nesse sentido, na sociedade capitalista, o trabalho continua sendo central, mas está organizado de forma desigual. O trabalhador vende sua força de trabalho, enquanto o empresário lucra com parte do tempo que ele dedica à produção. Assim, o sistema se sustenta pela apropriação privada do esforço coletivo.

1.2 Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: entre a formação integral e a lógica utilitarista

Conforme descrito no Parecer nº 16/99-CEB/CNE, o primeiro registro de interesse do governo brasileiro pela profissionalização data de 1809, quando o Príncipe Regente, futuro D.

João VI, instituiu o Colégio das Fábricas, logo após o cancelamento da proibição das atividades das indústrias manufatureiras em território brasileiro. Posteriormente, em 1816, foi proposta a criação de uma Escola de Belas Artes, com o objetivo de articular o ensino das ciências e do desenho aos ofícios mecânicos. Décadas mais tarde, em 1861, foi organizado, por meio de Decreto Real, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, cujos certificados conferiam prioridade no preenchimento de cargos públicos nas Secretarias de Estado.

A partir da década de 1840, foram criadas dez Casas de Educandos e Artífices nas capitais de província, sendo a primeira delas em Belém do Pará, voltada ao acolhimento de menores abandonados, com o objetivo de “amenizar a criminalidade e a vagabundagem”. Posteriormente, um Decreto Imperial de 1854 instituiu abrigos para esses menores, denominados Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, onde eles aprendiam as primeiras letras e, em seguida, eram encaminhados para oficinas públicas e particulares por meio de contratos fiscalizados pelo Juizado de Órfãos (Parecer nº 16/99-CEB/CNE).

Na segunda metade do século XIX, foram criadas diversas sociedades civis com a finalidade de “amparar crianças órfãs e abandonadas”, oferecendo instrução teórica e prática por meio do ensino industrial. Entre essas instituições, destacaram-se os Liceus de Artes e Ofícios, como os do Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886) (Parecer nº 16/99-CEB/CNE).

No início do século XX, o ensino profissional manteve, basicamente, o caráter assistencial do período anterior, voltado aos menos favorecidos socialmente — os “órfãos e desvalidos da sorte”. A novidade foi o início de um esforço do poder público para organizar a formação profissional, deslocando o foco da assistência a menores abandonados para a preparação de operários qualificados (Parecer nº 16/99-CEB/CNE). Nesse sentido, “em 1906, o ensino profissional passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, com o objetivo de consolidar uma política de incentivo à preparação de ofícios nos três ramos da economia” (Moura, 2007, p. 6).

Na primeira década do século XX, especificamente em 1909, durante o governo do presidente Nilo Peçanha, foi criado, por meio do Decreto nº 7.566/1909, o sistema das Escolas de Aprendizes Artífices, uma rede de escolas de educação profissional presente em diversos estados brasileiros. O decreto fazia referência ao crescimento populacional das cidades e à necessidade de formar os filhos do proletariado para o exercício de profissões. No entanto, havia pouca clareza sobre o funcionamento dessas escolas: não havia regulamentos definidos quanto à duração dos cursos e, em muitos casos, os próprios diretores eram responsáveis por formular as diretrizes de cada curso (Nascimento; Santos, 2022).

A criação dessas escolas representou uma iniciativa importante para a formação profissional no Brasil do início do século XX, especialmente voltada aos filhos da classe trabalhadora urbana. Apesar da relevância social e da rápida expansão das unidades, o projeto ainda era marcado por falta de estrutura e de diretrizes claras, deixando grande parte da organização a cargo dos diretores. Isso revela, por um lado, o interesse do Estado em atender às demandas do mercado de trabalho e, por outro, a improvisação presente nas políticas públicas da época.

A manutenção das escolas ficou sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio¹, órgão encarregado das questões relacionadas à educação profissional não superior. No início de 1910, já estavam em funcionamento dezenove escolas, inauguradas entre 1º de janeiro e 1º de setembro do mesmo ano. Essas instituições tornaram-se responsáveis pela formação de operários e contramestres, com ensino prático e técnico voltado a menores interessados em aprender um ofício (Cunha, 2000).

Em 1911, foi criado um regulamento com o objetivo de preencher as lacunas deixadas pelo decreto de criação dessas escolas. Nesse regulamento, o aprendizado nas oficinas era fixado em quatro anos e a idade mínima para ingresso nos cursos era de 12 anos. Permitia-se a contratação de professores adjuntos nos cursos primários e de desenho, caso a frequência ultrapassasse 50 alunos, e, quando a frequência superasse 30 alunos, era autorizada a contratação de ajudantes para os mestres de oficina (Santos, 2019).

Para a compreensão do objeto desta discussão, faz-se necessária uma análise do percurso histórico. A história da educação registra que, em 1927, a Educação Profissional passou a ser obrigatória nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União (Brasil, 2023). Posteriormente, na década de 1930, a educação brasileira passou a ser organizada de forma dual, estabelecendo percursos educativos distintos para os filhos da elite e para os da classe trabalhadora. Essa diferenciação era perceptível desde os anos iniciais da escolarização no curso primário, que tinha duração de quatro anos (Moura, 2007). É importante destacar que essa dualidade educacional, apontada por Moura (2007) no século XX, apresenta fortes semelhanças com a realidade atual, pois ainda persiste nos dias de hoje.

Nas décadas de 1930 e 1940, ocorreram grandes mudanças políticas e econômicas na sociedade brasileira, as quais resultaram em profundas consequências para a educação (Moura, 2007). Nesse contexto de transformações, Moura (2007, p. 7) destaca que:

¹ A palavra "comércio" era escrita como "commercio". Esta era uma forma de escrever com a letra "c" antes da reforma ortográfica de 1915.

[...] em 1930, foi criado o primeiro ministério no âmbito da educação - Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1931, foi criado o Conselho Nacional de Educação e efetivada uma reforma educacional. Desta época, destacam-se os Decretos Federais nº 19.890/31 e nº 21.241/32, que regulamentaram a organização do ensino secundário e o de nº 20.158/31, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador.

A partir desse discurso, Cunha (2000) faz uma avaliação pertinente do período e observa que, na década de 1930, especificamente em 13 de janeiro de 1937, com a promulgação da Lei nº 378, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em Novos Liceus, com o objetivo de promover o ensino profissional em todos os ramos e graus no país. No mesmo ano, conforme estabelecido na Constituição Federal vigente à época, a educação profissional e tecnológica passou a ser caracterizada como educação profissional e industrial.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na espera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (Constituição Federal, 1937, art. 129, p. 84).

Nessa transformação, enfatizou-se o dever do Estado e definiu-se que as indústrias e os sindicatos econômicos seriam responsáveis pela criação de escolas de aprendizes, dentro de suas respectivas especialidades (Brasil, 2023).

Nesse período da história, Moura (2007) destaca que houve um processo de industrialização e modernização das relações de trabalho na sociedade brasileira, o que exigiu uma atuação mais efetiva das camadas dirigentes em relação à educação nacional. Diante disso, diversos decretos foram promulgados com o objetivo de normatizar a organização da educação.

Este conjunto de decretos ficou conhecido como as Leis Orgânicas da Educação Nacional – a Reforma Capanema, em função do então ministro da educação, Gustavo Capanema. Os 9 principais decretos foram os seguintes: Decreto nº 4.244/42 – Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto nº 4.073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto nº 6.141/43 – Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto Nº 8.529/46 – Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto nº 8.530/46 – Lei Orgânica do Ensino Normal e; Decreto nº 9.613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Além disso, o Decreto-lei 4.048/1942 - cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, que deu origem ao que hoje se conhece como Sistema “S” (Moura, 2007, p. 8-9)

No ano de 1942, o Decreto-Lei nº 4.127 instituiu a organização da rede federal de instituições de ensino industrial por meio das escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem, o que marcou o fim dos Liceus Industriais (Brasil, 2023). Neste recorte do estudo, observa-se que a educação profissional no Brasil passou por diversas transformações ao longo dos anos. Em cada período histórico, foram necessárias adaptações para acompanhar as demandas do mercado de trabalho e as necessidades da população em relação às profissões.

Ademais, houve uma constante evolução na forma de organização e regulamentação dessa modalidade de ensino, culminando, nos dias atuais, na consolidação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, representada pelos Institutos Federais de Educação.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ocorreu em 2008, por meio da institucionalização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Frigotto, 2018). A constituição dos Institutos Federais resulta da “relação da formação profissional e tecnológica com a educação básica e de nível médio, e com a reiteração de programas mais de adestramento do que de formação, que acompanham a nossa história social e educacional” (Frigotto, 2018, p. 126). A criação dessas instituições representa um avanço importante na tentativa de integrar a formação profissional e tecnológica à educação básica e de nível médio. No entanto, é necessário reconhecer que essa trajetória ainda carrega marcas históricas de uma educação voltada mais para o adestramento do que para uma formação crítica e integral. Essa proposta de ensino tem como objetivo a promoção de uma educação omnilateral que, segundo Ciavatta (2014), é voltada para a formação humana em todas as suas dimensões, com o intuito de formar o ser humano em sua integridade física, mental, cultural, política, científica e tecnológica.

Figura 1- Linha do tempo da EPT no Brasil

1909		Escolas de Aprendizes e Artífices	Decreto n. 7.566
1937		Liceus Industriais	Lei n. 378
1942		Escolas Industriais e Técnicas (EIT's)	Lei n. 4127
1959		Escolas Técnicas Federais (ETF's)	Lei n. 3.552
1978		Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet's)	Lei n. 6.545
2008		Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e dos Institutos Federais	Lei n. 11.892

Fonte: Elaboração do autor com informações do portal do IF Rio Grande do Sul (2025), disponível em: <https://memoria.ifrs.edu.br/historia-do-ifrs/a-educacao-profissional-e-tecnologica/>

A Rede Federal de Educação tornou-se responsável pela oferta dos cursos em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996, essa é uma modalidade de ensino que tem por

finalidade preparar o indivíduo para o exercício de profissões e contribuir para sua inserção e atuação no mundo do trabalho e na vida em sociedade. A EPT pode colaborar com esse processo, pois trata-se de uma modalidade de educação voltada ao desenvolvimento do sujeito por meio de uma formação omnilateral, que busca a emancipação humana, contribuindo para que o indivíduo possa exercer plenamente sua cidadania na sociedade em que vive.

A Educação Profissional e Tecnológica é voltada especialmente para a classe trabalhadora, ou seja, para aquela parcela da sociedade que vive do trabalho. É importante destacar que o trabalho, em seu sentido ontológico, possui um caráter essencialmente transitório e transformador. Em sua essência, ele é uma relação do ser humano com a natureza — tanto orgânica quanto inorgânica. No que se refere à natureza orgânica, o trabalho se caracteriza pela ação humana consciente e transformadora. Assim, vale ressaltar que o ser humano é um ser biológico e social, e essa condição faz com que o trabalho seja entendido como um fenômeno originário do ser social (Antunes, 1999). Em outra perspectiva, observa-se que o trabalho não é apenas um ato pontual ou decisório, mas sim um processo contínuo, que se efetiva ao longo do tempo e está sempre em busca de novas alternativas (Antunes, 1999). Além de ser uma característica fundamental do ser humano, o trabalho é um processo histórico e temporal, constantemente em desenvolvimento, que se adapta e se reinventa diante das transformações sociais.

A história do trabalho humano, todavia, efetivou-se até o presente, como mostra Marx, sob a cisão do gênero humano em classes sociais – do *tripalium* das sociedades escravocratas até a atual forma de trabalho alienado sob o capitalismo. Embora a revolução capitalista engendre, como assinalamos, um caráter ‘civilizatório’ em relação aos modos de produção pré-capitalistas, trata-se de um avanço restrito e relativo, pois mantém a divisão dos seres humanos em classes sociais antagônicas: aqueles que detêm a propriedade privada do capital (propriedade de meios e instrumentos de produção com o fim de gerar lucro) e aqueles que, para se reproduzirem e manterem suas vidas e a de seus filhos, precisam ir ao mercado e vender sua força de trabalho, recebendo em troca uma remuneração ou salário (Frigotto, 2006, p. 247)

A reflexão do autor nos convida a pensar sobre a dinâmica fundamental do trabalho na sociedade capitalista, em que a maioria das pessoas precisa vender sua força de trabalho em troca de um salário. Trata-se de uma relação que, embora muitas vezes naturalizada, carrega um peso significativo: o tempo, a energia e as habilidades de um indivíduo são convertidos em uma quantia de dinheiro que nem sempre reflete o valor real do que foi entregue. Nesse contexto, existe uma dimensão silenciosa nessa troca — um esforço constante para garantir a própria subsistência e a da família, em meio às exigências do mercado.

1.3 O Instituto Federal Goiano - Campus Ceres: trajetória institucional e potencial formativo

O Instituto Federal Goiano – Campus Ceres foi criado em 1993, por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. À época, a instituição era denominada Escola Agrotécnica Federal de Ceres. Inicialmente, a instituição era voltada à oferta de cursos na área de Ciências Agrárias, e, ao final da década de 2000, passou a oferecer também cursos nas áreas de Informática e Meio Ambiente. Em 2008, com a integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde e de Urutaí, “a unidade foi transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passando a integrar a Instituição como Campus Ceres” (IF Goiano, 2018, p. 24). Vale destacar que a Lei nº 11.892/2008 transformou os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), as Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), as Escolas Agrotécnicas e as Escolas Técnicas Federais nos atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, compondo a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, hoje espalhada por todo o Brasil. Para ilustrar, apresentamos a seguir uma imagem do IF Goiano – Campus Ceres.

Figura 2 - Vista aérea do IF Goiano – Campus Ceres



Fonte: Ascom/IF Goiano, 2025

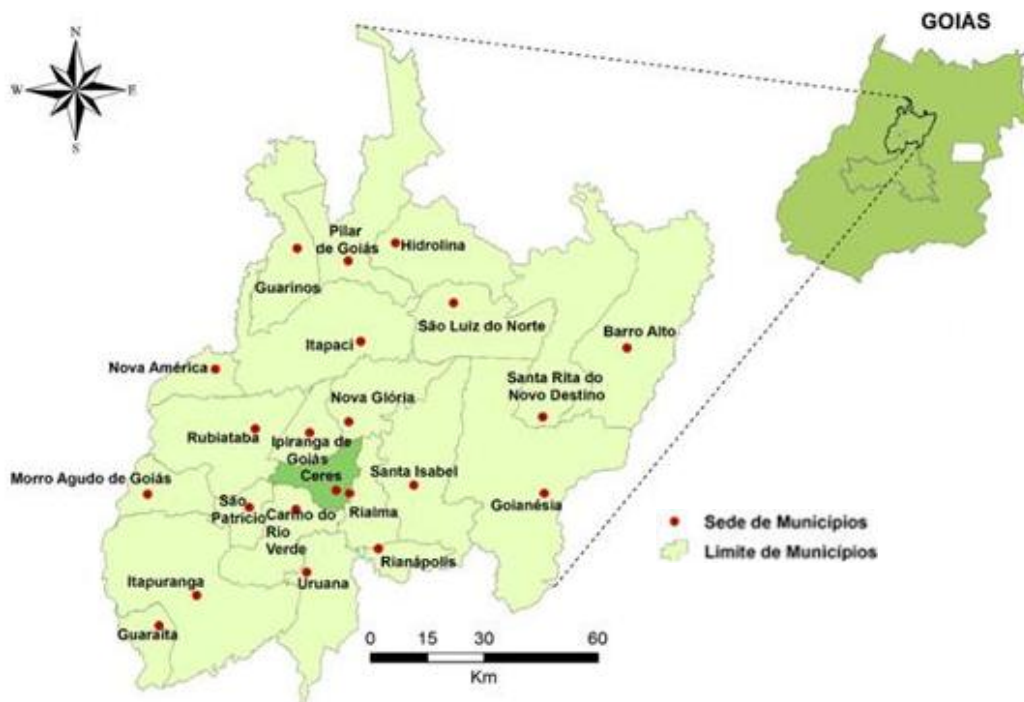
O IF Goiano é uma autarquia federal com autonomia administrativa, financeira, patrimonial e pedagógica, sendo equivalente às universidades federais. A instituição é administrada pela Reitoria, localizada em Goiânia, capital do Estado de Goiás, e atualmente possui uma estrutura que abrange nove campi: Campos Belos, Ceres, Cristalina, Iporá,

Morrinhos, Posse, Rio Verde, Trindade e Urutaí; três campi avançados: Catalão, Hidrolândia e Ipameri; além do Polo de Inovação de Rio Verde (IF Goiano, 2018).

A instituição está situada em Ceres, cidade que tem sua origem na década de 1940, com a fundação da então Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), parte das políticas expansionistas de Getúlio Vargas. Posteriormente, Ceres foi emancipada em 1953 e, nas décadas seguintes, especializou-se em um setor econômico distinto daquele previsto no projeto original da Colônia (Castilho, 2012). Localizada às margens do Rio das Almas, a cidade foi planejada com ruas largas e uma região central delimitada pela Praça Cívica, que conecta as principais vias urbanas e reúne os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário municipais (IF Goiano, 2018). Segundo estimativas do IBGE, atualmente Ceres conta com cerca de 22.484 habitantes. A Figura 3 contextualiza a região em que o Campus está inserido.

Além disso, o município de Ceres (GO), devido à sua localização geográfica — com acesso à rodovia GO-154 e proximidade da BR-153 — e por ser um polo comercial, educacional e de saúde com um diversificado setor de prestação de serviços, possui uma infraestrutura rodoviária que facilita o acesso de alunos oriundos de vários municípios goianos.

Figura 3 - Mapa da região de Ceres



Fonte: Freitas; Sobrinho, (2022)

A unidade de Ceres oferece cursos técnicos nas áreas de Recursos Naturais (Agropecuária), Informática e Comunicação (Informática e Informática para Internet), Gestão e Negócios (Administração) e Ambiente e Saúde (Meio Ambiente). Três desses cursos são

oferecidos de forma integrada ao ensino médio. Na graduação, são ofertados os bacharelados em Agronomia, Sistemas de Informação e Zootecnia, e as licenciaturas em Ciências Biológicas e Química, sendo quatro desses cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação, com nota 4, em uma escala de 1 a 5. A partir de 2015, iniciou-se a oferta da Pós-Graduação em Irrigação no Cerrado, atualmente em nível de Mestrado Profissional, e, em 2017, da Especialização no Ensino de Ciências da Natureza e Educação Matemática (IF Goiano, 2018). Vale destacar que, em 2020, teve início, no campus, o Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, também em nível de pós-graduação. Atualmente, a unidade conta, ainda, com o curso de Pós-Graduação em Formação de Professores para a Educação Básica.

A instituição disponibiliza cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), por meio do Programa Mulheres Mil e da qualificação profissional da Rede Certific. De acordo com o PDI 2019–2023, os cursos FIC têm como objetivo principal a capacitação, qualificação e aperfeiçoamento de trabalhadores, independentemente do nível de escolaridade, conforme as demandas da realidade local e regional. O Programa Mulheres Mil, que oferta cursos FIC, tem como foco a capacitação profissional e tecnológica de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Já a qualificação profissional da Rede Certific é voltada para o atendimento e certificação de trabalhadores que buscam o reconhecimento formal de conhecimentos, saberes e competências profissionais adquiridos ao longo da vida e da experiência laboral.

Por outro lado, o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, objeto deste estudo, é destinado a estudantes egressos do ensino fundamental que desejam adquirir conhecimentos na área agropecuária enquanto cursam o ensino médio. Esse curso está estruturado de forma integrada, o que propõe um currículo que abrange tanto os conhecimentos gerais quanto os técnicos, instituindo um programa de formação mais amplo e conferindo ao estudante a capacidade de atuar como agente transformador da realidade (IF Goiano, 2016).

No que se refere ao ensino médio integrado, Ramos (2008, p. 12) destaca que

[...] ao mesmo tempo, o ensino técnico é uma experiência na qual os jovens, ao se relacionarem com a técnica e a tecnologia – ciência materializada em força produtiva – apreendem o significado formativo do trabalho, não no sentido moralizante que sustentou as políticas educacionais no início no século XX, mas sob o princípio ontológico de que a plena formação humana só pode ser alcançada à medida que o ser desenvolve suas capacidades de decisão e ação sustentadas pela unidade entre trabalho intelectual e manual.

Conforme a abordagem de Marise Ramos, a integração entre o ensino médio e o técnico se fundamenta na ideia de que a formação deve ir além da capacitação técnica. Dessa maneira, a educação integrada ao trabalho possibilita aos estudantes compreender a dimensão produtiva da ciência e da tecnologia, proporcionando um aprendizado que transcende o mero treinamento

e contribui para a formação crítica e cidadã do jovem. Nesse entendimento, Frigotto, Ramos e Ciavatta (2005) defendem que a integração do ensino médio ao ensino técnico é uma exigência social e histórica do momento atual, sendo essencial para que a educação tecnológica seja acessível aos filhos dos trabalhadores.

Desse modo, o ensino técnico integrado não é apenas um meio de qualificação para o mercado, mas uma experiência formativa que prepara o indivíduo para o exercício da cidadania, valorizando tanto a capacidade técnica quanto o entendimento crítico das estruturas sociais que determinam as formas de produção e trabalho. Ainda nessa perspectiva, Ramos (2008) acrescenta que não se propõe uma formação profissional que substitua a formação geral, mas sim uma educação profissional que capacite jovens e adultos a adquirir conhecimentos que lhes permitam ingressar de forma digna no mundo do trabalho.

Nessa linha, Simões (2007, p. 84) expressa que

O ensino técnico articulado com o ensino médio, preferencialmente integrado, representa para a juventude uma possibilidade que não só colabora na sua questão da sobrevivência econômica e inserção social, como também uma proposta educacional, que na integração de campos do saber, torna-se fundamental para os jovens na perspectiva de seu desenvolvimento pessoal e na transformação da realidade social que está inserido. A relação e integração da teoria e prática, do trabalho manual e intelectual, da cultura técnica e a cultura geral, interiorização e objetivação vão representar um avanço conceitual e a materialização de uma proposta pedagógica avançada em direção à politécnica como configuração da educação média de uma sociedade pós-capitalista.

Conforme a reflexão de Simões, a integração entre a educação técnica e o ensino médio vai além de uma simples oportunidade de inserção no mercado de trabalho; trata-se de uma abordagem educativa que valoriza a formação integral do jovem, combinando conhecimentos teóricos e práticos, técnicos e humanos. Essa articulação amplia a compreensão de mundo dos estudantes, promove seu desenvolvimento pessoal e os prepara para agir de forma consciente na transformação da realidade em que vivem, direcionando-os para uma educação mais crítica e emancipadora.

Reforçando esse entendimento sobre o Ensino Médio Integrado (EMI), Ramos (2008, p. 3–4) salienta que a formação integral proporciona a

[...] formação omnilateral dos sujeitos, pois implica a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço produtivo; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade [...] mas o trabalho adquire também um sentido econômico, como forma histórica das relações sociais sob um modo de produção específico. Nas sociedades capitalistas a forma hegemônica do trabalho se dá pela venda e compra da força de trabalho, regulada contratualmente na forma de emprego. Esse sentido

estrutura as práticas de profissionalização, de formação profissional como preparação para o exercício do trabalho.

A partir desse contexto, o Curso Técnico em Agropecuária visa preparar profissionais técnicos agrícolas qualificados para o exercício profissional e para o pleno exercício da cidadania, com conhecimentos e competências para atuar como agentes ativos no domínio da agricultura e da pecuária, considerando os aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e o contexto ambiental. Além disso, o curso proporcionará aos alunos conhecimentos práticos no setor agrícola, com uma visão integrada e domínio de técnicas e tecnologias básicas, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, uma vez que essas técnicas, além de eficazes e econômicas, devem também considerar as dimensões ambientais e éticas (IF Goiano, 2016).

Sob outra perspectiva, ao mencionar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), é importante destacar que essa modalidade de ensino passou por diferentes transições ao longo da história e dispõe de uma vasta legislação que regula os cursos técnicos de nível médio. Assim, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio foi elaborado em conformidade com as leis que regem a oferta de cursos técnicos dessa modalidade. A seguir, apresenta-se a relação de normativas, leis, decretos e resoluções vinculadas ao curso investigado e que foram utilizadas no tratamento dos dados coletados, a saber:

- i) Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- ii) Portaria nº 870, de 16 de julho de 2008, que aprova o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.
- iii) Resolução nº 4, de 6 de junho de 2012, que dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.
- iv) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- v) Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelecem as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências.
- v) Decreto nº 5.840, de 14 de julho de 2006, que institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA e dá outras providências.
- vi) Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- vii) Parecer nº 16, de 05 de outubro de 1999, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico
- viii) Parecer CNE/CEB nº 39/2004 que trata da aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.
- ix) Parecer CNE/CEB nº 15/1998 que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
- x) Resolução nº 001/2016, de 18 de janeiro, referente às alterações no Regulamento dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal Goiano.

xi) Regimento interno do Campus Ceres que dispõe sobre a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, com o objetivo de complementar e normatizar as disposições estatutárias (IF Goiano, 2016, p. 2-3).

Ainda em relação ao Campus Ceres, destaca-se como principal diferencial a infraestrutura disponível aos estudantes e à comunidade em geral. A instituição oferece residências estudantis para alunos dos cursos técnicos e de graduação, com mais de 200 vagas distribuídas em cinco prédios diferentes. Conta também com um restaurante estudantil, com capacidade para mais de 900 refeições diárias. A assistência à saúde é assegurada a todos os estudantes por meio de uma equipe multiprofissional composta por enfermeira, médico, odontóloga e psicóloga. A estrutura esportiva inclui um parque desportivo equipado com pista de atletismo, quadra de areia, quadra poliesportiva, além de um ginásio poliesportivo e um laboratório de musculação. A biblioteca, aberta à comunidade, conta com mais de 600 títulos, abrangendo obras técnicas, científicas e literárias (IF Goiano, 2018).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019–2023), a infraestrutura da unidade inclui o Laboratório de Solos, certificado com selo de excelência pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Esse laboratório atende às atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de fornecer serviços de análise de solos para produtores rurais da região. Outro destaque é o Centro de Equoterapia, mantido com apoio de parcerias, que desenvolve um trabalho reconhecido de reabilitação e desenvolvimento psicossocial de pessoas com deficiência ou necessidades especiais. O centro é reconhecido pelo Ministério da Saúde e pela Associação Nacional de Equoterapia (Ande Brasil), atendendo cerca de 90 pacientes por semana. No final de 2018, foi inaugurado o auditório da unidade, um espaço multifuncional, com capacidade para mais de 750 pessoas, sendo atualmente o maior espaço público da região para a realização de eventos em toda a mesorregião.

1.4 Formação Crítica e Emancipação: A Educação Profissional e Tecnológica como instrumento de leitura de mundo para os jovens trabalhadores

O termo latino *emancipare* possui o mesmo significado em português, espanhol e italiano. No entendimento de Ciavatta (2014), não há ambiguidade em sua acepção estrita: emancipar é tornar-se livre, libertar-se ou alcançar a independência. A emancipação, dessa forma, pressupõe que o indivíduo seja o sujeito artífice de seu próprio agir, libertando-se em todos os aspectos de sua vida. Nessa mesma perspectiva, Tonet (2005) evidencia que a emancipação humana — ou seja, uma forma de convívio na qual os homens sejam efetivamente livres — exige a eliminação

do capital e de todas as suas estruturas. Sem essa erradicação, é impossível a formação de uma verdadeira comunidade humana. Essa eliminação não significa, de forma alguma, o simples aprimoramento da cidadania, mas sim a superação plena de suas limitações dentro do sistema capitalista.

A cidadania é parte integrante do que Marx (2010, p. 54) denomina como emancipação política “A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral.” Nesse sentido, Marx (2010) afirma que a cidadania está situada na dimensão da emancipação política, e que o poder político é estruturado para a opressão de uma classe sobre outra. O autor ainda observa que há uma distância imensa entre o homem e o cidadão, assim como entre a vida humana e a política. Tonet (2005) complementa esse raciocínio ao afirmar que o ato que institui a emancipação política é a venda da força de trabalho, enquanto o ato que origina a emancipação humana é o trabalho associado. Assim, o autor destaca que:

[...] este ato pode ser definido, de início, como uma forma de relações que os homens estabelecem entre si na produção econômica, onde as forças individuais são postas em comum e permanecem sempre sob o controle comum. Como consequência, os homens detêm o controle consciente da integralidade do processo de trabalho. É isto que torna o trabalho uma atividade efetivamente livre. No entanto, este ato de trabalho – associado – exige, para sua efetivação, duas condições. Primeira: um grande desenvolvimento das forças produtivas, que possam produzir bens suficientes para atender as necessidades de todos. Segunda: a diminuição do tempo de trabalho, de modo a que os homens possam dedicar-se a atividades mais propriamente humanas. Tais condições são o resultado do próprio capitalismo, embora se apresentem de maneira deformada e desumanizadora sob o capital (Tonet, 2005, p. 2).

Desse modo, Tonet (2005) ressalta que essa forma de trabalho associado é a única capaz de impedir a propriedade privada das forças sociais e, conseqüentemente, eliminar o capital, as classes sociais, a divisão social do trabalho, o mercado e todas as pretensões democráticas. Essa forma, é a única que pode permitir a criação de uma verdadeira comunidade humana, ou seja, de uma comunidade onde todos possam ter acesso amplo a todas as objetivações – materiais e espirituais – que instituem o patrimônio da humanidade; onde poderão desenvolver amplas suas capacidades; onde se encontrarão em uma relação de cooperação efetiva uns com os outros, e não de oposição e competição.

Neste cenário, os seres humanos atingirão o ponto mais alto de sua evolução. E, ao contrário da emancipação política, trata-se de um patamar que torna o processo de humanização muito mais avançado. Só então se poderá dizer que os homens são realmente livres. Isso não significa que serão completamente ou totalmente livres, mas que alcançarão o máximo de autodeterminação possível enquanto seres humanos. No entanto, é importante destacar: a

emancipação humana não é inevitável. Trata-se apenas de uma possibilidade. Não se sabe se será realizada ou não — tudo dependerá da luta dos próprios homens (Tonet, 2005).

A emancipação não é “apenas um conceito, mas, principalmente, um produto possível da práxis humana; é na história dos sujeitos, dos grupos e das classes sociais que seus elementos de realização podem ser compreendidos” (Ciavatta, 2014, p. 83). A autora afirma que o entendimento histórico da emancipação está ligado à perspectiva de totalidade social, compreendida como a articulação entre o indivíduo trabalhador e sua possível condição de emancipação. Nesse sentido, Ciavatta (2014) reforça que a totalidade social construída não se refere a uma simples racionalização ou modelo explicativo, mas sim a um conjunto de relações dinâmicas que emergem das ações dos atores sociais. O conceito de “totalidade social” não é apenas uma abstração teórica, mas possui referências históricas, materiais, sociais, morais e emocionais, que correspondem às relações que constituem uma totalidade concreta e particular.

No âmbito da educação, a emancipação pressupõe a formação humana em seus múltiplos aspectos — aquilo que nos constitui enquanto seres humanos (Ciavatta, 2014). Nesse sentido, a emancipação, em suas vertentes de origem, articula-se, nos termos de Marx (2007), à educação politécnica; para Gramsci (1981), à educação omnilateral; e, no Decreto nº 5.154/2004, à formação integrada, a qual une os conhecimentos gerais da educação básica aos da educação profissional, disponibilizando fundamentos científicos e tecnológicos que contribuam para uma leitura crítica do mundo em que os jovens trabalhadores vivem e atuarão.

Na compreensão de Mészáros (2008), a educação, sob a perspectiva da luta emancipatória, só pode restabelecer ligações há muito esquecidas entre educação e trabalho, como se dissesse: “Diga-me onde está o trabalho e o tipo de sociedade, e eu lhe direi onde está a educação”. Em uma sociedade capitalista, educação e emprego estão condicionados a essa dinâmica. Por outro lado, em uma sociedade onde o trabalho é universal — ou seja, em que todos se tornam trabalhadores —, somente então a educação será universalizada.

Desse modo, pode-se refletir sobre a educação não como um mero instrumento de adaptação ao mercado de trabalho, mas como um elemento central na luta pela emancipação social e política. Mészáros (2008) reconhece a importância de reconectar a educação ao trabalho, identificando que ambos são interdependentes e que a transformação das formas de organização do trabalho é essencial para a transformação da sociedade.

Na perspectiva de Azevedo e Shigunov (2001), a emancipação é compreendida como um processo que envolve o uso da razão crítica e suas manifestações em ações sociais, culturais e esportivas, concebidas e impulsionadas pela educação. Ao provocar a autorreflexão, essa prática pode proporcionar aos estudantes um estado de maior liberdade e consciência de seus

interesses autênticos, configurando-se como um processo de libertação das situações que impedem o uso da razão crítica e a participação plena na vida social, cultural e educativa.

Assim, a emancipação torna-se admissível quando os agentes sociais reconhecem a origem e as causas da dominação e da alienação, sendo, portanto, um caminho possível para a superação dessas condições.

Nesse sentido, Martineli e Mileski (2017) afirmam que a emancipação dos agentes sociais se estabelece quando estes reconhecem a origem e os determinantes da dominação, da alienação e da coerção autoimposta. O estudante, como sujeito do processo de ensino, pode ser capacitado, no entendimento crítico-emancipatório, para participar da vida em sociedade - nas dimensões cultural e esportiva — desenvolvendo a capacidade de ação funcional, de conhecer, reconhecer e problematizar percepções e definições da realidade por meio da reflexão crítica.

No entendimento de Kunz (2004, p. 32), “maioridade ou emancipação devem ser colocadas como tarefa fundamental da educação. Isso implica, principalmente, num processo de esclarecimento racional e se estabelece num processo comunicativo”. O autor, com base em Kant, compreende que o esclarecimento é o ponto de partida para a emancipação, representando a libertação do ser humano de sua condição de menoridade intelectual voluntária. Corroborando com essa temática, Marx (2010, p. 54) contribui ao destacar que

[...] a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma de força política.

A verdadeira emancipação humana ocorre quando o indivíduo deixa de se perceber como separado do coletivo, reconhecendo suas próprias capacidades como parte da força social. Trata-se da superação da divisão entre o “homem privado” e o “cidadão abstrato”, fundindo vida pessoal, trabalho e relações sociais com a consciência de pertencimento coletivo.

A autora Ciavatta (2014) ressalta que, sob a ótica metodológica, é necessário refletir: como compreender a contribuição emancipatória dos processos educacionais, especialmente na educação politécnica, na educação omnilateral e na formação integrada, em suas diversas manifestações e complexidades, sem se restringir a objetos singulares como a escola ou o professor? Além disso, é importante questionar: como evitar se perder em um universo amplo e, por vezes, confuso, ao buscar compreender a totalidade social do fenômeno educacional? Investigar o papel mediador dos processos sociais, integrados em uma totalidade específica, constitui um primeiro passo no esforço de identificar determinados aspectos da realidade — no caso, de um fenômeno educacional em suas múltiplas determinações.

Essa perspectiva nos conduz à reflexão sobre a importância de adotar uma abordagem metodológica ampliada, que vá além da análise isolada de elementos da educação, como a escola ou o docente, para compreender sua dimensão emancipatória. Dessa forma, investigar os processos sociais que mediam essa realidade torna-se essencial para não fragmentar o fenômeno educacional, mas sim compreendê-lo em sua complexidade, como expressão de um projeto formativo mais amplo e transformador.

1.5 Trabalho e Formação Humana: dimensão ontológica e pedagógica na construção do sujeito

O trabalho, no entendimento de Marx (2001), desempenha um papel central na vida das pessoas, fornecendo meios de subsistência, realização pessoal e interação social. Trata-se de uma atividade que envolve esforço físico ou mental com o objetivo de produzir bens, serviços ou resultados. O trabalho se concretiza por meio da transformação da natureza em bens essenciais ao atendimento das diversas necessidades humanas. As pessoas sobrevivem a partir da natureza, por meio da integração entre trabalho e natureza, de modo a produzir sua condição material de existência. Nesse sentido, Frigotto (2010, p. 33) ressalta que o trabalho “não se reduz a ‘fator’, mas é, por excelência, a forma mediante a qual o homem produz suas condições de existência, a história, o mundo propriamente humano, ou seja, o próprio ser humano”.

Percebe-se, assim, que o trabalho é compreendido como elemento central na constituição da vida social e individual, pois é por meio dele que o ser humano transforma a natureza e, simultaneamente, a si mesmo. Essa visão rompe com abordagens reducionistas que tratam o trabalho apenas como um fator de produção, reconhecendo-o como um processo histórico, formativo e essencial à construção da realidade humana. Dessa forma, discutir o trabalho sob essa ótica é também refletir sobre o papel da educação na formação de sujeitos capazes de compreender e atuar criticamente sobre o mundo em que vivem.

A partir do contexto da relação entre o homem e a natureza, Saviani (2007) afirma que a essência do ser humano é o trabalho. Outra característica destacada pelo autor é que essa essência não é algo natural, dado ao homem, nem uma dádiva divina, tampouco algo que precede sua existência. A essência do homem é construída por ele mesmo: aquilo que o homem se torna é fruto do trabalho. Trata-se, portanto, de um processo que se aperfeiçoa, se aprimora e se complexifica com o tempo — é um acontecimento histórico.

A existência humana não se realiza pela natureza, pois não é algo natural; ela é produzida pelo próprio sujeito, sendo fruto do trabalho. Nessa perspectiva, o homem é produto

do trabalho. Assim, “o homem não nasce homem, ele se forma homem; não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência” (Saviani, 2007, p. 154). A formação do homem é adquirida e produzida, simultaneamente, por sua própria ação — trata-se de um processo educativo que constrói e efetiva sua própria história.

Nesse sentido, Frigotto (2012, p. 58) afirma que: “diferentemente do animal, que vem regulado e programado por sua natureza e, por isso, não projeta sua existência, não a modifica, mas se adapta e responde instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, a sua própria existência”.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (Marx, 2015, p.326).

Nesse contexto, Della Fonte (2018) evidencia que o trabalho é a ação humana de produzir sua própria vida. Nos demais animais, o aparato genético já está presente desde o nascimento, permitindo o desenvolvimento das características peculiares ao longo da vida de cada indivíduo da espécie. “Assim, um gato nasce com as inscrições genéticas que lhe garantem ser um gato; cada gato tem a chance de desenvolver essa ‘gatinidade’ no tempo de sua existência” (Della Fonte, 2018). Os animais interagem com a natureza por meio de suas determinações biológicas e hereditárias e, dessa forma, não acumulam, transmitem ou aperfeiçoam suas aprendizagens para as gerações seguintes.

Corroborando essa temática, Ciavatta (2009, p. 409) afirma que o ser humano se apropria dos bens da natureza por intermédio do trabalho para atender às suas necessidades de sobrevivência e conhecimento, fato que se dá ao longo do processo histórico. O trabalho, nessa perspectiva, assume um sentido ambíguo, observável desde as sociedades antigas, nas formas escravistas, até as modernas sociedades capitalistas. A autora observa que a palavra *trabalho* compartilha origem com termos como fadiga, pena, sofrimento e pobreza, que se materializam nas fábricas-conventos, fábricas-prisões, fábricas sem salário. Essa mudança moderna de sentido gerou uma conotação de positividade, na qual, segundo John Locke, o trabalho passou a ser percebido como meio de aquisição de propriedade.

O trabalho, concebido sob outra perspectiva, pode ser visto como um aspecto essencial da natureza humana. Aqui, nos referimos ao seu sentido ontológico, em que o trabalho é uma

atividade central para a existência e a realização humanas. Ele permite expressar a criatividade, o desenvolvimento de habilidades e potencialidades, além de possibilitar o relacionamento com o mundo ao redor. O trabalho não é apenas uma atividade econômica ou forma de sustento — é também um elemento fundamental da identidade e da maneira como os indivíduos se inserem no mundo. O significado ontológico do trabalho expressa que é no processo histórico de tornar-se humano que surge a atividade que nomeamos trabalho como algo peculiar ao homem (Frigotto, 2015).

O formar humano dá-se por meio do trabalho — não o trabalho no sentido de emprego, mas sim em sua dimensão ontológica. Nesse sentido, Marx (2015) indica que o trabalho está vinculado à ação do homem ao intervir na natureza. Nessa ação, o ser humano estabelece seu intercâmbio material com a natureza: ele emprega sua força física para transformá-la, dando-lhe uma forma útil para satisfazer uma determinada necessidade. Ao fazer isso, modifica também a sua própria natureza. Marx e Engels (2007) destacam que o trabalho é a ação criadora e criativa do homem que, para sobreviver, modifica a natureza e cria uma natureza humanizada. Esse processo não ocorre de forma isolada, pois o trabalho envolve uma relação dupla: com a natureza e com o próprio ser humano. Nesse sentido, Frigotto (2015, p. 238) faz uma avaliação precisa sobre o trabalho em sua dimensão ontológica, afirmando:

[...] do que assinalamos sobre o sentido ontológico do trabalho derivam algumas conclusões que se fazem necessárias para entender o sentido da inversão de educação e trabalho para trabalho e educação. Primeiro, que o sentido ontológico de trabalho não pode ser confundido com as formas históricas do trabalho escravo, servil e trabalho/emprego sob o sistema capitalista. Trata-se do trabalho produtor de valores de uso, imperativo à satisfação das necessidades básicas como seres da natureza que somos, apesar de nos distinguirmos da mesma. Uma segunda conclusão é a de que o trabalho produtivo e socialmente útil, desde a infância e de acordo com as possibilidades de cada um, é um princípio educativo formador do caráter do homem novo para uma sociedade sem exploração. Também, neste sentido, o trabalho é um dever e um direito ético de todos os seres humanos. Por fim, uma terceira conclusão indica que, embora nem tudo seja redutível ao trabalho, ele é condição necessária para outras atividades, como a arte, o lazer etc., que se inscrevem na esfera da liberdade humana.

A ponderação do autor nos oferece uma percepção do trabalho não apenas como uma atividade prática ou econômica, mas como algo mais profundo — quase essencial à condição humana. Há uma tentativa de deslocar o foco da ideia de trabalho como emprego para algo que constitui o ser, que educa, forma e transforma. É como se o trabalho deixasse de ser um fim em si mesmo e passasse a ser compreendido como um meio de desenvolvimento integral do ser humano — corpo, mente, ética e sociedade.

Autores como Saviani (2007) reforçam essa compreensão acerca do trabalho, evidenciando que esses fundamentos são atribuições características exclusivas dos seres

humanos. Em outras palavras, somente o homem trabalha e educa. Nesse sentido, a respeito dos princípios ontológicos da relação trabalho-educação, surge a seguinte indagação: quais são as propriedades do ser humano que lhe permitem efetivar as atividades de trabalhar e educar? Ou ainda: qual é a peculiaridade do ser humano que o torna capaz de trabalhar e educar? Esses questionamentos partem da premissa de que o ser humano é um ser instituído e provido de características específicas que o capacitam para o trabalho e para a educação. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 29) nos oferecem uma valiosa contribuição sobre a identidade do ser humano no contexto dialético:

A questão da ontologia tem uma história antiga na metafísica clássica e está ligada à identidade do ser (o ser é e o não ser não é). Na ontologia marxiana, o termo é entendido dialeticamente, indica a objetividade dos seres que são e não são ao mesmo tempo, porque estão em permanente transformação. Somos e já não somos o que éramos há algum tempo.

O fundamento ontológico do ser social, no entendimento de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 29), nos direciona à reflexão sobre a questão do trabalho e suas características educativas, sejam elas positivas ou negativas.

O trabalho é parte fundamental da ontologia do ser social. A aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação sobre a natureza. O trabalho, neste sentido, não é emprego, não é apenas uma forma histórica do trabalho em sociedade, ele é a atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza, se cria, se expande em conhecimento, se aperfeiçoa. O trabalho é a base estruturante de um novo tipo de ser, de uma nova concepção de história.

Nesse sentido, como afirmam Frigotto, Ramos e Ciavatta (2005), o trabalho é a consciência modelada pelo agir da prática, da teoria, do poético ou da política, que estimula o ser humano em sua luta para transformar a natureza — ou para submetê-la, como se dizia no passado, antes que o próprio homem passasse a se submeter à ciência da destruição que ele mesmo opera sobre o planeta. A consciência é a capacidade de caracterizar o ser de forma exemplar, de atribuir intencionalidade às ações, de transformar questionamentos em necessidades e de buscar soluções para essas necessidades. Diferentemente dos animais, cujas ações são guiadas quase que exclusivamente pelo instinto, o ser humano age por meio de intervenções mediadas, utilizando instrumentos materiais e mentais que ele mesmo desenvolve para alcançar os objetivos desejados.

2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O percurso metodológico desta pesquisa foi estruturado com base em uma abordagem qualitativa, fundamentada na intenção de apreender e compreender as vivências, motivações e expectativas dos estudantes do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, no IF Goiano – Campus Ceres. A investigação adotou o estudo de caso como método principal, considerando o contexto específico da instituição e o perfil dos sujeitos participantes. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário semiestruturado e análise documental, com o objetivo de captar as experiências formativas e as perspectivas de emancipação dos jovens trabalhadores. Esse percurso teórico e metodológico possibilitou uma leitura sensível e crítica da realidade investigada, contribuindo para a construção de um Produto Educacional, cujo conteúdo busca alinhar-se às necessidades e/ou aspirações dos estudantes/sujeitos envolvidos na prática pedagógica analisada.

2.1 O *locus* da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Campus Ceres, unidade escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. A instituição está localizada na zona rural do município de Ceres, Goiás, e é vinculada à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Conforme indicado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IF Goiano – Campus Ceres, a instituição, selecionada para esta investigação, oferta educação profissional e tecnológica e dispõe de uma infraestrutura satisfatória para o atendimento de toda a comunidade, tanto interna quanto externa à instituição. Com o objetivo de atender melhor a comunidade discente, o campus

[...] oferta residências estudantis para discentes de cursos técnicos e de graduação, com mais de 200 vagas disponibilizadas em cinco diferentes prédios, bem como restaurante estudantil para todo o público acadêmico, com capacidade para mais de 900 refeições diárias. Todos os estudantes têm garantida a assistência à saúde, com equipe multiprofissional formada por enfermeira, médico, odontóloga e psicóloga. Possui parque esportivo com pista de atletismo, piscina semiolímpica, campo, quadra de areia, quadra coberta e ginásio poliesportivo, além de laboratório de musculação. Sua biblioteca, aberta à comunidade, possui mais de 600 diferentes títulos, técnico-científicos e literários (IF Goiano, 2018, p. 24).

2.2 Os participantes da pesquisa

Os sujeitos participantes desta pesquisa foram vinte estudantes matriculados e frequentes na 3ª série do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, no ano letivo de 2024, no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres. Para o recorte dos estudantes da

3ª série, considerou-se que, além de muitos já serem maiores de idade, eles possivelmente acumularam experiência e maturidade suficientes para avaliar criticamente o curso frequentado. O curso de Agropecuária foi selecionado por ser o mais antigo da instituição, existente desde a época da Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCe). Além disso, a escolha justifica-se pela lógica produtiva da região, que é fortemente baseada na produção agropecuária.

A definição dos participantes da pesquisa ocorreu a partir da seleção dos estudantes maiores de idade, com base em uma lista de alunos matriculados na 3ª série no ano de 2024. Após o aceite e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os estudantes responderam a um questionário semiestruturado, que constituiu o instrumento de coleta de dados. Para fins de identificação dos estudantes matriculados, foram observadas as informações constantes no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)².

2.3 Tipologia da pesquisa

No que se refere à tipologia da pesquisa, foi empregada a abordagem qualitativa, na forma de um estudo de caso, devido à natureza e à temática desta pesquisa. No entendimento de Yin (2001), o estudo de caso é compreendido como o meio mais adequado para averiguar um fenômeno atual em seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o ambiente não são claramente definidos. Além disso, o estudo de caso é um método de pesquisa amplamente utilizado nas ciências sociais. Esse método “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados” (Gil, 2002, p. 54).

A abordagem qualitativa, por sua vez, busca encontrar os motivos dos fenômenos e seus comportamentos, caracterizando-se por viabilizar o confronto dos dados, das evidências e das informações coletadas acerca de determinado assunto. Nesse contexto, Minayo (2001, p. 14) afirma que “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Autores como Gramsci (1982, p. 115) enriquecem a discussão ao apontar que:

Nas ciências, em geral, o método é a coisa mais importante: além disso, em certas ciências, que devem basear-se necessariamente sobre um conjunto restrito dos dados positivos, restrito e não homogêneo, as questões de método são ainda mais importantes, quando não são simplesmente tudo.

²SUAP: Sistema Unificado de Administração Pública para a gestão dos processos administrativos e acadêmicos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Reforçando o diálogo, Netto (2011, p. 21) menciona Marx ao remeter ao método dialético, apontando que “[...] o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado”. Nas palavras do autor, a mente produz o que foi processado pelo cérebro, e esse conhecimento será preciso e autêntico se o pesquisador permanecer fiel ao tema em análise. Por meio do método e dos procedimentos analíticos, o pesquisador busca replicar com fidelidade os relatos e opiniões, assim como os documentos que possam ter sido reunidos ao longo da investigação.

2.4 Técnicas e instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos e técnicas aplicados neste estudo para a coleta de dados decorrem da abordagem qualitativa adotada na pesquisa. A metodologia orientou o pesquisador em sua trajetória na busca pelo conhecimento. O início foi caracterizado pela formulação de uma indagação, um problema ou dúvida, com o objetivo de encontrar respostas associadas a saberes previamente explorados.

A coleta de dados foi realizada por meio das técnicas de revisão bibliográfica, análise documental, observação em campo e aplicação de questionário semiestruturado. A revisão bibliográfica abrangeu a produção acadêmica com ênfase em autores que abordam conceitos essenciais para a compreensão da formação profissional e tecnológica na modalidade de ensino médio integrado, contemplando aspectos relativos ao trabalho e à emancipação.

A análise documental teve como base os documentos relativos à criação dos Institutos Federais, especificamente referentes ao Campus Ceres e ao curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Ademais, foram revisados os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O questionário aplicado foi estruturado em dois blocos: o primeiro coletou informações pessoais, tais como nome, faixa etária, sexo, cor/raça/etnia, quantidade de membros da família e renda per capita familiar. O segundo bloco foi composto por vinte perguntas, sendo quinze abertas, cinco fechadas, além de um espaço para que o aluno pudesse adicionar um comentário geral, visando captar a opinião e a percepção dos participantes em relação ao estudo (Apêndice B).

2.5 Aspectos éticos e formais da pesquisa

O respeito à dignidade humana e à ética na pesquisa requer que toda investigação seja conduzida com o consentimento livre e esclarecido dos participantes, sejam indivíduos ou grupos, que devem expressar sua concordância para participar. Antes do início da pesquisa, todos os participantes selecionados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que inclui a permissão para o uso de áudio e imagem (Anexo E).

Quanto à realização da pesquisa no Campus Ceres, solicitou-se autorização prévia tanto ao Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (Anexo C) quanto ao Diretor Geral do Campus Ceres (Anexo D).

O pesquisador apresentou aos potenciais participantes os objetivos e os procedimentos da pesquisa após receber o parecer favorável para a sua realização. Foram esclarecidas todas as questões éticas, ressaltando que, caso não se sentissem à vontade, poderiam deixar de participar a qualquer momento. A participação foi voluntária e, aos sujeitos maiores de idade, foi entregue uma cópia do TCLE.

Dessa forma, esta pesquisa propôs-se a trabalhar com seres humanos, especialmente estudantes do 3º ano do Curso Técnico em Agropecuária do IF Goiano – Campus Ceres. Para tanto, durante o desenvolvimento da investigação, garantiu-se o cumprimento das determinações éticas previstas nas seguintes resoluções: Resolução CNS nº 196/1996 (Brasil, 1996); Resolução nº 304/2000 (Brasil, 2000); Resolução nº 510/2016 (Brasil, 2016) e Portaria nº 177/2006. Conforme as resoluções vigentes, estudos que envolvem seres humanos requerem atenção não apenas à individualidade ou coletividade que envolvem direta ou indiretamente o indivíduo, mas também à totalidade ou parte dela, e, principalmente, ao uso das informações obtidas. Nesse contexto, os pesquisadores assinaram um termo de compromisso, comprometendo-se a manter conduta ética durante todo o processo investigativo (Anexo B).

A análise dos dados foi realizada mediante a leitura das questões do questionário e das respostas coletadas, além da confrontação de informações recorrentes. Assim, a pesquisa coletou opiniões dos sujeitos participantes, que foram analisadas e tratadas à luz da teoria de Bardin (2016). Para discutir e fundamentar a relação trabalho-educação no âmbito do ProfEPT, foram referenciados autores como Maria Ciavatta, Marise Ramos, Gaudêncio Frigotto, entre outros.

Os procedimentos desta pesquisa seguiram as etapas de coleta e análise bibliográfica por meio de estudos relacionados à Educação Profissional e Tecnológica, análise de leis, decretos, resoluções e documentos que sustentam a EPT; aplicação de questionário aos

estudantes do 3º ano do curso técnico em agropecuária; tratamento teórico do material coletado; e elaboração do Produto Educacional.

A análise de dados, no entendimento de Bogdan e Biklen (2013), envolve o processo sistemático de examinar e organizar informações coletadas, como transcrições de entrevistas e anotações de campo, com a finalidade de entender melhor esses materiais e, posteriormente, apresentá-los de forma clara a outras pessoas, compartilhando as descobertas feitas durante a pesquisa. Nesse contexto, Minayo (2001) destaca que a análise qualitativa requer sensibilidade e precisão, pois o pesquisador enfrenta desafios contínuos ao tentar compreender as várias camadas simbólicas presentes nas interações sociais.

Baseando-se nos resultados apurados, a pesquisa recorre à análise de conteúdo, conforme os preceitos de Bardin (2016). Essa análise desempenha função fundamental ao possibilitar que o pesquisador aprofunde sua compreensão acerca dos dados reunidos. Para tanto, Bardin (2016) salienta que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas destinadas a investigar e explicar as maneiras pelas quais as mensagens aparecem nos dados reunidos, visando reconhecer e compreender seus significados. Assim, essa análise possibilita ao pesquisador extrair significados, identificar padrões e compreender o contexto subjacente das mensagens comunicadas nos dados coletados.

Nesse sentido, enfatiza-se a relevância dessa análise para compreender o contexto social e cultural que permeia a formação dos estudantes (Bardin, 2016). Além disso, a análise qualitativa de dados não se limita a descrever os dados, mas busca construir sentidos e significados a partir das experiências compartilhadas pelos participantes. Nessa perspectiva, Campos (2004) salienta que:

[...] no universo das pesquisas qualitativas, a escolha de método e técnicas para a análise de dados, deve obrigatoriamente proporcionar um olhar multifacetado sobre a totalidade dos dados recolhidos no período de coleta (corpus), tal fato se deve, invariavelmente, à pluralidade de significados atribuídos ao produtor de tais dados, ou seja, seu caráter polissêmico numa abordagem naturalística. Um método muito utilizado na análise de dados qualitativos é o de análise de conteúdo, compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento (Campos, 2004, p. 611).

Conforme Bardin (2016), a análise de conteúdo é composta por três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos dados e interpretação. Valle e Ferreira (2025) afirmam a importância do pesquisador se dedicar a cada etapa com precisão, para não comprometer a seguinte, já que há uma relação de dependência entre elas. Isso significa que é necessário seguir a sequência das etapas; não se pode, por exemplo, fazer inferências e interpretações sem antes passar pela pré-análise e pela exploração do material. A ausência de

cuidado e o desrespeito à ordem das etapas sugeridas por Bardin podem comprometer a análise e as reflexões realizadas. A seguir, ilustramos as três etapas descritas por Bardin.

Figura 4 - Etapas da Análise de Conteúdo de Bardin



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos estudos de Bardin (2016).

A primeira fase da análise de conteúdo é a pré-análise, na qual o investigador estrutura o material que servirá para organizar as suposições iniciais. Esse é um período de “intuições” (Bardin, 2016, p. 125). O autor destaca que, para conduzir a pré-análise, é fundamental que os dados sejam estruturados para compor o corpo da investigação.

A segunda fase consiste em atribuir códigos, fazer desmembramentos ou enumerações por meio de unidades selecionadas, amostras associadas e categorias estabelecidas. Ao concluir a investigação do material, os dados são codificados e organizados em unidades de registro. Essas unidades podem constituir uma palavra, um tópico, um evento ou um personagem (Bardin, 2016).

As categorias são criadas a partir de elementos contextuais — excertos encontrados nas mensagens contidas em textos — e da identificação das unidades de registro, que simbolizam a parte do conteúdo considerada fundamental para a organização em categorias e a contagem de ocorrências (Rodrigues, 2019).

A terceira etapa envolve a execução de ações com o objetivo de sistematizar os resultados, revelando a essência da análise. Assim, o analista deve basear-se nos pressupostos iniciais para fazer inferências e interpretações, enquanto a pesquisa se desdobra e permite o surgimento de descobertas inesperadas (Bardin, 2016). Nesta fase, o analista não deve restringir-se apenas ao que está expresso nos documentos escolhidos, mas deve aprofundar sua análise para buscar a compreensão dos conteúdos latentes presentes nas mensagens (Triviños, 1987).

2.6 Produto Educacional

A partir da realização da pesquisa, dos estudos, das observações e da análise de dados empreendidos durante sua execução, elaboramos um Produto Educacional na forma de Memorial de Formação, apresentado no formato de uma cartilha, com o objetivo de socializar as memórias e relatos expressos e compartilhados pelos entrevistados. Ao acessar o produto educacional, os leitores, especialmente aqueles que integram a classe trabalhadora, poderão identificar-se com o conteúdo e/ou despertar interesse pelo curso técnico em agropecuária. Além disso, o material tem potencial para motivar a permanência e o êxito dos alunos matriculados.

A carência de um recurso pedagógico relativo ao curso, que possibilite aos jovens vislumbrar um futuro promissor na carreira da agropecuária, e que, eventualmente, possa despertar interesse pelo curso ou motivar os estudantes da área — especialmente aqueles dos anos iniciais — foi o que motivou a elaboração deste produto educacional.

Esse material pode ser disponibilizado aos jovens do ensino fundamental por meio da divulgação do curso em escolas públicas e, também, na própria instituição, para visitantes jovens e para aqueles já inseridos no curso. Quanto à utilização do material, ressalta-se que ele estará disponível em repositório institucional, com acesso livre, e sua divulgação e utilização por alunos, docentes, egressos ou interessados em geral poderão ser fomentadas pela área de marketing e comunicação institucional, uma vez que se trata de um produto educacional cujo objetivo é alcançar a comunidade.

O Produto Educacional é compreendido, segundo Pasquali, Vieira e Castman (2018), como um instrumento fundamental do mestrado profissional em ensino, o que o diferencia do mestrado acadêmico, pois não tem como pressuposto principal a pesquisa nem como objetivo a formação de pesquisadores, embora a pesquisa integre a construção do produto educacional.

O memorial é um texto no qual o sujeito relata suas próprias experiências de vida, apresentando fatos ocorridos entre aqueles que considera mais importantes ou interessantes no âmbito de seu percurso formativo. “Possivelmente, ele levantará o véu apenas da parte que, de si próprio, pretende que se saiba e que venha a ser lembrada. Diferentemente da biografia/autobiografia, não há compromisso em historiar toda a vida” (Prado; Soligo, 2005, p. 6). Para Prado e Soligo (2005), um memorial de formação é uma forma do próprio sujeito narrar sua história por escrito para preservá-la do esquecimento. É o espaço e o momento de contar uma história nunca antes expressa sobre o percurso de vida de cada um de nós.

3 A FORMAÇÃO TÉCNICA EM AGROPECUÁRIA NO IF GOIANO - CAMPUS CERES E A PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO: RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados e a discussão dos resultados foram conduzidas com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), possibilitando a descrição, interpretação e tratamento teórico das informações obtidas mediante a aplicação do instrumento de coleta de dados (questionários) e também por meio dos dados e informações constantes nos documentos institucionais (PDI, PPCs etc.). A partir dessa abordagem, foi possível identificar categorias temáticas que revelam as percepções, anseios e experiências dos estudantes do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio. O confronto entre os dados empíricos e o referencial teórico permitiu compreender como os sujeitos concebem sua trajetória formativa, suas expectativas quanto à inserção no mundo do trabalho e a relação entre a formação técnica vinculada ao arranjo produtivo da agropecuária e a busca pela emancipação. Essa etapa do estudo revelou importantes indicadores sobre o papel da Educação Profissional e Tecnológica na transformação social da juventude oriunda do meio rural.

3.1 Contribuições da literatura para a construção de uma Educação Emancipadora

A revisão bibliográfica acerca da Educação Profissional e Tecnológica disponibilizou uma fundamentação teórica e conceitual para a melhor compreensão das questões que envolvem a temática objeto deste estudo. Os autores explorados reforçam a concepção de que a educação profissional e tecnológica vai além da mera instrumentalização para o trabalho e da instrução tecnicista. Os autores estudados corroboram as convicções e valores do pesquisador ao adotarem princípios educacionais voltados para a formação humana e omnilateral. Princípios esses que, quando colocados em prática, proporcionam uma transformação na vida dos estudantes. Além de promover a entrada no mundo do trabalho, essa formação confere ao sujeito a consciência de ser um indivíduo crítico, capaz de exercer sua cidadania na sociedade e promover mudanças em sua realidade.

3.2 Sentidos e finalidades da EPT na análise dos documentos oficiais

A análise de documentos relativos à instituição demonstrou que o papel de instituições de educação profissional e tecnológica, como o Campus Ceres, proporciona uma formação e preparação de profissionais que vão além de um ensino orientado exclusivamente para o mercado de trabalho. O Plano de Desenvolvimento Institucional reforça essa afirmação ao considerar a educação como um processo sistemático de ensino e aprendizado, que abrange

conhecimentos, valores e competências, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento integral do sujeito. Em consonância, a instituição tem a missão de produzir e proporcionar conhecimentos que preparem os estudantes para os desafios do mundo do trabalho, conferindo-lhes a oportunidade de adquirir conhecimentos técnicos e desenvolver habilidades individuais e sociais que desempenham papel fundamental para a vida e para o mercado de trabalho no cenário atual.

A avaliação do documento relativo ao curso Técnico em Agropecuária revela um contexto alinhado aos objetivos institucionais. Assim, o tratamento dado ao curso apresenta uma visão clara e humanizada sobre seu propósito na área agropecuária. Trata-se de uma formação que prepara profissionais conscientes do seu papel social e ambiental, valorizando um ensino que busca formar agentes ativos no setor agropecuário, pautados na responsabilidade ética e na sustentabilidade. Essa abordagem integrada é fundamental na conjuntura atual, pois o desenvolvimento rural precisa caminhar lado a lado com a preservação ambiental e a justiça social.

3.3 A voz dos estudantes: identidade, trajetória e expectativas na formação agropecuária

Inicialmente, apresentamos os dados relativos ao perfil dos estudantes e, em um segundo momento, a análise das falas dos participantes quanto às suas perspectivas de emancipação, considerando aspectos gerais sobre carreira e profissão dos jovens, sob a ótica da formação técnica em agropecuária integrada ao ensino médio.

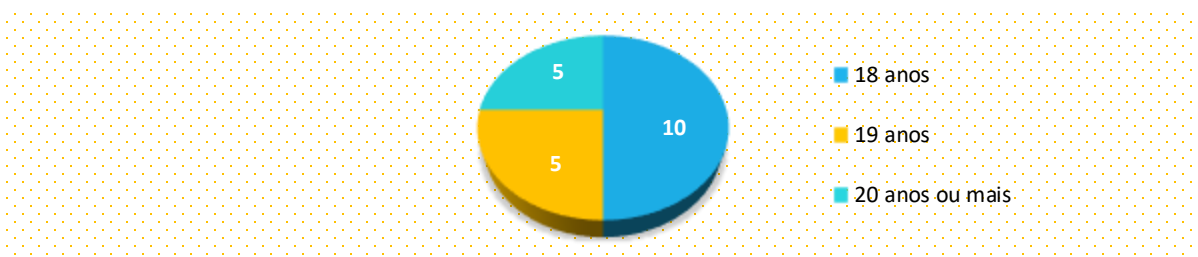
A análise do perfil do estudante é fundamental para a caracterização do sujeito como um agente social inserido em diversas estruturas da sociedade, incluindo o contexto escolar. Além disso, é essencial para compreender as interações e influências que moldam a identidade e os comportamentos individuais. Essa compreensão permite reconhecer de que forma fatores sociais, culturais e econômicos impactam a formação de valores, habilidades e atitudes, enfatizando o papel das instituições sociais, como a família e a escola, na socialização e na formação da identidade.

Nesse sentido, Giddens (2012) destaca que a interação social desempenha um papel central na construção da autoidentidade e das ações sociais, ligando os mundos pessoal e público do indivíduo. No contexto escolar, essas interações podem promover processos de aprendizagem de forma cooperativa. Assim, a escola não apenas transmite conhecimentos, mas também atua como um espaço de construção coletiva de significados e valores que refletem as necessidades e expectativas dos sujeitos.

Enquanto indivíduos, estamos inseridos em um contexto que nos fornece uma base para a formação da nossa identidade. Essa identidade torna-se, portanto, resultado de um processo de socialização (Berger & Luckmann, 2004). Nesse contexto, é importante destacar que as escolas atuam como um elo que conecta, orienta e apresenta um conjunto de referências para a formação da identidade dos sujeitos. Além de serem instituições, as escolas são comunidades de vida e de destino, cujos integrantes convivem em um vínculo profundo (Bauman, 2005). Assim, a identidade deve ser entendida como uma construção resultante das interações sociais.

Por fim, a investigação teve como objetivo identificar os sujeitos a partir de recortes de gênero, condição socioeconômica, raça/cor, faixa etária, além de dados sobre a composição familiar. Em um primeiro momento, apresentamos a análise dos dados relativos ao perfil dos estudantes. Essa análise é relevante para compreender as características pessoais que impactam o desempenho acadêmico e a vivência educacional. Para tanto, apresentamos, no Gráfico 1, os dados referentes à faixa etária dos alunos entrevistado.

Gráfico 1- Idade dos estudantes



Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor

No Gráfico 1, observamos a predominância de estudantes com 18 anos de idade, com total de 10 sujeitos. Além disso, os alunos com 19 anos e aqueles com 20 anos ou mais representam, cada categoria com 5 estudantes. Essa distribuição etária evidencia que a maioria dos alunos é composta por jovens, o que é comum entre os sujeitos matriculados na 3ª série de um curso técnico integrado ao ensino médio. Com base na faixa etária, é possível afirmar que alguns alunos pretendem ingressar no mercado de trabalho após a conclusão do curso, enquanto outros demonstram interesse em continuar os estudos no ensino superior.

Para fortalecer essa discussão, mencionamos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), segundo os quais os alunos do ensino médio regular no Brasil, em sua maioria, têm entre 15 e 17 anos (INEP, 2022). Já para cursos técnicos ou profissionalizantes, a faixa etária pode ser um pouco mais elevada, considerando que, para atuar oficialmente no mercado de trabalho ao final do curso, o aluno deve ter idade mínima de

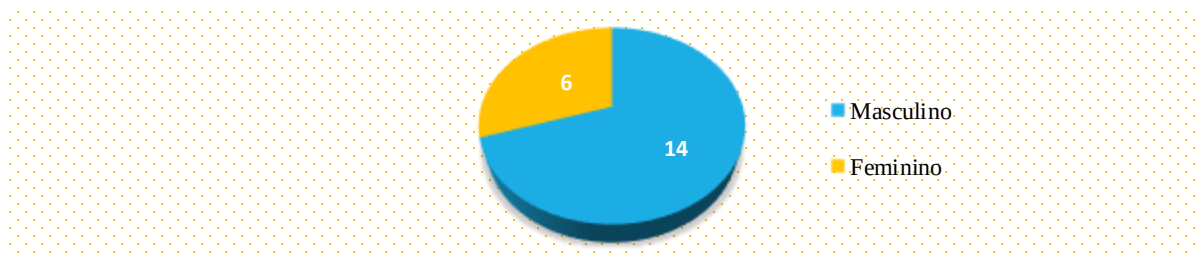
18 anos. Nesse contexto, e para um melhor entendimento da temática, destacamos a reflexão de Ramos sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A autora indica que:

[...] ao mesmo tempo, o ensino técnico é uma experiência na qual os jovens, ao se relacionarem com a técnica e a tecnologia – ciência materializada em força produtiva – apreendem o significado formativo do trabalho, não no sentido moralizante que sustentou as políticas educacionais no início do século XX, mas sob o princípio ontológico de que a plena formação humana só pode ser alcançada à medida que o ser desenvolve suas capacidades de decisão e ação sustentadas pela unidade entre trabalho intelectual e manual (Ramos, 2008, p. 12).

Conforme a abordagem de Marise Ramos, a integração entre o ensino médio e o técnico se fundamenta na ideia de que a formação deve ir além da mera capacitação técnica. Dessa forma, a educação integrada ao trabalho possibilita aos estudantes compreender a dimensão produtiva da ciência e da tecnologia, proporcionando um aprendizado que transcende o mero treinamento e contribui para a formação crítica e cidadã do jovem. Nesse entendimento, Frigotto, Ramos e Ciavatta (2005) defendem que a integração do ensino médio com o ensino técnico é uma exigência social e histórica do momento atual, sendo essencial para que a educação tecnológica seja acessível aos filhos da classe trabalhadora.

Desse modo, o ensino técnico integrado não é apenas um meio de qualificação para o mercado, mas uma experiência formativa que prepara o indivíduo para o exercício da cidadania, valorizando tanto a capacidade técnica quanto o entendimento crítico das estruturas sociais que determinam as formas de produção e de trabalho. Ainda nessa perspectiva, Ramos (2008) acrescenta que não se propõe uma formação profissional que substitua a formação geral, mas sim uma educação profissional que capacite jovens e adultos a adquirir conhecimentos que lhes permitam ingressar de forma digna no mundo do trabalho. Em seguida, apresentamos o Gráfico 2, com informações acerca do gênero dos estudantes.

Gráfico 2 - Sexo dos estudantes



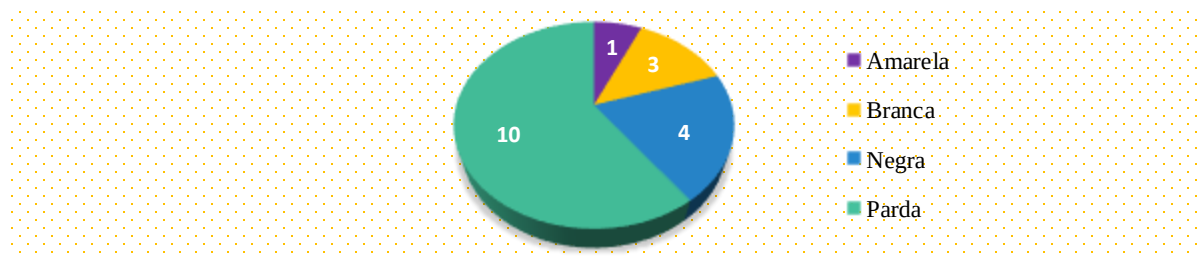
Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor

O Gráfico 2 demonstra a predominância de estudantes do sexo masculino, que representa uma quantidade de 14 alunos da amostra. Por outro lado, as alunas do sexo feminino correspondem a um total de 6 estudantes participantes matriculados no curso selecionado. Essa distribuição de gênero revela um padrão que pode estar associado a fatores sociais e culturais

que influenciam as escolhas profissionais. É importante destacar que a agropecuária demanda mão de obra voltada a atividades rurais, como a produção agrícola e pecuária — áreas historicamente ocupadas majoritariamente por homens.

Nesse sentido, a preferência dos homens pelo curso técnico em agropecuária, em relação às mulheres, pode ser explicada à luz das contribuições de Bourdieu (2007). O autor compreende que a interação entre capital cultural, capital social e práticas sociais contribui para a definição da identidade dos sujeitos e influencia suas escolhas profissionais. Bourdieu destaca ainda que as ações sociais são moldadas por um conjunto de disposições adquiridas — ou seja, o que os indivíduos foram capazes de aprender socialmente ao longo do tempo influencia suas decisões e trajetórias (Bourdieu, 2007). Assim, a diferenciação entre as escolhas de carreira reflete uma sociedade que, historicamente, atribui aos homens funções ligadas ao trabalho braçal e às atividades rurais, enquanto às mulheres são tradicionalmente reservadas profissões consideradas mais femininas e que exigem menor esforço físico. A seguir, apresentamos o Gráfico 3, com dados referentes à cor/raça dos estudantes.

Gráfico 3 - Cor/raça dos estudantes



Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor

No Gráfico 3, observamos que a maioria dos alunos se autodeclara parda, totalizando 10 sujeitos, seguida por negros com 4 alunos, brancos com 3 e amarelos com 1 estudante. Além disso, 2 alunos optaram por não informar sua cor/raça. Essa distribuição pode refletir a diversidade racial da região onde a escola está situada, bem como a variedade de perfis entre os jovens interessados no curso técnico. Por outro lado, destaca-se que a predominância de estudantes pardos e negros no curso evidencia a presença de sujeitos pertencentes a classes sociais historicamente com menor acesso à educação formal, devido às suas condições socioeconômicas. Nesse sentido, o curso técnico representa uma importante oportunidade de formação e mobilidade social para esses jovens.

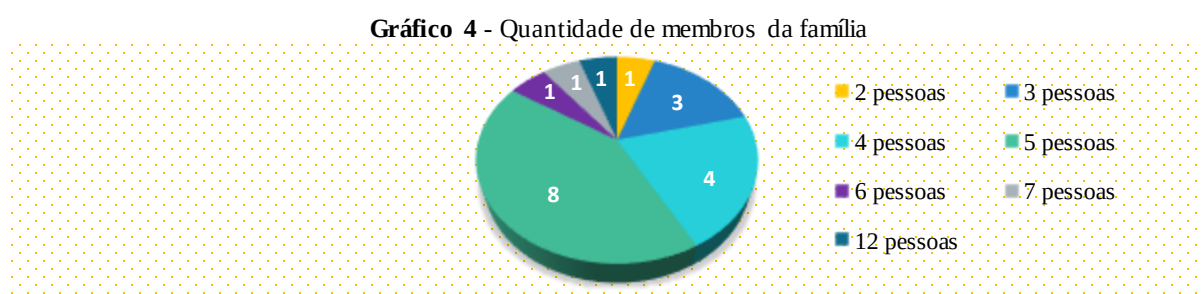
A expressiva participação de alunos pardos e negros também reforça a relevância das políticas de ação afirmativa, como a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que determina a reserva de vagas em instituições públicas de ensino para estudantes oriundos de escolas públicas, bem

como para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Em seus artigos 4º e 5º, a referida legislação estabelece critérios para essa reserva de vagas, conforme descrito a seguir:

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. (Brasil, 2025).

Nesse contexto, a referida legislação busca atenuar as desigualdades no acesso à educação pública, especialmente no ensino técnico de nível médio. Assim, a reserva de 50% das vagas para alunos oriundos de instituições públicas constitui uma estratégia voltada à promoção da equidade educacional. Além disso, a adoção de cotas proporcionais à composição racial da população contribui para o enfrentamento das desigualdades raciais e sociais, ampliando as oportunidades de inclusão no ensino superior. A seguir, apresentamos o Gráfico 4, com dados relativos à quantidade de membros por família dos estudantes.



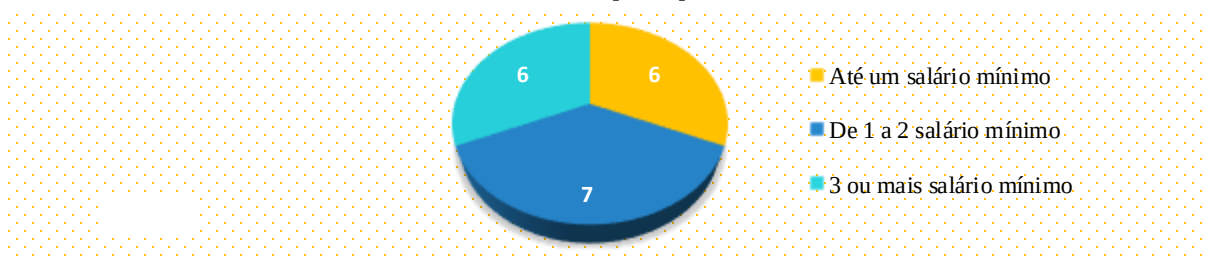
Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor

Na análise dos dados apresentados no Gráfico 4, observa-se uma predominância de famílias com cinco membros, representando 8 famílias. Em seguida, aparecem as famílias com quatro integrantes, totalizando 4 famílias; com três pessoas, cerca de 3 famílias; e, por fim, aquelas com dois, seis, sete e doze membros, sendo que cada uma dessas categorias representa 1 família. Ressalta-se, ainda, que 1 estudante optou por não informar a quantidade de membros de sua família.

Para melhor compreensão da estrutura familiar brasileira, mencionamos dados publicados no site da revista Exame, que tratam da temática em questão. Segundo a publicação, com base no Censo Demográfico de 2020, realizado pelo IBGE, a média de pessoas por família no Brasil é de 2,79 indivíduos residindo em um mesmo domicílio.

Nesse sentido, no cenário atual, muitas famílias optam por ter menos filhos, devido aos altos custos financeiros para mantê-los. Essa escolha reflete uma prioridade por melhor qualidade de vida, o que tem resultado em núcleos familiares com menos integrantes. Por outro lado, ainda é possível encontrar famílias com valores mais tradicionais, que mantêm um número maior de moradores na mesma residência, preservando a convivência entre pais e filhos, por exemplo. No próximo gráfico, apresentamos os dados relativos à renda per capita das famílias dos estudantes.

Gráfico 5 - Renda per capita da família



Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor

A partir do Gráfico 5, observamos que 7 famílias possuem renda per capita entre 1 e 2 salários mínimos. Já as famílias com 3 ou mais salários mínimos e aquelas com ganhos de até 1 salário mínimo correspondem a 6 famílias cada categoria. Ademais, 1 estudante optou por não informar a renda per capita de sua família. Esse cenário revela uma sociedade marcada por desigualdades financeiras, uma vez que grande parte da população está inserida em faixas de renda abaixo da média nacional.

Nesse sentido, percebemos que boa parte das famílias vive com renda entre 1 e 2 salários mínimos por pessoa. Embora essas pessoas não se encontrem em situação de extrema pobreza, enfrentam dificuldades para acessar serviços e produtos que garantam uma vida com qualidade. Por outro lado, o número significativo de famílias com renda per capita de até 1 salário mínimo evidencia situações de maior vulnerabilidade econômica, especialmente diante do alto custo de vida no Brasil. Em contrapartida, as famílias com renda de 3 ou mais salários mínimos formam um grupo com melhores condições de vida, embora essa renda não as posicione em um patamar de alta prosperidade.

Com base nesse entendimento, podemos afirmar que a desigualdade de renda constitui um obstáculo estrutural que impacta negativamente o desenvolvimento humano e social. Segundo Sen (2000), a pobreza não é apenas a ausência de recursos financeiros, mas a falta de capacidades para levar uma vida digna. Assim, políticas públicas de redistribuição de renda e

garantia de direitos básicos são essenciais para promover igualdade de oportunidades e reduzir a vulnerabilidade social.

Neste ponto da pesquisa, apresentamos a análise dos depoimentos dos alunos sobre a perspectiva de emancipação, no que se refere à profissão e carreira, com base na formação em agropecuária. O tratamento dos dados possibilita compreender o quanto essa formação contempla a autonomia e a inserção dos sujeitos no mundo do trabalho. Os discursos revelam as percepções dos estudantes sobre os desafios e oportunidades que o curso técnico em agropecuária oferece, destacando os conhecimentos técnicos adquiridos, as habilidades desenvolvidas e a adaptação às exigências do setor. Nessa perspectiva, os relatos evidenciam a formação técnica como um instrumento de transformação social, capaz de criar novas oportunidades de trabalho e fomentar trajetórias emancipadoras.

A relevância desse recorte da pesquisa reside em demonstrar como o trabalho se relaciona com os projetos de vida dos estudantes investigados, e em que medida essa dimensão da vida humana contribui - ou não - para a formação de sujeitos emancipados. Para os autores estudados neste trabalho, como Frigotto (2015), Della Fonte (2018), Saviani (2007) e Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o trabalho surge como um atributo essencial na vida do sujeito, indo além da função produtiva, e assumindo o papel de espaço de construção de identidade e exercício da cidadania. Assim, ao examinar os depoimentos dos entrevistados, buscou-se identificar em que medida essas concepções se manifestam em suas percepções e expectativas.

Na análise dos dados referentes aos depoimentos dos alunos, iniciamos o processo a partir de diferentes questionamentos do questionário proposto. Os depoimentos mais expressivos foram organizados em quadros, permitindo uma visualização clara das falas que mais se destacaram. Em determinados questionamentos, optamos por utilizar gráficos, uma vez que o formato das questões exigia essa representação visual - especialmente quando envolviam alternativas com posicionamentos dos alunos acompanhados de breves justificativas ou comentários. A partir da interpretação das falas, foi possível identificar padrões recorrentes que deram origem às categorias utilizadas na análise dos depoimentos.

Para tanto, a análise dos dados se inicia com um questionamento sobre a trajetória e experiências pessoais dos estudantes antes do ingresso no curso técnico em agropecuária. Compreender a trajetória dos alunos é essencial para identificar elementos que apontem afinidade com a área escolhida. Em seguida, apresentamos algumas respostas, organizadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Trajetória e experiência dos estudantes antes do ingresso no curso

ESTUDANTE	RESPOSTAS
02	<i>Sempre fui de uma família simples e rural de Jaraguá, onde produzimos abacaxi, banana e vaca.</i>
03	<i>Sempre estudei em escola pública, mas sempre quis algo relacionado ao agro, mas não queria esperar até a faculdade, foi quando conheci o IF através de uma colega e me interessei.</i>
04	<i>Sempre estudei em escola pública, sempre quis estudar no IF Goiano, mesmo tendo algumas dificuldades, fiz a prova e ingressei no curso em agropecuária.</i>
07	<i>Antes de eu ingressar no curso de agropecuária no IF Goiano campus Ceres, estudava no período da tarde, de manhã ajudava na tarefa de casa, como arrumar. Alguns dias da semana fazia manutenção na apicultura e fim de tarde jogava bola.</i>
12	<i>Antes de vir para o campus, eu estudava um período e trabalhava outro com meu pai, as vezes era na fazenda, outras era no açougue, então antes de vir para cá eu já tinha familiaridade com o agro.</i>
13	<i>Comecei minha trajetória em Goiânia – GO, porém na minha vida sempre esteve presente o ramo da agropecuária. Antes de me ingressar no curso, estava trabalhando na fazenda, com lida de gado, formação de pastagens, limpeza e manutenção de área degradada. Diante desses trabalhos, percebi dificuldades, aí veio a ideia de ingressar no curso para aprender mais e facilitar o manejo na agropecuária.</i>
14	<i>Antes de entrar na instituição eu morava na fazenda com meus pais. Tirava leite todo dia cedo e ajudava com o que fosse preciso em casa, dever de filho! Eu moro na fazenda com meus pais desde meus 4 anos, tenho muita experiência com o agro em si. E foi isso que me fez vim para o IF Goiano.</i>

Grifo nosso.

Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor.

A trajetória dos participantes desta investigação, antes do ingresso no curso técnico em agropecuária, é marcada por categorias como vivências práticas na área, influência familiar, interesse pessoal e vocação, além do desejo de ampliar o conhecimento na agropecuária. Esses fatores influenciaram diretamente as escolhas e trajetórias profissionais de cada um, podendo ter sido decisivos na escolha pelo curso.

A presença de membros da família envolvidos em atividades rurais — como a produção de alimentos e a criação de animais — é um ponto comum entre os relatos. Essa influência é evidenciada na fala do Estudante 02: “Sempre fui de uma família simples e rural de Jaraguá, onde produzimos abacaxi, banana e vaca”. Já o Estudante 12 comenta que trabalhava com o pai “na fazenda, [...] antes de vir para cá eu já tinha familiaridade com o agro”. Assim, a origem social, associada ao contexto rural e familiar, reflete nas escolhas e no desenvolvimento profissional dos indivíduos, influenciando significativamente suas trajetórias.

Nesse contexto, os relatos dos Estudantes 02 e 12 demonstram a presença constante do agro em seu cotidiano e reforçam o papel da família como pilar na formação do vínculo com o campo, além de ser uma motivação para a busca por aprimoramento profissional. Nessa perspectiva, em relação ao contexto social, é importante salientar que

[...] o problema das relações entre origem social, escolaridade e emprego insere-se numa linha de preocupações que não se restringem à esfera acadêmica. O interesse mais amplo que o tema tem despertado, prende-se, de um lado, à crença de que a educação constitui hoje fator importante na determinação do status ocupacional e consequentemente da situação econômica do indivíduo e, de outro, à esperança de que, por essa via, se possa contribuir para a redução das desigualdades sociais (Gouveia, 1980, p. 4).

Além disso, identificamos nas falas dos participantes que alguns já demonstravam interesse pela agropecuária antes de ingressar no curso. Dessa maneira, o ambiente do IF Goiano ofereceu a oportunidade de se qualificar sem precisar esperar pela faculdade. Essa afirmativa pode ser constatada no relato do Estudante 03: "Sempre quis algo relacionado ao agro, mas não queria esperar até a faculdade. Foi quando conheci o IF por meio de uma colega e me interessei." Para esse participante, o curso técnico surge como uma alternativa que proporciona a chance de ingressar de forma mais rápida e objetiva no mercado de trabalho na área agropecuária.

Levando em consideração a fala do estudante, que expressa o desejo pela formação agropecuária como um meio para alcançar a autonomia, podemos destacar a reflexão de Mészáros (2008) acerca da educação e emancipação. Para o autor, a educação, na perspectiva da luta emancipatória, só pode restabelecer ligações há muito esquecidas entre educação e trabalho, como se dissesse: diga-me onde está o trabalho e o tipo de sociedade, e eu lhe direi onde está a educação. Numa sociedade capitalista, a educação e o emprego dependem dessa dinâmica. Somente numa sociedade em que o trabalho é universal — onde todos se tornam trabalhadores — a educação se universalizará.

Outro ponto constatado foi que alguns participantes relataram que sua trajetória antes do ingresso no curso foi marcada por dificuldades pessoais e financeiras. Ainda assim, esses sujeitos buscaram alternativas para alcançar seus objetivos. Isso pode ser observado no relato do Estudante 04: "Sempre estudei em escola pública, sempre quis estudar no IF Goiano. Mesmo tendo algumas dificuldades, fiz a prova e ingressei no curso de agropecuária." Esse relato evidencia a determinação do sujeito em superar barreiras educacionais e socioeconômicas para alcançar o sonho de seguir uma carreira no agro, mesmo diante das dificuldades.

Nessa perspectiva, o estudo no IF Goiano – Campus Ceres proporciona uma formação integral que, no entendimento de Ciavatta (2014), é uma educação que se estende para a

formação humana sob todas as óticas, direcionada, intrinsecamente, à educação omnilateral, humanista e científica, estabelecendo assim o desenvolvimento do sujeito. Dessa forma, a escolha por essa formação pode propiciar crescimento em diversas áreas da vida.

Sob outro enfoque, observamos que alguns participantes já tinham contato frequente com a agropecuária antes do ingresso no curso e, portanto, possuíam familiaridade com o ambiente rural. Esse fato pode ser notado na fala do Estudante 07, que destacou: “Em alguns dias da semana, fazia manutenção na apicultura.” Já o Estudante 13 relatou: “Estava trabalhando na fazenda, com lida de gado, formação de pastagens, limpeza e manutenção de área degradada.” Esses relatos apontam que muitos dos sujeitos já tinham alguma experiência prática no meio rural e viam no curso uma oportunidade para aprimorar seus conhecimentos e habilidades.

Para alguns dos entrevistados, a relação com o setor agropecuário remete à infância, sendo o meio rural um ambiente familiar em suas vidas. Um dos relatos que mais evidencia isso é o do sujeito que cresceu no campo, como é o caso do Estudante 14: “Tirava leite todo dia cedo e ajudava com o que fosse preciso em casa, dever de filho! Moro na fazenda com meus pais desde os 4 anos.” Para esse participante, a vivência no meio rural é tida como uma valiosa experiência profissional. Além disso, o indivíduo vivia numa imersão contínua na cultura e nas práticas da agropecuária desde a infância, o que acaba moldando sua identidade e sua conexão com o campo.

Para reforçar esse contexto da infância no meio rural, citamos Marin (2018, p. 52), que destaca que

[...] nas unidades agrícolas familiares, o trabalho de crianças sempre integrou estratégias de socialização das novas gerações e de complementação da força de trabalho nas atividades agrícolas e domésticas. Mesmo na contemporaneidade, agricultores familiares atribuem valor significativo ao trabalho das crianças, mas reconhecem a importância da educação escolar na formação das novas gerações. [...] no contexto contemporâneo, os filhos já não são percebidos como importante recurso produtivo ou força de trabalho complementar da família, mas pessoas em formação, que precisam participar da vida e dos trabalhos domésticos e produtivos da unidade familiar. O domínio progressivo dessas atividades representa importante aprendizado, o que possibilita a construção da autonomia do futuro trabalhador.

Notamos nos relatos o desejo de qualificação para melhorar a atuação no setor agropecuário. A entrada no curso técnico é uma forma de aprofundar o conhecimento prático e teórico sobre o campo, o que pode aprimorar as práticas do dia a dia e facilitar o enfrentamento das dificuldades do trabalho rural. Essa ideia fica evidente na fala do Estudante 13: “Percebi dificuldades, aí veio a ideia de ingressar no curso para aprender mais e facilitar o manejo na agropecuária.” Esse movimento de buscar formação técnica para superar desafios práticos no campo é comum entre os participantes. Quando se depararam com limitações em suas

experiências, os sujeitos reconheceram que a educação formal é um meio de agregar conhecimento técnico.

A fala do estudante pode ser contextualizada na reflexão de Ramos (2008, p. 3-4), que expressa algumas características sobre o Ensino Médio Integrado (EMI). A autora salienta que

O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção. [...] o trabalho adquire também um sentido econômico, como forma histórica das relações sociais sob um modo de produção específico. Nas sociedades capitalistas a forma hegemônica do trabalho se dá pela venda e compra da força de trabalho, regulada contratualmente na forma de emprego. Esse sentido estrutura as práticas de profissionalização, de formação profissional como preparação para o exercício do trabalho. Mas esta é somente uma dimensão do trabalho. Precisamos pensar no trabalho como realização humana.

Na análise seguinte, o Quadro 2 demonstra as manifestações mais representativas emitidas pelos entrevistados quanto ao questionamento sobre o principal motivo que levou o selecionado escolher esse percurso formativo:

Quadro 2 - O principal motivo que o levou a escolher o curso técnico em agropecuária

ESTUDANTE	RESPOSTAS
04	<i>Sempre tive contato com o agro, minha origem do meio rural melhorou muito com o curso de agropecuária.</i>
06	<i>O principal motivo foi a afinidade com a área, mesmo sem experiência sempre tive o contato com o meio rural.</i>
07	<i>Obter mais conhecimento e profissionalizar na área, é um curso que abre muitas oportunidades de trabalho.</i>
08	<i>Principal motivo foi meu pai e avô, que trabalha na área e cresci vendo eles trabalhando, fora que meu pai é formado na escola agrotécnica.</i>
09	<i>Minha família é toda de agricultores.</i>
10	<i>É uma área que gosto e tenho convívio, sempre gostei do meio rural e para mim foi a melhor opção por gostar muito desse ambiente.</i>
11	<i>Já queria me dedicar à área de agropecuária e o IF proporciona isso junto com o ensino médio.</i>
12	<i>Pela qualidade do ensino, e pensando já em sair com o diploma de técnico na mão, o que deixa um currículo mais bonito e torna a pessoa mais estudada.</i>

Grifo nosso.

Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor.

Conforme relatos dos sujeitos, a escolha pelo curso técnico pode ser influenciada por uma combinação de fatores pessoais, familiares e profissionais. A influência familiar, a origem rural, a afinidade e identificação com a área, a busca por formação técnica e profissionalização, assim como a qualidade do ensino, são categorias que motivam a escolha pelo curso de agropecuária.

A ligação afetiva e cultural com o meio rural é um fator recorrente nas respostas. Autor como Hall (2002) afirma que a identidade do homem sociológico é vista como fruto da interação contínua entre o indivíduo e as pessoas importantes em sua vida. Embora o sujeito tenha uma essência interior, esse “eu” é constantemente formado e transformado por meio de um diálogo com os contextos culturais externos e as identidades oferecidas por esses mundos. À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, o indivíduo se depara com uma gama de identidades possíveis, com as quais pode se identificar, ao menos de forma temporária. Como aponta Hall (2002, p. 13), “[...] se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte, é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora narrativa do eu”.

Pelo exposto, nota-se que os participantes revelam contato com a área da agropecuária desde muito cedo, o que pode ter influenciado a escolha pelo curso. A fala do Estudante 04 — “sempre tive contato com o agro, minha origem do meio rural melhorou muito com o curso de agropecuária” — demonstra que a relação com o campo não é apenas um simples interesse, mas uma vivência que perpassa a vida cotidiana. Ainda, nesse contexto de apreensão da identificação do entrevistado com o curso investigado, o Estudante 10 expressa: “Sempre gostei do meio rural e, para mim, foi a melhor opção por gostar muito desse ambiente.” Esse depoimento evidencia que a escolha pelo curso é também uma extensão do prazer pessoal em estar em contato com a natureza e as práticas rurais.

É importante destacar que a escolha pela formação técnica em agropecuária, motivada pela vinculação afetiva e/ou econômico-produtiva com o meio rural, também se revela pela vontade do entrevistado em aprimorar as práticas laborais do setor. Neste contexto, mencionamos Frigotto (2015), que expressa que a sociedade não existe sem trabalho e educação, e ainda destaca que cada sociedade vive pelo fato de que cada geração trata de formar a geração posterior, transmitindo a experiência e educando-a.

Essa avaliação é constatada também na investigação, uma vez que alguns estudantes entrevistados relataram que o curso técnico em agropecuária é uma oportunidade de se especializar na área e ampliar suas perspectivas no mercado de trabalho. A fala do Estudante 07 — “Obter mais conhecimento e me profissionalizar na área” — e o relato do Estudante 12 — “Sair com o diploma de técnico na mão, o que deixa o currículo mais bonito” — revelam uma preocupação com a valorização profissional e a ampliação das oportunidades de emprego. Nesse sentido, notamos que esses depoimentos indicam que a decisão pode ser movida por uma afinidade com o agro e pela necessidade de a formação técnica ser um diferencial no mercado de trabalho.

Para sustentar essa discussão sobre a busca por qualificação técnica, apontamos Bourdieu (2007, p. 130), para o autor

É preciso distinguir a economia, cuja dinâmica própria está no princípio das mudanças do sistema de cargos e o sistema de ensino que é o produtor principal das capacidades técnicas dos produtores e dos diplomas de que são portadores. [...] a característica pertinente do sistema de ensino no que diz respeito à relação que mantém com o aparelho econômico reside não no fato de que produz produtores dotados de uma certa competência técnica (da qual não tem o monopólio), mas no fato de que dota seus produtos, providos ou não de uma competência técnica, tecnicamente mensurável, de diplomas dotados de um valor universal e relativamente intemporal.

A ponderação expressa em Bourdieu (2007) revela a função dual do sistema de ensino, que vai além da capacitação técnica dos sujeitos, desempenhando um papel fundamental na validação social por meio dos diplomas. Desse modo, o valor do diploma transcende o simples reconhecimento de capacidades técnicas, tornando-se um instrumento simbólico de validação e distinção social. Percebemos que essa legitimação não depende necessariamente da qualidade técnica do sujeito formado, mas da autoridade atribuída ao diploma como certificado de mérito. Assim, o sistema educacional reforça a estrutura de poder econômico e social ao atribuir aos diplomas um valor universal e intemporal, o que facilita a reprodução das desigualdades sociais ao justificar o acesso desigual a cargos e posições de prestígio.

Por outro lado, a família é outro elemento que aparece como fator determinante na escolha do curso. A presença de pessoas, como pais e avós, que trabalham na área agropecuária é vista como motivação para muitos dos entrevistados. A fala do Estudante 08 revela a importância do poder simbólico exercido pela família quando destaca que: “Meu pai e avô trabalham na área, e cresci vendo eles trabalhando. Fora que meu pai é formado na Escola Agrotécnica Federal de Ceres.” Isso mostra que a escolha pelo curso vai além de uma decisão individual, muitas vezes partindo de uma tradição familiar. Nesse contexto, o Estudante 09 reforça ainda mais o vínculo com o agro ao expressar: “Minha família é toda de agricultores.” Esse fato pode estabelecer um ambiente que incentiva a continuidade dessa trajetória.

Dada a conexão dos estudantes com a área, podemos afirmar que a escolha pelo curso foi uma decisão bem acertada, pois, segundo consta no PPC, essa formação em agropecuária visa proporcionar

[...] aos estudantes conhecimentos para atuar na área de agropecuária, com visão integrada e com o domínio de técnicas e de tecnologias básicas com vistas ao desenvolvimento sustentável, uma vez que essas técnicas, além de eficientes economicamente, devem ser ambientalmente favoráveis, eticamente defensáveis, socialmente aceitáveis (IF Goiano, 2016, p. 4).

Outro ponto relevante para a escolha do curso foi a qualidade do ensino oferecido pelo IF Goiano. Observamos isso na fala do Estudante 11: “Já queria me dedicar à área de agropecuária e o IF proporciona isso junto com o ensino médio.” A formação técnica associada

ao ensino médio é vista como uma vantagem, pois proporciona uma base sólida e uma certificação apreciada no mercado de trabalho. Assim, a valorização do conhecimento técnico específico da área agropecuária é um fator que se destaca nas escolhas de quem busca uma formação prática e abrangente.

Para reforçar o diálogo acerca do ensino técnico articulado com o ensino médio, reportamos Simões (2007, p. 84), que afirma que

O ensino técnico articulado com o ensino médio, preferencialmente integrado, representa para a juventude uma possibilidade que não só colabora na sua questão da sobrevivência econômica e inserção social, como também uma proposta educacional, que na integração de campos do saber, torna-se fundamental para os jovens na perspectiva de seu desenvolvimento pessoal e na transformação da realidade social que está inserido. A relação e integração da teoria e prática, do trabalho manual e intelectual, da cultura técnica e a cultura geral, interiorização e objetivação vão representar um avanço conceitual e a materialização de uma proposta pedagógica avançada em direção à politécnica como configuração da educação média de uma sociedade pós-capitalista.

Ainda, na perspectiva do EMI, Ramos (2008) considera que a integração entre ensino médio e técnico se fundamenta na ideia de que a formação deve ir além da capacitação técnica. Dessa maneira, a educação integrada ao trabalho possibilita aos estudantes compreender a dimensão produtiva da ciência e da tecnologia, proporcionando um aprendizado que transcende o mero treinamento e contribui para a formação crítica e cidadã do jovem.

Em outro momento, observa-se que a afinidade com a área agropecuária também é um aspecto predominante nas respostas. Constatamos essa afirmação na fala do Estudante 06: “O principal motivo foi a afinidade com a área; mesmo sem experiência, sempre tive contato com o meio rural.” Desse modo, a escolha do curso pode ser uma decisão lógica ou um reflexo de uma paixão genuína e de afinidade com o campo e suas práticas. O vínculo com a área é uma paixão e uma vivência prática cotidiana, o que torna o curso de agropecuária uma escolha natural para quem tem essa relação com o ambiente rural.

A análise do Quadro 3 apresenta as respostas mais peculiares dos sujeitos acerca da conexão ou relação pessoal e familiar com a área agropecuária e se esta influenciou sua escolha. A relevância desse questionamento está em identificar os anseios dos estudantes a partir das conexões com o ambiente da agropecuária.

Quadro 3 - Possui alguma conexão/relação pessoal ou familiar com a área agropecuária e se esta influenciou sua escolha?

ESTUDANTE	RESPOSTAS
01	<i>A minha conexão aconteceu quando era jovem, uns 12 anos, nessa época eu já procurava uma carreira para seguir. Uma que gostasse e pagasse bem.</i>
02	<i>Por influência do meu pai que sempre foi um grande admirador do ensino federal e também por ter alguns primos e tios que passaram pelo campus.</i>
03	<i>Sim, meu avô me ensinou tudo que sei e me fez gostar e continuar.</i>
04	<i>Sim, meus avós moraram na roça e por influência de um tio agrônomo me fez gostar da área.</i>
06	<i>Sim. Meu pai e meus avos sempre trabalharam no campo, e por eu também sempre ter morado em área rural criei afinidade com o meio, assim escolhendo o curso técnico.</i>
12	<i>Sim, minha família mexe com fazendas, então desde muito novo tenho vínculo com o agro, e influenciou diretamente pois já era algo que eu já conhecia e gostava.</i>
14	<i>Tenho sim! Meus pais têm fazenda e sempre morei lá e acabei criando uma paixão pelo agro e foi por isso que vim para o IF.</i>

Grifo nosso.

Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor.

Com base nos depoimentos dos estudantes constantes no Quadro 3, a análise dos dados revela um conjunto de respostas que expressam diferentes formas de conexão pessoal e familiar com a área agropecuária. Essa relação com o campo e a produção agrícola influencia as escolhas profissionais e motiva a continuidade do aprendizado e do envolvimento com a atividade rural. Categorias como influência familiar, vivência rural, identificação vocacional e busca por um futuro profissional influenciaram as escolhas.

No tratamento dos dados, observamos que um dos fatores que influenciou a decisão dos sujeitos pela área foi a busca por uma carreira que fosse ao mesmo tempo prazerosa e financeiramente recompensadora. Essa afirmação pode ser constatada na fala do Estudante 01, que queria uma carreira que “gostasse e pagasse bem”, o que reflete a busca pela realização profissional e pela estabilidade financeira, equilibrando a vocação pela agropecuária.

Ainda, outro sujeito relata que foi influenciado pelo pai, admirador do ensino federal, e por familiares que passaram pelo campus. É o caso do Estudante 02, que afirmou: “por influência do meu pai, que sempre foi um grande admirador do ensino federal, e também por ter alguns primos e tios que passaram pelo campus”. Isso demonstra como a busca por uma carreira sólida e bem estruturada foi um elemento central na escolha pelo agro e pela educação federal.

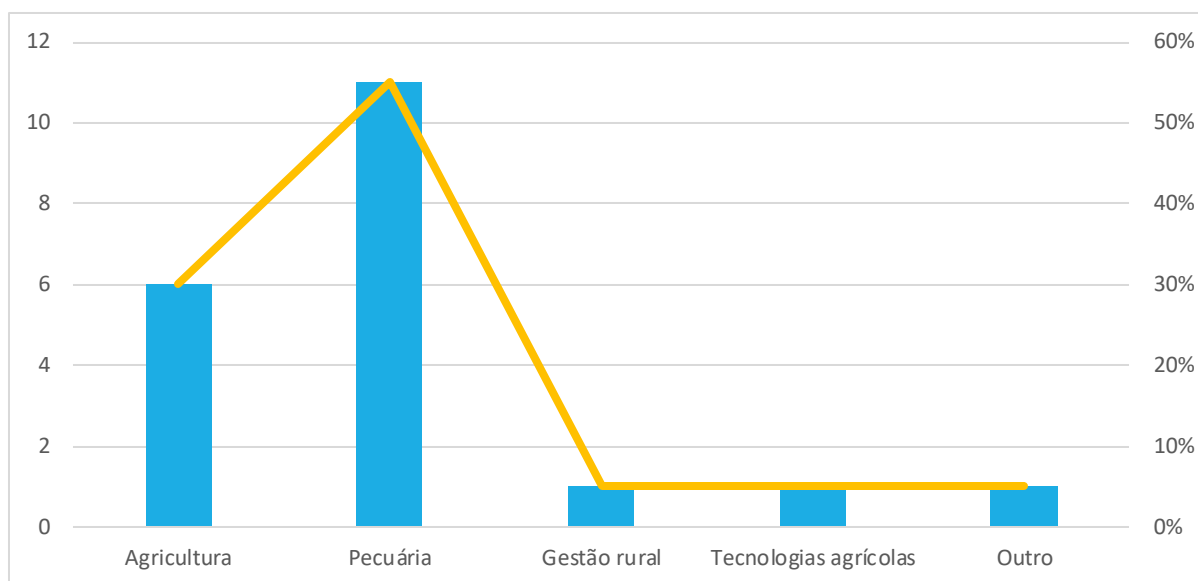
Como identificamos nas falas, alguns sujeitos relataram que a presença de membros da família, como avós, pais e tios, foi fator essencial na escolha pela área. O relato do Estudante 03, “meu avô me ensinou tudo que sei e me fez gostar e continuar”, e a fala do Estudante 04, “meus avós moraram na roça e, por influência de um tio agrônomo, me fizeram gostar da área”, mencionam familiares já atuantes na agropecuária como fator determinante, demonstrando como os laços familiares podem fornecer conhecimento e inspiração para seguir uma carreira ligada ao agro.

Por outro lado, a vivência em áreas rurais de propriedades familiares surge como outro fator relevante na decisão dos estudantes. A fala do Estudante 06, “meu pai e meus avós sempre trabalharam no campo, e, por eu também sempre ter morado em área rural, criei afinidade com o meio, assim escolhendo o curso técnico”, e o relato do Estudante 12, “minha família mexe com fazendas, então desde muito novo tenho vínculo com o agro, e isso influenciou diretamente, pois já era algo que eu conhecia e gostava”, reforçam a ideia de que morar no campo e ter contato com a produção rural tornaram o setor agropecuário uma escolha natural.

A vivência no campo, para muitos jovens, é vista, sob várias dimensões, como uma experiência positiva. Nesse sentido, Doula et al. (2014), com base em pesquisa com jovens rurais da Zona da Mata Mineira, ressaltam que os jovens valorizam como aspectos positivos do ambiente rural a tranquilidade, a segurança, a posse da propriedade e, ainda, a liberdade, compreendida como a ausência de controles típicos do trabalho urbano, como horários rígidos e vigilância constante dos empregadores, entre outros.

Em outro ponto, alguns estudantes expressaram uma motivação pessoal que se desenvolveu ao longo do tempo e influenciou sua escolha. Isso é demonstrado no depoimento do Estudante 14: “meus pais têm fazenda e sempre morei lá; acabei criando uma paixão pelo agro, e foi por isso que vim para o IF”. Esse vínculo com a agropecuária vai além da convivência familiar, refletindo uma escolha quase intuitiva pela área, como aponta o Estudante 01: “a minha conexão aconteceu quando eu tinha uns 12 anos; nessa época eu já procurava uma carreira para seguir”. Desse modo, a vivência no meio rural pode despertar um prazer natural pela área, exercendo influência significativa na escolha do curso e da profissão.

O Gráfico 6 apresenta o posicionamento dos participantes em relação à afinidade com a área da agropecuária. Os sujeitos, geralmente, optam por áreas que mais se alinham com seus interesses e habilidades pessoais, e essa afinidade pode vir de experiências vivenciadas no ambiente rural.

Gráfico 6 - Área que desperta interesse dentro da agropecuária

Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor.

No Gráfico 6, nota-se que as preferências dos sujeitos indicam uma predominância pela categoria pecuária, seguida pela agricultura. A tendência por essas categorias pode ser observada em estudos sobre a formação de estudantes em cursos técnicos na área da agropecuária. Para melhor entendimento dessa afirmação, citamos Carneti e Napp (2011), que discutem a importância da integração entre teoria e prática na formação de técnicos em agropecuária. Os autores destacam o interesse dos alunos por atividades práticas em áreas específicas de estudo, como é o caso do meio rural. Nessa modalidade de ensino, em algumas instituições, a prática pode ser mais valorizada do que a teoria; no entanto, isso não deve ser considerado ideal, pois o desequilíbrio entre excesso de prática e carência de teoria — ou vice-versa — pode comprometer o processo de ensino-aprendizagem.

O maior interesse pela pecuária, demonstrado por 55% dos entrevistados, pode estar relacionado à tradição e à percepção de estabilidade econômica associada a essa atividade. Essa escolha pode ser motivada, muitas vezes, por afinidade com o campo ou pela perspectiva de geração de renda. A partir desse contexto, Bueno (2017, p. 4) afirma que

[...] a pecuária contribui positivamente para a geração de emprego e renda no país. O setor é importante por inserir contingente expressivo de trabalhadores ao mercado de trabalho, cujas oportunidades de emprego estariam por vezes limitadas no curto/médio prazo em outros setores da economia que requerem maior qualificação profissional.

Sob outra perspectiva, a escolha pela área também pode ser influenciada pela conscientização sobre os impactos ambientais, com destaque para a sustentabilidade. Nesse sentido, “a sustentabilidade seria alcançada quando as dimensões técnica, econômica, social e ambiental relacionadas à produção de bens e serviços fossem atendidas. Essas dimensões têm

forte interdependência e deveriam, em uma situação ideal, ser contempladas simultaneamente” (Bueno, 2017, p. 2).

Por outro lado, o interesse de 30% dos sujeitos pela agricultura demonstra uma ligação entre fatores econômicos, culturais e ambientais. Muitos jovens se envolvem com o trabalho de campo devido ao apego à tradição familiar e à concepção de estabilidade econômica associada à produção rural. No entanto, esses jovens também são motivados por um desejo de inovação, procurando atividades mais sustentáveis e técnicas que reduzam os danos ao meio ambiente. Assim, esse interesse é influenciado pela crescente consciência sobre a importância da agricultura para a segurança alimentar e a preservação dos recursos naturais.

Nesse entendimento, Paterniani (2001) ressalta que, em um conceito dinâmico, a sustentabilidade envolve as alterações temporais nas exigências humanas, especialmente em relação a uma população em crescimento, além de uma compreensão adequada da interação entre o ambiente e a agricultura. O autor cita a FAO (1989), a qual indica que o propósito de uma agricultura sustentável é garantir a gestão eficaz dos recursos existentes, preservando a produção em níveis adequados para atender às crescentes demandas de uma população em expansão, sem comprometer o meio ambiente.

O baixo interesse pela área de gestão rural e tecnologias agrícolas pode estar relacionado à falta de visibilidade, o que levou à baixa adesão, representando apenas 5% dos sujeitos. Os estudantes podem não perceber o potencial dessa área em termos de inovação, sustentabilidade ou liderança no agronegócio. Além disso, o desconhecimento sobre o impacto das tecnologias agrícolas pode resultar em desinteresse por essa linha de estudo. A ideia de que as tecnologias agrícolas são apenas um adendo à agricultura tradicional pode enfraquecer o apelo para aqueles que têm uma visão mais limitada da atividade agrícola.

Para apoiar essa análise, mencionamos a reflexão de Kolcenti et al. (2014), os quais indicam que a tecnologia está fortemente relacionada ao aprimoramento da produção agrícola, sendo um aspecto fundamental na busca por crescimento econômico, além de exercer um papel crucial e gerar impactos multiplicadores em toda a sociedade. Uma abordagem cada vez mais utilizada é a da agricultura de precisão, com a agrometeorologia sendo um exemplo. Esse recurso proporciona a coleta de dados contínuos e confiáveis, isentos de várias formas de erro nas medições. O leque de utilizações dessa técnica é vasto e visa otimizar a gestão do campo por meio da automação.

Por fim, o interesse de 5% dos estudantes pela área do comércio sinaliza a busca por diversidade em mercados fora do setor agropecuário tradicional. Essa escolha pode refletir o reconhecimento da importância da comercialização como elo entre os produtos agrícolas e os

consumidores finais, incluindo os mercados locais. Embora o setor comercial tenha menor popularidade se comparado às atividades rurais tradicionais, ele desempenha um papel essencial na estabilidade econômica das comunidades rurais.

O Quadro 4 apresenta os relatos acerca da importância exercida pela área da agropecuária na sociedade e na economia local. Essa indagação é relevante, pois permite explorar os impactos da agropecuária no desenvolvimento social e econômico de uma região.

Quadro 4 - Qual importância exercida pela área da agropecuária na sociedade e na economia local?

ESTUDANTE	RESPOSTAS
01	<i>A importância da agropecuária na sociedade e na economia são as relações necessárias do ser humano e natureza. Para comer tem que colher, isso acaba precisando de bons relacionamentos na sociedade.</i>
04	<i>A agricultura é importante para o pequeno produtor de agricultura familiar e para a comunidade. Juntamente com a grande agricultura que ajuda a economia e sustenta boa parte da população.</i>
06	<i>As áreas agrária e pecuária influenciam muito na economia de cidades e até de estados por gerarem produtos comerciais e inúmeros empregos.</i>
08	<i>Pelo clima temperado do Brasil, é propício a vários tipos de plantação, assim podendo exportar alimentos, assim aumentando a economia local e nacional da área de produção.</i>
09	<i>A agropecuária é de suma importância. Através dela são gerados inúmeros empregos e é a forma de trabalho de muitos produtores que tiram seu sustento através da agricultura.</i>
10	<i>Um dos principais fatores é colocar comida na mesa dos cidadãos brasileiros. A agropecuária envolve tanto a parte de alimentos por meio da pecuária (carne) e tanto pela parte de plantio (arroz e feijão...).</i>
12	<i>Acho que tudo, se reparar o agro está em tudo, na mesa, na vestimenta, de uma forma geral ele é importante, gera empregos, emprega outras áreas, e sem falar no PIB.</i>

Grifo nosso.

Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor.

As respostas contidas no Quadro 4 apontam para uma compreensão diversificada acerca da importância da agropecuária, especialmente nas dimensões social e ambiental. Nesse sentido, emergem as seguintes categorias para análise: a agropecuária como pilar econômico; o sustento e a geração de empregos para famílias e comunidades; e a produção de alimentos e a segurança alimentar como fatores fundamentais para a sociedade e para a economia local.

A agropecuária é amplamente reconhecida como uma atividade essencial para o desenvolvimento social e econômico. A fala do Estudante 01 ilustra a relação intrínseca entre o ser humano e a natureza, ao destacar que "para comer tem que colher". Essa perspectiva

ênfatisa a necessidade de compreender a produção de alimentos como uma interação direta entre sociedade e meio ambiente. Nesse contexto, Pereira et al. (2010, p. 14) evidenciam que

A demanda por alimento tem aumentado a necessidade cada vez mais de insumos como fertilizantes, pesticidas, água para irrigação, desmatamentos e técnicas de revolvimento dos solos. O uso destes insumos, sem dúvida, contribui para aumentar a produtividade e melhorar a qualidade dos produtos agrícolas; no entanto, quando não manejados adequadamente, podem gerar impactos negativos aos ecossistemas, com início do processo degradativo nos solos, nas plantas, na água e, finalmente, no homem.

O papel da agricultura familiar aparece no relato do Estudante 04, para quem “a agricultura familiar [...] juntamente com a grande agricultura [...] ajuda a economia e sustenta boa parte da população”. Essa ponderação do aluno evidencia a importância da agricultura para as comunidades locais e sua complementaridade com a agricultura em larga escala. Por outro lado, o contraste existente entre as diferentes escalas de produção revela um entendimento das dinâmicas que sustentam a economia e garantem a segurança alimentar. Autores como Pasqualato, Kaufmann e Wizniewsky (2019, p. 344) discutem o papel da agricultura familiar no desenvolvimento sustentável. Para eles

A agricultura familiar é uma forma de produção através da interação entre gestão e trabalho; são os próprios agricultores que dirigem o processo produtivo, trabalhando com a diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. [...] a agricultura familiar é a principal fonte de ocupação de força de trabalho no meio rural brasileiro e grande parte da produção de alimentos no Brasil advém da agricultura familiar.

Ainda nessa perspectiva, Neves (2007, p. 265) ressalta que a agricultura familiar é uma categoria socioprofissional resultante de processos de construção social, que “corresponde a formas de organização da produção em que a família é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas”.

Sob outro enfoque, o impacto econômico da agropecuária em escalas regionais e nacional foi citado nos relatos dos alunos. Podemos constatar isso na fala do Estudante 06: “as áreas agrária e pecuária influenciam muito na economia de cidades e até de estados, por gerarem produtos comerciais e inúmeros empregos”. O Estudante 08 relata: “pelo clima temperado do Brasil, é propício a vários tipos de plantação, assim podendo exportar alimentos, [...] aumentando a economia”. Nessa fala, o sujeito ênfatisa o papel do clima brasileiro na viabilização das exportações agrícolas, contribuindo para o fortalecimento das economias local e nacional nas regiões de produção. Nesse contexto, Scolari (2006, p. 1) afirma que

O agronegócio brasileiro possui muitos pontos fortes que garantem competitividade no mercado: recursos humanos profissionais e qualificados, boa capacidade de gestão na produção e comercialização, oferta ambiental favorável, bom nível de desenvolvimento tecnológico, alta capacidade de produção de maquinaria agrícola, colheitadeiras e tratores e baixo custo de produção. A produtividade dos principais

cultivos e explorações pecuárias ainda é baixa e pode ser aumentada significativamente, mesmo com o conhecimento tradicional.

A relação direta entre a agropecuária e o cotidiano das pessoas é mencionada nos depoimentos, evidenciando sua importância no fornecimento de alimentos básicos, como arroz, feijão e carne. O Estudante 10 salienta que a atividade garante "comida na mesa dos cidadãos brasileiros", o que reflete a relevância dessa prática para a segurança alimentar da população. Esse entendimento está alinhado com estudos sobre segurança alimentar. Autores como Maluf, Menezes e Valente (1996, p. 6-7) salientam que

O objetivo da segurança alimentar implicaria combinar (a) ações assistenciais-compensatórias frente a questões emergenciais como a fome, com políticas de caráter estruturante visando assegurar (b) o acesso aos alimentos sem comprometer parcela substancial da renda familiar; (c) a disponibilidade de alimentos de qualidade, originados de formas produtivas eficientes, porém, não excludentes e sustentáveis e (d) divulgação de informações ao consumidor sobre práticas alimentares saudáveis e possíveis riscos à saúde, mediados pelo alimento. [...] o acesso à alimentação está no centro da viabilização de uma das expressões econômicas da equidade, a saber, a constituição de um mercado de massa. [...] o conceito de segurança alimentar no Brasil deve enfatizar a questão do acesso aos alimentos, tanto nos casos em que ele é irregular ou insuficiente - onde se origina a fome - como naqueles onde o acesso é custoso e compromete parcela substancial da renda total, dificultando a obtenção dos demais componentes necessários a uma vida digna.

Numa concepção mais abrangente do contexto rural, o Estudante 12 expressa que o agro “está em tudo”. Essa fala reflete a presença do setor em diversos aspectos da vida cotidiana, como exemplificado no excerto: “na mesa” e “na vestimenta”. Esse reconhecimento revela a percepção do agronegócio como um setor produtivo que desempenha um papel fundamental no atendimento das necessidades básicas e no bem-estar da população. Por outro lado, a menção de que o agro “gera empregos” e “emprega outras áreas” indica a compreensão de que o setor, além de alimentar a população, impulsiona uma cadeia produtiva que se estende a diversos segmentos da economia.

No Quadro 5, são apresentadas as respostas sobre as habilidades e conhecimentos que os estudantes esperavam adquirir no curso e, ainda, se suas expectativas foram atendidas. Com as expectativas alcançadas, os sujeitos tendem a se sentir mais motivados a ingressar no mercado de trabalho ou a dar continuidade aos estudos na área da agropecuária.

Quadro 5 - Indique as habilidades e conhecimentos que você esperava/almejava adquirir/alcançar ao escolher esse curso, foram atendidos?

ESTUDANTE	RESPOSTAS	FORAM ATENDIDOS
01	<i>Eu esperava ter bons conhecimentos para desenvolver bons resultados na área.</i>	Em parte
03	<i>Ter mais conhecimento sobre cuidados animais, plantações e alimentação.</i>	Em parte

Grifo nosso.

ESTUDANTE	RESPOSTAS	FORAM ATENDIDOS
05	<i>Plantar da forma correta que não tenha nenhum desperdício.</i>	Sim
06	<i>Conhecimento técnico sobre animais, plantas, solos, máquinas agrícolas.</i>	Em parte
07	<i>Conhecer mais sobre a área, como reformar pastagem que foi um grande conhecimento, entender mais sobre os bovinos, galinhas, suínos, mais sobre análise de solo que é muito importante.</i>	Em parte
08	<i>Manejo de solo, conhecimento aprofundado de culturas de ciclo animal como: soja, milho, sorgo e girassol, além de animais como na bovino e suinocultura.</i>	Sim
14	<i>Mexer com gado leiteiro, aprender um pouco sobre irrigação, olericultura, avicultura e outras. Mas foi tudo de bom aqui no IF nesses 3 anos de curso.</i>	Sim

Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor.

A análise do Quadro 5 indica que a maior parte dos estudantes evidenciou, por meio de seus posicionamentos, que seus conhecimentos foram atendidos apenas parcialmente, representando um percentual de 60%. Em contrapartida, 40% dos sujeitos informaram que suas expectativas foram plenamente atendidas. Embora uma parcela significativa dos alunos reconheça o cumprimento de suas expectativas, ainda há uma margem considerável de insatisfação ou percepção de que a formação não correspondeu integralmente aos seus anseios. Essa divisão aponta para a necessidade de ajustes na grade curricular ou da implementação de abordagens pedagógicas mais alinhadas às expectativas e demandas dos estudantes.

O tratamento das respostas demonstra o anseio dos sujeitos por adquirir conhecimentos técnicos e práticos voltados à execução de atividades no meio rural. Categorias como conhecimentos específicos na área agropecuária, cuidados com animais, manejo animal e manejo agrícola foram extraídas a partir dos depoimentos dos alunos.

Os relatos apontam para o desejo dos alunos de obter uma formação acadêmica adequada ao ambiente agropecuário. Tal fato é constatado na fala do Estudante 01: "ter bons conhecimentos para desenvolver bons resultados na área", o que evidencia a expectativa por uma formação sólida e aplicada à agropecuária, demonstrando a importância de um ensino que provoque impacto positivo no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a formação promovida pelo IF Goiano – Campus Ceres atende a esse desejo, pois “o curso visa preparar profissionais técnicos em agropecuária capacitados para o exercício profissional e a cidadania, com conhecimentos e competências para atuar como agente

ativo no setor produtivo agrícola e zootécnico, tendo em vista os contextos sociais, econômicos, tecnológicos e ambientais” (IF Goiano, 2016, p. 4).

Por outro lado, as respostas indicam também a procura por um aprendizado mais completo, como podemos verificar na fala do Estudante 03: "ter mais conhecimento sobre cuidados com animais, plantações e alimentação", ao passo que o Estudante 06 afirmou buscar "conhecimento técnico sobre animais, plantas, solos e máquinas agrícolas". Essas afirmações reforçam a busca por uma formação abrangente, que contemple diferentes dimensões do ambiente rural.

Nesse contexto, o curso técnico em agropecuária oferecido pela instituição responde aos anseios dos estudantes, pois promove um conhecimento amplo na área. Estruturado de forma integrada, o curso permite tanto a formação geral quanto técnica, o que constitui uma proposta educativa mais abrangente e prepara o egresso para atuar como agente transformador da realidade (IF Goiano, 2016).

Outro aspecto que se destaca é a importância atribuída à diversidade de conteúdos. Tal percepção pode ser observada na fala do Estudante 07: "conhecer mais sobre a área, como reformar pastagens, entender mais sobre bovinos, galinhas, suínos, e análise de solo", demonstrando o valor de uma formação que contemple múltiplos saberes e práticas. O conhecimento e a prática em diversas áreas da agropecuária possibilitam uma preparação mais adequada às exigências do setor.

Sob uma perspectiva mais técnica, o manejo de recursos também aparece como uma preocupação relevante nos depoimentos dos estudantes. Essa assertiva é evidenciada no relato do Estudante 05, que mencionou a importância de "plantar da forma correta, sem desperdício", enquanto o Estudante 08 destacou "manejo de solo e conhecimento aprofundado de culturas de ciclo anual, como soja, milho, sorgo e girassol". Tais falas revelam uma consciência crescente quanto à adoção de práticas sustentáveis e eficientes, essenciais para a agricultura contemporânea. Nesse sentido, a reflexão contida no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) remete à prática da sustentabilidade ao indicar que os conhecimentos obtidos na formação em agropecuária devem estar alinhados a princípios sustentáveis, éticos e tecnicamente fundamentados.

O curso proporcionará aos estudantes conhecimentos para atuar na área de agropecuária, com visão integrada e com o domínio de técnicas e de tecnologias básicas com vistas ao desenvolvimento sustentável, uma vez que essas técnicas, além de eficientes economicamente, devem ser ambientalmente favoráveis, eticamente defensáveis, socialmente aceitáveis (IF Goiano, 2016, p. 4).

Por fim, percebe-se que a experiência positiva e diversificada na formação acadêmica também foi evidenciada nos relatos. O Estudante 14 valorizou a diversidade da formação ao mencionar que aprendeu a "mexer com gado leiteiro, um pouco sobre irrigação, olericultura, avicultura e outras". Além disso, destacou: "foi tudo de bom aqui no IF nesses 3 anos de curso". Assim, vale salientar que esse depoimento expressa uma vivência positiva e abrangente, evidenciando uma formação que alia teoria e prática de maneira significativa.

Nesse sentido, o fato de o sujeito relatar uma experiência prazerosa na instituição reflete, além da familiaridade com a área, o envolvimento com as atividades complementares que o IF Goiano oferece, como as atividades artísticas e culturais descritas no Projeto Pedagógico do Curso (2016). Essa abordagem remete ao conceito de educação omnilateral, conforme nos ensina Ciavatta (2014), que defende uma formação voltada ao desenvolvimento integral do ser humano em todas as suas dimensões.

No Quadro 6, a seguir, são apresentados os depoimentos sobre a agropecuária e a promoção da sustentabilidade ambiental. Essa preocupação com a relação entre agropecuária e sustentabilidade permite compreender as múltiplas percepções e experiências dos indivíduos em relação às práticas agrícolas e pecuárias sustentáveis.

Quadro 6 – Você acredita que a agropecuária desempenha um papel na promoção da sustentabilidade ambiental? Se sim, como?

ESTUDANTE	RESPOSTAS	ACREDITA
Estudante 01	<i>O agro pode ser mais sustentável, porém tem pouca ação técnica, isso acaba prejudicando a natureza.</i>	Em parte
Estudante 02	<i>Buscando a maior produção sem a expansão de novas áreas e assim, produzindo mais com as mesmas áreas.</i>	Sim
Estudante 06	<i>Para se alcançar a sustentabilidade é preciso de incentivo, tecnologia e dinheiro.</i>	Em parte
Estudante 08	<i>Em muitos casos ao invés de abrir uma área de forma correta como plantar outras arvores na reserva da fazenda em questão, colocam fogo, assim agredindo mais o meio ambiente.</i>	Em parte
Estudante 17	<i>Eu acredito que em partes, pois tem melhorado a forma dos manejos, insumos, rotação de cultivares, fazer integração de plantas, são bons para, de certa forma, não prejudicar o meio ambiente.</i>	Em parte
Estudante 20	<i>Com a integração de pastagem com outras culturas como eucalipto entre outras.</i>	Sim

Grifo nosso.

Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor.

Acerca da categoria sustentabilidade, o tratamento das falas dos estudantes, contidas no Quadro 6, retrata uma tendência predominante de que a agropecuária pode contribuir para a

sustentabilidade ambiental. Embora haja esse reconhecimento, 83,33% dos sujeitos acreditam que a agropecuária desempenha esse papel parcialmente, enquanto 16,67% consideram que ela cumpre essa função de forma plena. Vale destacar que essa amostragem refere-se apenas aos estudantes que expressaram comentários no questionário; os demais limitaram-se a marcar as opções “sim” ou “em parte”. As categorias que emergem dos depoimentos incluem: obstáculos técnicos/econômicos, práticas prejudiciais ao meio ambiente, adoção de práticas sustentáveis e melhorias no manejo.

Na análise das respostas, há um consenso de que a agropecuária pode promover a sustentabilidade, mas os sujeitos indicam que é necessário superar diversos desafios para que isso se concretize. O Estudante 01, por exemplo, afirmou que “o agro pode ser mais sustentável, porém tem pouca ação técnica, isso acaba prejudicando a natureza”. Essa ponderação revela a percepção de que é preciso maior capacitação técnica por parte dos produtores, pois, na ausência dessas práticas, as atividades agropecuárias podem causar impactos ambientais negativos, comprometendo a biodiversidade e os recursos naturais.

Nesse sentido, a expressão “tem pouca ação técnica” remete à ideia de um entrave a ser superado no setor agropecuário. Para reforçar essa afirmação, destacamos a reflexão de Sambuichi et al. (2012, p. 36–37), segundo os quais

O principal desafio de desenvolver a produção agropecuária sustentável é conciliar nas decisões políticas os aspectos econômicos, sociais e ambientais, pois estes apresentam *tradeoffs* que quase sempre levam ao favorecimento de um aspecto em detrimento dos demais e muitas vezes resultam no desenvolvimento de políticas conflitantes. No Brasil, por exemplo, as políticas de desenvolvimento agrícola historicamente incentivaram o desmatamento e o descumprimento à lei do Código Florestal, sendo as áreas de vegetação natural nas propriedades consideradas áreas improdutivas e passíveis de desapropriação. Atualmente, por força dos compromissos internacionais assumidos, o governo investe em ações para deter o desmatamento, mas as políticas aplicadas para o crescimento do setor agropecuário ainda conflitam em muitos aspectos com esse objetivo, a exemplo da abertura de novas estradas e do apoio ao desenvolvimento de variedades de soja adaptadas para a Região Amazônica.

Por outro lado, uma visão um pouco mais otimista é defendida pelo Estudante 02. Para ele, aumentar a “produção sem a expansão de novas áreas” pode ser viável por meio da implementação de práticas mais sustentáveis, produzindo “com as mesmas áreas”. Segundo a percepção do estudante, é possível ampliar a produção ao mesmo tempo em que se preservam áreas naturais. Dessa forma, essa perspectiva demonstra como a agropecuária, por meio do uso de tecnologias e técnicas adequadas, pode contribuir para a preservação ambiental, otimização de recursos e prevenção do desmatamento.

Nesse contexto, a fala do Estudante 06 destaca que “para se alcançar a sustentabilidade é preciso de incentivo, tecnologia e dinheiro”. Isso evidencia a compreensão de que a transição para práticas mais sustentáveis depende de fatores externos ao setor agropecuário, como apoio

governamental e acesso a financiamentos. Assim, a sustentabilidade não é alcançada apenas pela vontade individual ou pela inovação técnica, mas pela existência de uma estrutura que possibilite a efetivação dessas ações. Nessa perspectiva, a respeito das inovações tecnológicas, Sambuichi (2014, p. 1) reforça a ideia de que

[...] para vencer o desafio da sustentabilidade, portanto, é fundamental um redirecionamento tecnológico. Primeiramente, é preciso que se desenvolva uma tecnologia mais adequada para a produção em pequena escala, de modo que o pequeno agricultor possa absorver essa tecnologia e intensificar a sua produção de maneira sustentável. Para isso, é necessário que se modifique tanto a forma como essa tecnologia é gerada como o seu processo de difusão, unindo pesquisa e extensão e integrando o agricultor no processo de desenvolvimento tecnológico.

Nesse sentido, Sambuichi (2014) destaca que um dos pontos mais importantes é a necessidade de que as inovações tecnológicas sejam baseadas em uma compreensão ecológica das interações entre o processo produtivo e o meio ambiente. Isso implica a inclusão de elementos cruciais que, até então, têm sido pouco considerados, como o manejo integrado do solo, da água e da biodiversidade. É fundamental superar a prática da monocultura e adotar novas abordagens que promovam cultivos diversificados. Essas práticas devem integrar a agricultura, a pecuária e a silvicultura em diferentes sistemas produtivos, os quais podem ser rotacionados, consorciados e adaptados às condições ambientais específicas de cada região.

Com uma percepção um pouco distinta, algumas falas dos sujeitos destoam da confiança geral nas práticas agropecuárias em relação à sustentabilidade. Essa crítica é percebida na fala do Estudante 08: “em muitos casos, ao invés de abrir uma área de forma correta, como plantar outras árvores na reserva da fazenda em questão, colocam fogo, assim agredindo mais o meio ambiente”. Essa observação evidencia como práticas irresponsáveis podem agravar o impacto ambiental. Assim, embora a agropecuária possa ser sustentável, também pode causar danos significativos caso não sejam adotadas práticas adequadas.

Nesse cenário, a respeito do impacto das queimadas no ambiente, Soares (1995) faz uma avaliação que remete ao depoimento do estudante. Para o autor, o fogo, quando utilizado de maneira inadequada, representa riscos significativos ao meio ambiente. Seus efeitos diretos sobre a fauna e a flora eliminam populações e ameaçam espécies, sendo os danos ao solo e ao ecossistema de difícil recuperação.

Além disso, entre as diversas respostas, observamos uma visão mais moderada, afirmando que a agropecuária contribui parcialmente para a sustentabilidade ambiental. É o caso da fala do Estudante 17, que acredita que a agropecuária promove a sustentabilidade “em partes, pois tem melhorado a forma dos manejos, insumos, rotação de cultivares, fazer integração de plantas, são bons para, de certa forma, não prejudicar o meio ambiente”. Essas

metodologias visam criar um equilíbrio entre a produção agropecuária e a preservação ambiental, mas ainda há a percepção de que o setor poderia avançar mais, uma vez que o sujeito reconhece apenas uma contribuição parcial.

Para uma melhor compreensão sobre a sustentabilidade, indicamos a reflexão de Santos e Silva (2019, p. 16), os quais afirmam que

A agricultura sustentável caracteriza-se pelo sistema produtivo de cunho socioambiental, considerando os aspectos culturais e políticos, esse sistema pode adotar outro modelo tecnológico e o uso de energia renovável, com custos baixos, com menor impacto possível ao ambiente, não utiliza de forma predatória os recursos naturais e produz retornos socioeconômicos adequados às populações rurais, levando em conta as necessidades locais e suas potencialidades.

Ainda nessa perspectiva, Santos e Silva citam Altieri (2002), para quem a agricultura sustentável diz respeito à busca por rendimentos duradouros ao longo do tempo, por meio da utilização de tecnologias de manejo ecologicamente corretas. Isso exige a otimização do sistema como um todo, e não apenas o aumento do rendimento de um produto específico.

Por fim, a agropecuária pode desempenhar um papel relevante na promoção da sustentabilidade ambiental, desde que sejam adotadas práticas integradas que respeitem o equilíbrio ecológico. Essa ideia é identificada na fala do Estudante 20: "com a integração de pastagem com outras culturas como eucalipto, entre outras", há a possibilidade de otimizar o uso da terra, permitindo a diversificação das atividades produtivas. Essa prática contribui para o uso mais eficiente dos recursos naturais, promove a regeneração da vegetação e preserva a biodiversidade local.

O Quadro 7 apresenta os depoimentos dos estudantes a respeito da influência do curso na produção de alimentos, no manejo de animais e na gestão de propriedades rurais. Evidenciar essa influência é fundamental, pois permite compreender como o conhecimento adquirido ao longo da formação pode impactar e transformar as práticas dos sujeitos no campo.

Quadro 7 - Como o curso técnico em agropecuária influenciou suas visões sobre a produção de alimentos, o manejo de animais e na gestão de propriedades rurais?

ESTUDANTE	RESPOSTAS
Estudante 01	<i>No curso dá para perceber uma realidade diferente do que é passada pelos familiares, muita das vezes são apresentadas dificuldades, mas com o técnico é possível ampliar nossos conhecimentos e solucionar os problemas na fazenda.</i>
Estudante 06	<i>No manejo de animais adquiri um conhecimento mais técnico sobre doenças, rochas e galpões. Em produção de alimentos aprendi mais sobre tratos culturais e leis que incentivam o produtor e na gestão de propriedades, minha visão não mudou.</i>

Grifo nosso.

Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor.

ESTUDANTE	RESPOSTAS
Estudante 08	<i>De forma sustentável, com consciência a respeito de produtos e maneira certa de usar, como agrotóxico e vacina, em animais.</i>
Estudante 10	<i>A saber a forma correta de conduzir uma lavoura, ensinar os manejos corretos com os animais e aprender a conduzir uma propriedade rural.</i>
Estudante 11	<i>O jeito de cuidar de uma lavoura, o manejo correto de cuidar dos animais e como deve ser feito um curral.</i>
Estudante 13	<i>Mostrou que há várias maneiras que respeitam o meio ambiente na área da agricultura e manejo ético com os animais. Além de conseguir maior produção e economia com atividades sustentáveis.</i>
Estudante 16	<i>Antes eu via a produção de alimentos irrelevante, achava que não era necessário um manejo adequado para animais e muito menos gestão de propriedades rurais, por isso o curso me mostrou ao contrário e me ensinou o que eu não sabia ou não acreditava.</i>

O tratamento dos depoimentos apresentados no Quadro 7 indica que os sujeitos possuem diversas percepções acerca da influência do curso, relacionadas às categorias: produção de alimentos, manejo de animais e gestão de propriedades rurais. A ampliação do conhecimento e da consciência técnica, a valorização da sustentabilidade e da ética na produção, bem como a mudança de percepção sobre o campo e a produção, são categorias evidenciadas a partir das falas dos estudantes. Nesse sentido, pode-se inferir que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desempenha um papel fundamental na promoção de conhecimentos voltados ao aprimoramento das práticas agropecuárias, contribuindo para o desenvolvimento do setor.

A partir desse contexto, observa-se que o curso proporcionou uma experiência aos alunos que modificou ou aperfeiçoou suas práticas no campo, aprimorando suas habilidades na lida agropecuária. Tal fato é constatado na fala do Estudante 01: “muitas das vezes são apresentadas dificuldades, mas com o técnico é possível ampliar nossos conhecimentos e solucionar os problemas na fazenda.” Nota-se que o curso ofereceu ferramentas para lidar com desafios, ampliando a capacidade dos alunos na resolução de problemas.

Outro ponto relevante é o relato do Estudante 06: “no manejo de animais adquiri um conhecimento mais técnico sobre doenças, rochas e galpões. Em produção de alimentos aprendi mais sobre tratos culturais e leis que incentivam o produtor.” Esse depoimento ilustra a transformação do conhecimento empírico em conhecimento técnico, essencial para o aprimoramento das práticas cotidianas.

Nessa perspectiva, o Estudante 16 descreve uma mudança significativa em sua visão. Antes, ele “via a produção de alimentos como irrelevante, achava que não era necessário um manejo adequado para animais e muito menos gestão de propriedades rurais. Por isso, o curso me mostrou o contrário e me ensinou o que eu não sabia ou não acreditava.” Essa mudança de

perspectiva demonstra a capacidade do curso em desconstruir crenças prévias e introduzir uma visão mais técnica e consciente sobre a agropecuária.

No que se refere ao manejo de animais, ilustra-se uma ponderação de Costa (2003, p. 87) acerca do bem-estar de bovinos. Para o autor:

Há vários recursos e estímulos que são necessários para que os bovinos encontrem-se em boas condições de bem-estar, como: o espaço em si, permitindo que os animais mantenham suas atividades em um contexto social equilibrado; os abrigos, para que possam se proteger dos rigores do clima; os alimentos, incluindo as forragens, a água e os suplementos. Existem particularidades que definem o grau de necessidade de cada um desses recursos, dependendo das características genéticas e ambientais como, por exemplo, a necessidade por sombra depende da capacidade de adaptação do animal ao calor. [...] De maneira geral, podemos dizer que os bovinos são bem modestos em suas necessidades em qualquer um desses itens e, portanto, elas podem ser atendidas sem muitas dificuldades. (Costa, 2003, p. 87)

O curso, ainda, influenciou a percepção dos sujeitos sobre práticas agrícolas e de manejo animal, como é o caso do Estudante 08, que expressou: "de forma sustentável, com consciência a respeito de produtos e da maneira certa de usar, como agrotóxico e vacina em animais". Esse relato demonstra a importância da sustentabilidade e ressalta a conscientização sobre o uso correto de insumos, como agrotóxicos e vacinas. Já o Estudante 13 destacou que o curso "mostrou que há várias maneiras que respeitam o meio ambiente na área da agricultura e manejo ético com os animais", evidenciando que passou a compreender formas de produção sustentáveis e éticas no trato com os animais.

Por fim, o tratamento das falas dos sujeitos revela uma preocupação com a aprendizagem de práticas essenciais para a gestão de propriedades rurais, manejo de lavouras e cuidado com os animais. Nesse sentido, o Estudante 10 mencionou que o curso influenciou "a forma correta de conduzir uma lavoura, ensinar os manejos corretos com os animais e aprender a conduzir uma propriedade rural". O Estudante 11 complementa, ao afirmar que aprendeu "o jeito de cuidar de uma lavoura, o manejo correto dos animais e como deve ser feito um curral", o que reforça a importância do conhecimento técnico, com ênfases distintas, mas igualmente relevantes.

Nesse contexto, sobre a forma correta de construir um curral, Santos (2003, p. 88) afirma que um

Exemplo interessante está relacionado com o tipo de cercados que usamos nos currais e demais áreas de manejo, com tábuas intercaladas por espaços abertos, este tipo de desenho permite que o gado se distraia ou se assuste com acontecimentos ou pessoas que estão do lado externo; fazendo com que os animais parem, recuem e tentem saltar, atrasando a conclusão do trabalho, ao vedar esses espaços na seringa podemos diminuir o tempo de entrada dos animais no tronco, além de ocorrer maior uniformidade das respostas.

Em outra perspectiva, no que se refere à gestão rural, Lourenzani, Filho e Bankuti (2003) afirmam que a gestão de uma empresa rural envolve o processo de tomada de decisões que avaliam a alocação de recursos limitados entre diversas opções produtivas, em um ambiente repleto de riscos e incertezas típicos do setor agropecuário. Independentemente de seu porte, o gerenciamento da propriedade rural é fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável da propriedade como um todo. Nesse sentido, Santos e Marion (1996, p. 16) destacam que “o principal papel do administrador rural é planejar, controlar, decidir e avaliar os resultados, visando à maximização dos lucros, à permanente motivação, ao bem-estar social de seus empregados e à satisfação de seus clientes e da comunidade”.

A seguir, o Quadro 8 apresenta as respostas dos sujeitos acerca da contribuição da tecnologia para o avanço da agropecuária. O uso de tecnologias pode trazer benefícios significativos para as práticas agropecuárias, como o aumento da produtividade, a redução de custos e até mesmo avanços no que se refere à sustentabilidade.

Quadro 8 - Em sua opinião, como a tecnologia pode contribuir para o avanço da agropecuária? Você vê oportunidades de integrar tecnologia em sua futura carreira?

ESTUDANTE	RESPOSTAS
01	<i>A tecnologia é o que mais ajuda no desenvolvimento no campo, com ela é possível melhorar genética, descobrir soluções para doenças e pragas, essa área é dentre a mais importante.</i>
02	<i>A tecnologia sempre irá contribuir pela maior sustentabilidade e também melhor planejamento.</i>
07	<i>Pode contribuir facilitando mais. Já tem invenção de drones, máquinas, colheitadeiras, isso abre muitas oportunidades para mim no dia de amanhã.</i>
08	<i>Tenho sim, uso de drones para pulverização e monitoramento de áreas, balança mais moderna para facilitar o serviço.</i>
09	<i>Através da tecnologia os produtores conseguiram ter um avanço nas produções, o uso das máquinas e os maquinários agrícolas foi essencial para que as produções aumentassem.</i>
10	<i>A tecnologia já vem contribuindo, desde as máquinas agrícolas até equipamentos para manejo do gado, como: balanças eletrônicas e apps de controle de rebanho. Vejo sim oportunidade de integrar a tecnologia, por ela estar sendo favorável para um serviço bom.</i>
11	<i>A tecnologia contribui bastante, pois antigamente tinha muita dificuldade de bater um veneno para matar insetos que prejudicavam a lavoura, hoje se faz com um drone. Sim irá me ajudar muito.</i>

Grifo nosso.

Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor.

Com base nas respostas dos sujeitos contidas no Quadro 8, podemos observar que há uma percepção de que as inovações tecnológicas desempenham um papel essencial na

agropecuária. A tecnologia como ferramenta para o avanço produtivo, como aliada da sustentabilidade, a adoção prática da tecnologia no campo e as expectativas e oportunidades para o futuro são categorias estabelecidas a partir das falas dos participantes. Eles reforçam a ideia de que o uso da tecnologia nas práticas rurais resulta em benefícios para diversas áreas do setor, podendo-se citar, por exemplo, o aumento da produtividade e o estabelecimento de práticas sustentáveis.

No tratamento das falas, o relato do Estudante 01 expressa que "a tecnologia é o que mais ajuda no desenvolvimento no campo, com ela é possível melhorar a genética". Para esse sujeito, as inovações tecnológicas oferecem soluções para problemas como "doenças e pragas". Esse aluno vê a tecnologia como uma das áreas mais relevantes para o futuro da agropecuária, o que demonstra uma visão otimista sobre as vantagens de seu uso. No que se refere à genética, podemos inferir que essa menção indica uma conexão com o avanço da biotecnologia na área. Nesse contexto, Arantes e Azevedo (1986, p. 62) indicam que

A biotecnologia consiste num conjunto de técnicas, como engenharia genética, fermentação, cultura "*in vitro*" e outras, utilizadas para explorar o potencial dos microorganismos, animais e vegetais, permitindo mudanças diretas ou indiretas no gene e nas frequências genotípicas. É, portanto, interdisciplinar e seus resultados contribui em várias disciplinas tradicionais. Visa principalmente a obtenção de produtos geradores de bens e serviços. Presente em todos os campos, indústria, agropecuária e saúde, é símbolo do sistema produtivo das próximas décadas.

A sustentabilidade também é uma temática que aparece como um quesito fundamental nos depoimentos. Notamos isso na ilustração feita pelo Estudante 02. Para esse sujeito, "a tecnologia sempre irá contribuir pela maior sustentabilidade e também melhor planejamento", o que permite deduzir que as tecnologias atuais favorecem práticas mais conscientes e eficientes. Desse modo, o relato indica que, com a ajuda da tecnologia, é possível minimizar os impactos ambientais ao mesmo tempo em que se promove um planejamento mais eficaz para as práticas agrícolas.

Nas falas dos alunos, observa-se uma percepção mais prática acerca das tecnologias já existentes, como mencionado pelo Estudante 07. Para ele, o uso de "drones, máquinas e colheitadeiras [...] abre muitas oportunidades para mim no dia de amanhã", o que pode contribuir para facilitar ainda mais as atividades rurais. Nesse sentido, destacamos que a resposta do sujeito indica que ele já reconhece as inovações tecnológicas como facilitadoras do trabalho no campo, acreditando que essas ferramentas continuarão a criar novas possibilidades e, ainda, a otimizar as atividades agrícolas. Desse modo, percebemos que

A tecnologia é a grande aliada do homem, na produção agrícola. No entanto, para que a tecnologia possa ser utilizada de forma adequada em benefício do homem, cada vez mais se faz necessário o conhecimento. Somente através do conhecimento seremos capazes de utilizar de forma correta as tecnologias que são disponibilizadas a todo

instante. Hoje já temos plantadeiras que são “auto propelidas”, ou seja, não precisam mais do trator para tracioná-las. As sementes, insumo da maior significância estão sendo comercializadas tendo como referencial de mensuração não mais “saco”, mas sim o número de sementes (Embrapa, 2025).

Para o Estudante 08, o “uso de drones para pulverização e monitoramento de áreas” agrícolas é uma realidade. Esse sujeito, ainda, mencionou a utilização de “balanças mais modernas para facilitar o serviço”, demonstrando que a tecnologia está sendo cada vez mais integrada ao seu cotidiano. Essa fala aponta para a efetividade das tecnologias já implementadas e como elas contribuem para uma maior eficiência no trabalho de campo, além de favorecer a adaptação dos profissionais a essas práticas.

Em outro ponto, o Estudante 09 destacou que “através da tecnologia os produtores conseguiram ter um avanço nas produções, o uso das máquinas e maquinários agrícolas foi essencial para que as produções aumentassem”. Desse modo, a visão do sujeito retrata o impacto direto da tecnologia na produtividade, especialmente com a mecanização das atividades, o que leva a uma maior eficiência, redução de custos operacionais no campo e otimização do tempo nas práticas agrícolas. Nessa perspectiva,

A tecnologia é fundamental para o aumento da produção via aumento da produtividade, e para se fazer a gestão de todos os processos envolvidos com a produção de um produto alimentício. Isto, independente da escala de produção. Tecnologia, não deve ser confundida com algo fora da realidade. Na agricultura, a época de semeadura, a quantidade de sementes por unidade de área, a população de plantas, dentre vários outros, são exemplos de itens que interferem na produtividade, na qualidade do produto e no custo de produção. São tecnologias, simples, às vezes de custo zero. [...] para que a agricultura possa continuar desempenhando o seu papel, produzindo alimentos, fibras e energia, é fundamental a adoção de tecnologias modernas, que assegurem o aumento da produtividade, a redução dos custos de produção e a oferta de alimentos com qualidade. [...] ao mesmo tempo em que a tecnologia é fundamental para o aumento da produção, é preciso que os usuários tenham conhecimentos para que possam protegê-las. A vida útil de uma tecnologia pode ser muita curta se esta não for utilizada de forma adequada. (Embrapa, 2017)

Já o Estudante 10 vê a contribuição da tecnologia tanto no manejo de rebanhos quanto na agricultura, mencionando o uso de “balanças eletrônicas e apps de controle de rebanho”. Ele enxerga as oportunidades de integração da tecnologia como favoráveis à qualidade do serviço. A fala desse sujeito evidencia o avanço das tecnologias no setor da pecuária, especialmente no que diz respeito ao controle e monitoramento de animais, aspectos essenciais para a melhoria do manejo e da produção.

Por fim, o Estudante 11 destacou como a tecnologia transformou processos antigos, como o combate a insetos prejudiciais às lavouras, mencionando que “hoje se faz com um drone”. O sujeito também expressou confiança no impacto positivo que a tecnologia trará para o futuro de seu trabalho ao afirmar: “isso irá me ajudar muito”. Dessa forma, a adoção de drones

evidencia a modernização de métodos tradicionais e uma adaptação às novas ferramentas, visando melhores resultados no controle de pragas.

Nesse sentido, para um melhor entendimento acerca do uso de drones, destacamos uma reflexão contida no site AgroPós. Esse sítio eletrônico afirma que

Com a crescente importância dos *drones* na agricultura, os produtores, naturalmente, os utilizam em diversas técnicas agrícolas. Uma delas, por exemplo, é a pulverização, que é um dos principais fatores de manejo para obter o maior potencial do cultivo. E, nesse contexto, entram os *drones* pulverizadores. Os *drones* para pulverização, por sua vez, são equipamentos que vêm ganhando o mercado, principalmente em áreas agrícolas de difícil acesso. Além disso, com o controle de plantas daninhas e a capacidade de lidar com pragas e doenças, o uso de *drones* para pulverização tem apresentado ótimos resultados (AgroPós, 2021)

No Quadro 9, são apresentadas as respostas dos sujeitos acerca do impacto positivo que a agropecuária pode gerar nas comunidades rurais. Com esse questionamento, é possível inferir que a agropecuária pode trazer diversos benefícios, como a geração de empregos e a melhoria da economia local nas comunidades do campo.

Quadro 9 - Que impacto positivo você acredita que a agropecuária pode ter nas comunidades rurais?

ESTUDANTE	RESPOSTAS
04	<i>Principalmente a agricultura familiar, quando está mais próxima da comunidade, pode trazer benefícios em uma alimentação saudável e produto de qualidade.</i>
06	<i>Pode ser usado de forma certa levar empregos, melhorias e qualidade de vida para as pessoas.</i>
08	<i>Impacto de muitas formas, como: forma de renda também vinda do próprio técnico, vão passar e transmitir informação para produtor.</i>
09	<i>Oportunidade de empregos.</i>
11	<i>Muito bom, pois a comunidade pode usar tanto para vender um produto para os mercados que fica perto da região ou vender em uma feira e pode ser usado como consumo próprio.</i>
13	<i>Uma comunidade rural pode ser mantida facilmente com a agropecuária, além de poder, fazem práticas sustentáveis para maximizar os lucros e diminuir gastos.</i>
19	<i>Na alimentação e na agricultura familiar, pois sem isso ninguém vive.</i>
20	<i>Trazer uma melhora na qualidade de vida dos trabalhadores rurais e na economia das famílias.</i>

Grifo nosso.

Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor.

O tratamento das falas dos estudantes contidas no Quadro 9 evidencia que a agropecuária desempenha um papel fundamental para o progresso das comunidades rurais. Alimentação e segurança alimentar, geração de empregos, sustentabilidade, comercialização, valorização do técnico e melhoria na qualidade de vida são categorias enfatizadas nas falas dos

alunos. Essas categorias representam benefícios gerados por meio da agropecuária, especialmente pela agricultura familiar.

Para alguns alunos, a agricultura familiar é essencial para oferecer benefícios às pessoas que vivem no campo. O Estudante 04 afirma: “a agricultura familiar, quando está mais próxima da comunidade, pode trazer benefícios em uma alimentação saudável e produto de qualidade”, mostrando que a proximidade entre a produção e os consumidores é um elemento fundamental para a promoção da saúde. De forma semelhante, o Estudante 19 destaca: “na alimentação e na agricultura familiar, pois sem isso ninguém vive”, reforçando que esse segmento é indispensável para a sobrevivência das comunidades rurais.

Nesse sentido, Maluf (2004) afirma que a agricultura familiar é considerada a maneira mais adequada de utilizar o espaço rural para a convivência social. A valorização dos agricultores familiares contribui para a equidade e a inclusão social, ao mesmo tempo em que garante uma maior diversidade de alimentos de forma sustentável para a comunidade.

A atividade agropecuária é fundamental para assegurar a sustentabilidade e a qualidade de vida dos trabalhadores do campo. O Estudante 06 destacou que a agropecuária, quando utilizada “de forma certa”, pode “levar empregos, melhorias e qualidade de vida para as pessoas”. O Estudante 13 complementa, afirmando que “uma comunidade rural pode ser mantida facilmente com a agropecuária”, e que, ao adotar “práticas sustentáveis para maximizar os lucros e diminuir gastos”, contribui para um modelo de produção que beneficia tanto os produtores quanto o meio ambiente. Para Maluf (2004), as atividades realizadas pelas comunidades rurais são importantes fontes de emprego e renda, ao mesmo tempo em que desempenham o papel de fornecedoras de alimentos diversos e de boa qualidade.

Segundo os participantes, a geração de emprego e renda é essencial para o fortalecimento da economia local. Para o Estudante 08, a agropecuária gera “forma de renda também vinda do próprio técnico, [que] vai passar e transmitir informação para o produtor”, evidenciando como a capacitação e a troca de conhecimentos contribuem para o fortalecimento do setor e a melhoria das condições de trabalho. Já o Estudante 09 reforça que a agropecuária oferece “oportunidade de empregos”, o que pode contribuir diretamente para a autonomia econômica das famílias.

Nesse contexto, Maluf (2004, p. 302-303) afirma que

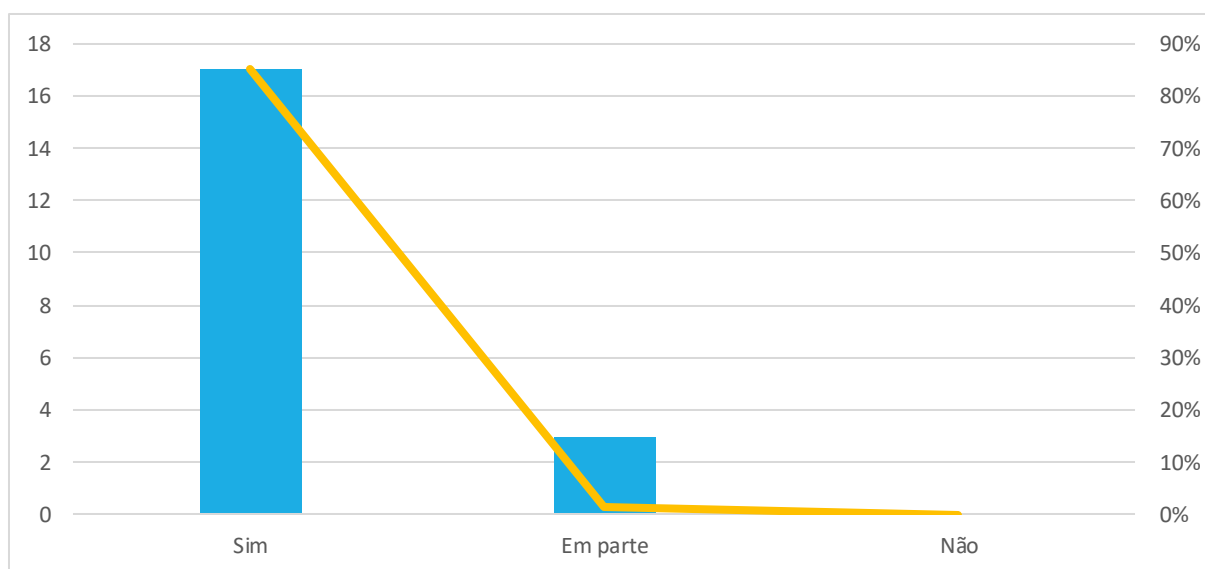
A viabilização das atividades de produção agroalimentar continua sendo elemento essencial para a reprodução das famílias rurais em condições dignas, tanto como fonte direta de renda monetária e de alimentos para o autoconsumo, quanto por fornecerem a base necessária para muitas das atividades não agrícolas.

Acerca do consumo e da comercialização de produtos, o Estudante 11 menciona que “a comunidade pode usar tanto para vender um produto para os mercados que ficam perto da região ou vender em uma feira, e pode ser usado como consumo próprio”. Tal afirmação retrata a importância da agropecuária na geração de produtos para o consumo local e no fortalecimento da economia das comunidades. Ademais, a venda de produtos frescos e de qualidade nas feiras e mercados locais fomenta o comércio regional e fornece alimentos saudáveis para todos.

Por fim, os sujeitos reconhecem que a melhoria da qualidade de vida é um dos benefícios mais valiosos que a agropecuária proporciona. O Estudante 20 afirma que a agropecuária promove “uma melhora na qualidade de vida dos trabalhadores rurais e na economia das famílias”. Essa fala reforça a importância do segmento como pilar econômico e social nas áreas rurais, permitindo que as famílias sobrevivam e prosperem por meio das práticas agropecuárias.

O Gráfico 7 apresenta as opiniões dos estudantes acerca da aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos no curso em suas futuras carreiras. As respostas dos sujeitos nesse quesito demonstram a abrangência que o curso pode proporcionar em suas trajetórias profissionais.

Gráfico 7- Os conhecimentos adquiridos no curso podem ser aplicados em sua futura carreira?



Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor.

No tratamento dos dados constantes no Gráfico 7, cerca de 85% dos participantes optaram por responder “sim”. A partir dessa resposta, pode-se inferir que há uma tendência otimista quanto à aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso técnico em agropecuária na futura trajetória profissional dos sujeitos. Conforme indicam as falas, as habilidades apreendidas no curso serão úteis em suas carreiras. Desse modo, os conhecimentos

e competências desenvolvidos durante a formação revelam uma percepção positiva de que o curso preparou os estudantes de forma prática e consistente para enfrentar os desafios profissionais futuros, o que valida tanto o conteúdo curricular quanto a abordagem pedagógica adotada.

Nesse contexto, para um melhor entendimento acerca das competências e habilidades adquiridas no curso, mencionamos Perrenoud (2000, p. 32-33), que afirma:

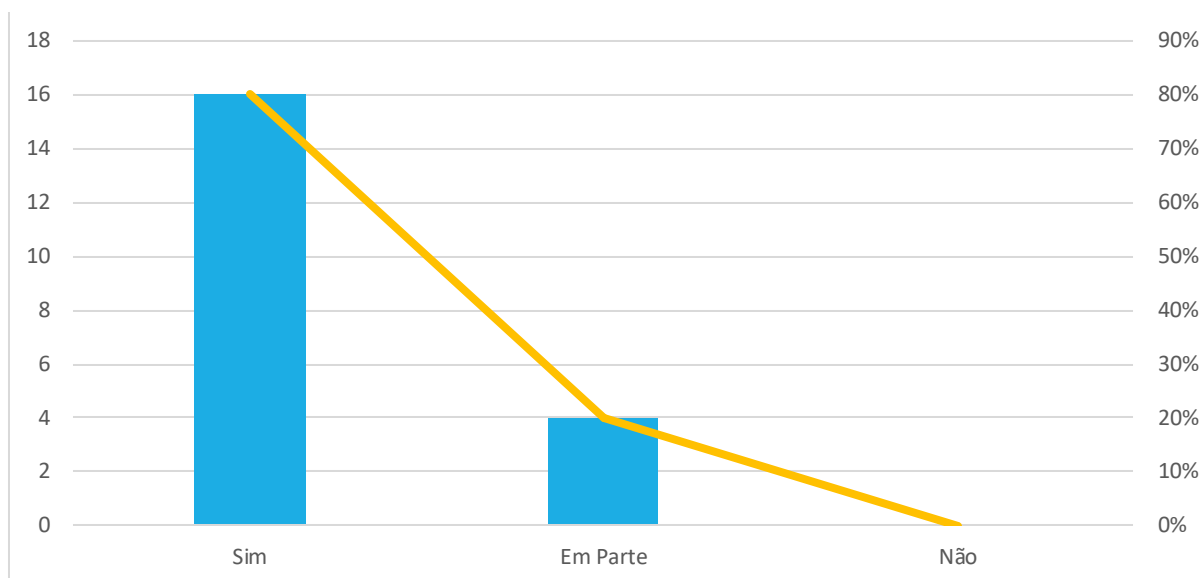
[...] as competências são importantes metas da formação. Elas podem responder a uma demanda social dirigida para a adaptação ao mercado e às mudanças e também podem fornecer os meios para apreender a realidade e não ficar indefeso nas relações sociais [...] pretende-se, nas formações profissionalizantes, preparar para um ofício que confrontará a prática com situações de trabalho que, a despeito da singularidade de cada um, poderão ser dominadas graças a competências de uma certa generalidade.

Essa reflexão de Perrenoud está em consonância com a resposta da maioria dos participantes, pois eles percebem que a aplicação das competências e práticas adquiridas no curso desempenha um papel fundamental na preparação para suas futuras trajetórias profissionais.

Por outro lado, observa-se que 15% dos participantes optaram por responder “parcialmente”. Esses sujeitos reconhecem a relevância das informações adquiridas, mas ainda demonstram incertezas quanto à aplicabilidade desses conhecimentos em suas futuras carreiras. Para esses alunos, há áreas do curso que poderiam ser mais exploradas ou aprofundadas, tornando o aprendizado mais alinhado às exigências reais do mercado de trabalho. A resposta também pode refletir diferentes percepções sobre o processo de aprendizagem: alguns estudantes podem estar em busca de uma compreensão mais teórica ou de longo prazo, enquanto outros, que se concentram em aplicações imediatas, sentem que a formação recebida não os preparou completamente para os desafios que enfrentarão.

De modo geral, o tratamento das respostas sugere um expressivo potencial do curso técnico em agropecuária, mas também abre espaço para reflexões sobre o que pode ser aprimorado para tornar mais evidente a aplicação prática de certos saberes. Isso é especialmente importante diante das respostas dos participantes que marcaram a opção “parcialmente”, sinalizando a necessidade de fortalecer a articulação entre teoria e prática no processo formativo.

O Gráfico 8 apresenta as opiniões dos estudantes relativas à emancipação e à formação técnica em agropecuária. A percepção dos sujeitos sobre a emancipação revela o potencial do curso para promover a autonomia dos alunos em suas futuras trajetórias de vida profissional ou pessoal, o que pode representar uma transformação social significativa.

Gráfico 8 - A formação técnica em agropecuária proporciona a conquista da emancipação?

Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor.

Conforme o tratamento dos dados contidos no Gráfico 8, observa-se uma predominância significativa no posicionamento dos participantes: cerca de 80% deles optaram por responder “sim”. Isso indica que o curso é percebido sob uma ótica positiva quando se trata da categoria emancipação. Para esses participantes, a formação técnica exerce um papel fundamental na conquista da autonomia, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos sujeitos. Assim, o curso é compreendido como uma forma de empoderamento, capaz de capacitá-los para compreender melhor o mercado de trabalho e aprimorar suas competências no segmento da agropecuária. Nesse sentido, Ciavatta (2014, p. 87) reforça a ideia de que

A compreensão histórica do sentido da emancipação supõe a perspectiva de totalidade social na concepção do cidadão-trabalhador e de sua possível condição de emancipado. No caso da educação, supõe a formação humana nos múltiplos aspectos que nos constituem seres humanos. Nas suas vertentes de origem, [...] a formação integrada entre os conhecimentos gerais e a educação profissional, (nos termos do Decreto 5.154/2004 incorporado à LDB, Lei 9.394/97, pela Lei 11.741/2008), com os fundamentos científicos e tecnológicos da educação profissional, capazes de propiciar as jovens uma adequada leitura do mundo onde vão viver.

Conforme nos ensina Ciavatta, a compreensão da emancipação exige uma visão abrangente da sociedade, reconhecendo que a liberdade individual está intrinsecamente ligada à liberdade social e econômica. A educação, nesse contexto, é vista como um instrumento fundamental para a emancipação, pois deve formar indivíduos que não apenas dominem conhecimentos técnicos, mas também compreendam as complexidades do mundo social, político e econômico em que vivem.

Na obra *Cidadania ou Emancipação Humana*, Tonet (2005, p. 2) faz uma reflexão acerca da relação entre emancipação e trabalho. O autor esclarece que

Assim como o ato fundante da emancipação política é a compra e venda de força de trabalho, o ato originário da emancipação como uma forma de relações que os homens estabelecem entre si na produção econômica, onde as forças individuais são postas em comum e permanecem sempre sob o controle comum. [...] no entanto, este ato de trabalho – associado – exige, para sua efetivação, duas condições. Primeira: um grande desenvolvimento das forças produtivas, que possam produzir bens suficientes para atender as necessidades de todos. Segunda: a diminuição do tempo de trabalho, de modo a que os homens possam dedicar-se a atividades mais propriamente humanas.

No entendimento de Mészáros (2008), a educação, sob a perspectiva da luta emancipatória, só pode restabelecer ligações há muito esquecidas entre educação e trabalho, como se dissesse: diga-me onde está o trabalho e o tipo de sociedade, e eu lhe direi onde está a educação. Em uma sociedade capitalista, a educação e o emprego estão condicionados a essa dinâmica. Somente em uma sociedade onde o trabalho é universal — em que todos se tornam trabalhadores — a educação poderá se universalizar.

Desse modo, pode-se refletir sobre a educação não como um mero instrumento de adaptação ao mercado de trabalho, mas como um elemento fundamental da luta pela emancipação social e política. Mészáros (2008) reconhece a importância de reconectar a educação com o trabalho, destacando que ambos são interdependentes e que a mudança na organização do trabalho é essencial para a transformação da sociedade.

Segundo ponderação de Ciavatta (2014, p. 83), a emancipação não é “apenas um conceito, mas, principalmente, um produto possível da práxis humana. É na história dos sujeitos, dos grupos e das classes sociais que seus elementos de realização podem ser compreendidos”. A autora afirma que o entendimento histórico da emancipação está relacionado à perspectiva da totalidade social, considerando o indivíduo como trabalhador e sua possível condição de emancipação.

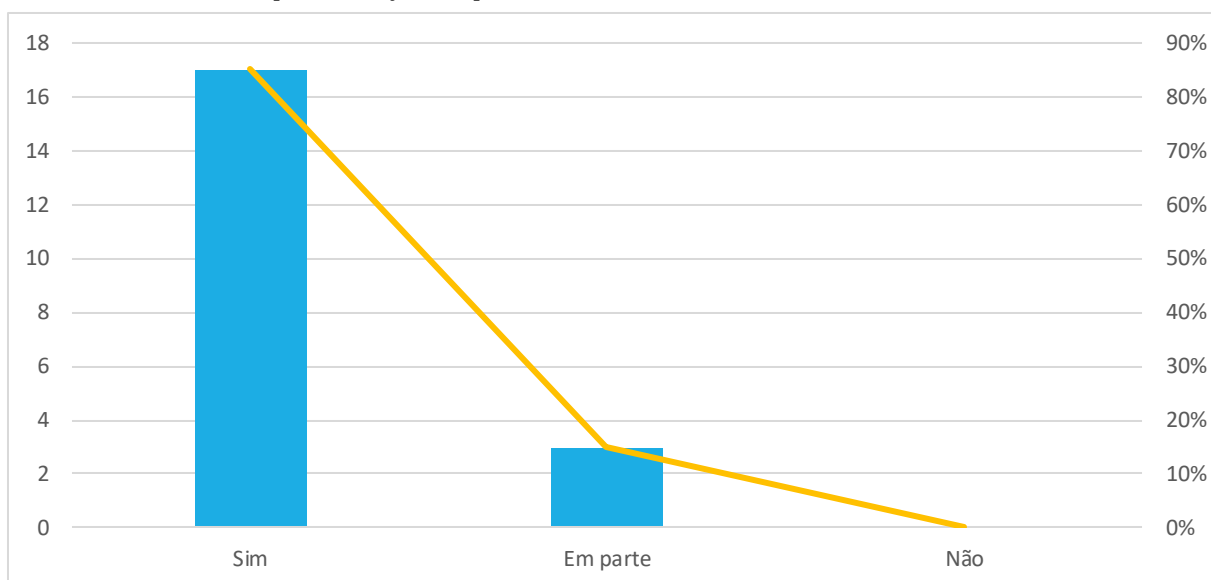
Nesse sentido, Ciavatta (2014) ainda afirma que a totalidade social construída não é uma racionalização ou um modelo explicativo, mas sim um conjunto de relações dinâmicas que emergem inevitavelmente por meio das ações dos atores sociais. O conceito de “totalidade social” não é apenas uma formulação teórica, mas possui pontos de referência históricos, materiais, sociais, morais e emocionais que correspondem às relações que constituem uma totalidade específica.

Por outro lado, cerca de 20% dos participantes optaram por responder “em parte”, indicando que o curso contribui para a emancipação, mas de forma parcial. Essa percepção pode refletir a necessidade de ampliar competências, oferecer mais oportunidades práticas ou superar limitações como a escassez de recursos. Embora reconheçam os benefícios da formação, esses sujeitos apontam desafios que ainda dificultam a plena conquista da autonomia.

Por fim, a análise das respostas demonstra que o curso técnico em agropecuária exerce um papel significativo no processo de emancipação dos estudantes, ainda que haja espaço para aprimoramentos. As contribuições dos participantes são relevantes para que a instituição possa realizar ajustes que ampliem o impacto formativo e emancipatório do curso.

O Gráfico 9 apresenta o posicionamento dos participantes sobre a formação técnica como meio para alcançar a emancipação, seja no aspecto financeiro ou intelectual. Esse posicionamento revela a percepção dos estudantes quanto à possibilidade de conquistar autonomia por meio dessa formação, o que pode lhes proporcionar melhores condições de vida e uma melhoria em seu contexto socioeconômico.

Gráfico 9 - Você vê/vislumbra a formação técnica em agropecuária como um meio para alcançar a emancipação pessoal, seja no aspecto da autonomia financeira ou intelectual?



Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor.

A análise dos dados apresentados no Gráfico 9 revela uma predominância significativa na opinião dos participantes: 85% responderam “sim”. Esse posicionamento indica que há um desejo dos estudantes em conquistar uma vida mais autônoma, além de demonstrar uma percepção positiva em relação ao curso, tanto no que diz respeito à independência financeira quanto à intelectual. De acordo com as respostas dessa parcela de estudantes, o curso técnico em agropecuária contribui para a conquista da autonomia financeira, uma vez que proporciona conhecimentos voltados ao mercado de trabalho no setor rural, favorecendo a geração de emprego e renda. Por outro lado, a formação técnica integrada ao ensino médio visa à formação do indivíduo em sua integralidade, abrangendo não apenas os aspectos profissionais, mas também conhecimentos para a vida, promovendo uma formação mais humanizada — o que

pode resultar em maior autonomia intelectual. Nesse contexto, Ciavatta (2014, p. 197–198) afirma que

[...] do ponto de vista do conceito, formação integrada significa mais do que uma forma de articulação entre ensino médio e educação profissional. Ela busca recuperar, no atual contexto histórico e sob uma específica de correlação de forças entre as classes, a concepção de educação politécnica, de educação omnilateral e de escola unitária, [...] assim, essa expressão também se relaciona com a luta pela superação do dualismo estrutural da sociedade e da educação brasileira, a divisão de classes sociais, a divisão entre formação para o trabalho manual ou para o trabalho intelectual, e em defesa da democracia e da escola pública.

Nesse sentido, a formação integrada, em seu sentido mais amplo, transcende a mera combinação de diferentes áreas do conhecimento ou modalidades de ensino. Ela representa uma postura crítica e propositiva diante da educação e da sociedade, buscando romper com as divisões e desigualdades que marcam a realidade brasileira.

Ainda dentro dessa perspectiva, a autora cita Ciavatta e Ramos (2012, p. 306), os quais destacam que,

[...] da sua forma transitiva – integrar algo a outra coisa, neste caso, o ensino médio à educação profissional –, essa ampliação conceitual levou à utilização do verbo na forma intransitiva. Ou seja, não se trata somente de integrar uma a outro na forma, mas sim de se constituir o ensino médio como num processo formativo que integre as dimensões estruturantes da vida, trabalho, ciência e cultura, abra novas perspectivas de vida para os jovens e concorra para a superação das desigualdades entre as classes sociais.

A partir da citação dos autores, pode-se afirmar que não se trata apenas de juntar duas coisas, mas de transformar o ensino médio em um processo que realmente dialogue com as diferentes dimensões da vida dos jovens: o trabalho que almejam, a ciência que os inspira, a cultura que os molda. Essa visão expandida busca, de forma ambiciosa e necessária, abrir novos caminhos e, quem sabe, diminuir as barreiras sociais que infelizmente ainda persistem. Trata-se de um olhar para o ensino médio como um todo integrado, e não apenas como um espaço de encontros entre diferentes modalidades.

A integração da educação, no contexto brasileiro, exerce um papel fundamental para a classe trabalhadora, sendo vista como um meio de incorporar o trabalho à educação básica como princípio educativo e também como perspectiva econômica, o que estabelece uma unidade com a ciência e a cultura (Ciavatta, 2014). Ainda sobre a educação integrada, Ciavatta menciona Gramsci (1981, p. 144), para quem

[...] no caso da formação integrada, a educação geral se torna parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, incorporar a

dimensão intelectual ao trabalho produtivo e formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

A partir das falas dos autores citados, podemos inferir que há uma associação entre a educação profissional, a educação básica e a cultura. Nessa integração, de um lado, a educação profissional, com seus conhecimentos técnicos, visa à inserção do sujeito no mundo do trabalho para a conquista da autonomia financeira; de outro, a educação básica, aliada à cultura, busca proporcionar a autonomia intelectual, por meio do desenvolvimento de diversas competências, possibilitando aos indivíduos uma vida plena em sociedade.

Em uma perspectiva diversa, 15% dos participantes responderam “em parte”. Essa parcela menor pode indicar um posicionamento mais moderado. Para esses estudantes, a formação técnica em agropecuária não é percebida como um meio definitivo para a emancipação pessoal, embora reconheçam o seu potencial para promover a autonomia financeira e intelectual. Nessa percepção, é possível que os estudantes tenham identificado alguns desafios, como limitações do mercado de trabalho, falta de confiança nas oportunidades disponíveis ou, ainda, barreiras relacionadas ao apoio institucional, ao acesso a recursos ou à própria visão de mundo de cada sujeito.

O Quadro 10 apresenta as respostas dos estudantes acerca dos valores e/ou princípios que consideram mais importantes para orientar sua prática profissional. Esse questionamento é fundamental, pois os valores e princípios norteadores influenciam diretamente a construção de uma carreira profissional ética, consciente e responsável. Além disso, contribuem para práticas alinhadas às necessidades do setor agropecuário, respeitando o meio ambiente e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Quadro 10 - Liste os três valores e/ou princípios que você considera mais importantes para orientar sua prática profissional

ESTUDANTE	RESPOSTAS
01	<i>Ética, conhecimento, bom relacionamento no meio social.</i>
02	<i>Respeito, disciplina e a comunicação.</i>
03	<i>Estudos, prática, esforço.</i>
04	<i>Dedicação, profissionalismo, estudo.</i>
07	<i>Profissionalismo, conhecimento, vontade.</i>
08	<i>Respeito, honestidade, paciência.</i>
11	<i>Respeito, ética, responsabilidade, honestidade.</i>
18	<i>Humildade, respeito, aprendizado e profissionalismo.</i>

Grifo nosso.

Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor.

A análise das respostas contidas no Quadro 10 revela uma diversidade de valores considerados essenciais para uma prática profissional bem-sucedida. Um valor recorrente nas

falas é a categoria “respeito”, presente nos relatos dos Estudantes 02, 08, 11 e 18. Esse princípio demonstra a importância de relações interpessoais harmoniosas e da empatia no contexto profissional. Assim, o respeito é fundamental para criar um ambiente de trabalho saudável e colaborativo, onde a boa convivência ocorre de forma natural e produtiva. Ainda, o Estudante 11 associa esse valor à “ética” e à “honestidade”, ressaltando a ideia de que a confiança mútua é a base para qualquer atividade profissional.

Além disso, observa-se que as categorias “conhecimento” e “estudo” também são frequentemente mencionadas, como nas falas dos Estudantes 01, 03, 04 e 07. Para esses estudantes, o conhecimento contínuo é um pilar fundamental para a prática profissional. O investimento no aprimoramento constante, por meio dos estudos formais ou da experiência prática, pode fazer com que o profissional se destaque no mercado, mantendo-se atualizado em suas competências e mais preparado para enfrentar os desafios do segmento.

Autores como Meadows e Lemos (1999) destacam a importância do envolvimento na busca pelo conhecimento, mencionando que a curiosidade humana sempre esteve presente, refletindo-se na constante busca por aprendizado. Essa construção é um processo social que ocorre por meio do trabalho e do esforço coletivo. Vale salientar que, quando o sujeito adquire conhecimento em sua área de atuação, desenvolve seu potencial profissional, o que proporciona uma posição de destaque no mercado em relação àqueles que não se atualizam.

Outro valor destacado por vários estudantes é o profissionalismo, que engloba qualidades como “dedicação, ética, disciplina” e “responsabilidade”. Esse valor é especialmente enfatizado nas respostas dos Estudantes 04, 07 e 18, que o consideram a chave para o desenvolvimento e reconhecimento no ambiente de trabalho. A disciplina e o foco são aspectos frequentemente associados a esse princípio, sugerindo que a consistência e a organização são essenciais para o sucesso profissional.

A “responsabilidade” também surge como um valor importante, principalmente na fala do Estudante 11, que a relaciona à “honestidade” e à “ética”. Ser responsável significa assumir as consequências das ações, aprender com os erros e buscar sempre a melhoria contínua. Também envolve ser pontual, organizado e honesto, cumprindo prazos e dedicando-se ao máximo em cada atividade. O profissional que compreende a importância desse valor contribui para um ambiente de trabalho harmonioso, onde os colegas podem confiar uns nos outros, facilitando a conquista dos objetivos.

Nesse contexto, a reflexão do Estudante 11 remete à ponderação de Martini (1993), que entende a ética não apenas como o que é costumeiro em uma sociedade justa, mas sobretudo como aquilo que é intrinsecamente bom; o que deve ser praticado ou evitado

independentemente dos benefícios individuais ou coletivos, do que é apropriado para a humanidade ou contrário a ela, e do que não deve ser debatido ou comprometido.

No Quadro 11, apresentamos as respostas dos participantes acerca dos conhecimentos e habilidades adquiridos no curso relacionados à promoção da emancipação. O profissional da agropecuária se capacita com habilidades e conhecimentos sobre manejo de animais, cultivo de plantas e gestão de propriedades rurais para gerar renda no campo, o que pode promover a independência financeira e o fortalecimento das comunidades rurais.

Quadro 11 - Em sua opinião, quais as habilidades e os conhecimentos adquiridos ao longo do curso técnico são essenciais para se tornar uma pessoa emancipada?

ESTUDANTE	RESPOSTAS
02	<i>Um pouco do conhecimento em administração, extensão e toda prática que fizemos.</i>
03	<i>Administração e cuidados animais.</i>
06	<i>Conhecimento de leis, conhecimento técnico, conhecimento teórico e pratica.</i>
10	<i>Depende da área que a pessoa quer atuar, no meu caso que quero mais para as práticas da pecuária, os aprendizados nas matérias de forragicultura e bovinocultura são essenciais para mim.</i>
13	<i>Principalmente conhecimentos práticos adquiridos no campo. Não adianta nada ter conhecimentos teóricos e não saber aplicá-los na vida.</i>
16	<i>Um dos primeiros conhecimentos é da matéria de administração e empreendedorismo, pois nos ensina a cuidar do nosso dinheiro.</i>
19	<i>São os conhecimentos na agricultura.</i>
20	<i>A relação social.</i>

Grifo nosso.

Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor.

O tratamento das respostas contidas no Quadro 11 revela diversas opiniões dos participantes sobre as categorias conhecimento técnico e teórico, conhecimento prático, gestão e empreendedorismo, e relação social — saberes adquiridos no percurso formativo em agropecuária que evidenciam a importância desses aprendizados para a promoção da emancipação dos sujeitos. As várias respostas refletem a compreensão de que a autonomia envolve tanto o conhecimento técnico quanto as competências práticas desenvolvidas no curso. No entendimento de Berger e Luckmann (2004), a autonomia representa uma indicação da habilidade intelectual e social, emergindo de um desenvolvimento equilibrado e coeso do ser humano, sendo essencial na formação de uma identidade onde as realidades objetiva e subjetiva se interligam.

Inicialmente, pode-se observar nas falas a importância dos conhecimentos em administração, extensão rural e da prática vivenciada durante o curso, como no relato do

Estudante 02, que destaca essas categorias. Para ele, “administração, extensão e toda prática que fizemos” são fundamentais para a promoção da autonomia, ressaltando que essas experiências práticas são essenciais para o desenvolvimento de habilidades que permitem ao indivíduo agir de forma independente e eficaz no seu campo de atuação. Numa perspectiva semelhante, o Estudante 03 expressa que “administração e cuidados com animais” são competências essenciais para a emancipação, incluindo um enfoque no gerenciamento de recursos e no bem-estar dos seres vivos no segmento rural.

Complementando a consideração do Estudante 02, Michaud (1989) destaca que a administração no segmento da agropecuária pode ser entendida como a ciência e a prática voltadas para o uso eficiente dos recursos de produção, internos e externos, sob os aspectos técnico, econômico e social, levando em consideração os valores culturais do agricultor rural, sua família, suas associações e o meio ambiente. Essa ponderação de Michaud se associa particularmente à realidade das pequenas propriedades rurais, onde o trabalho familiar é predominante e o lucro não é necessariamente a principal prioridade. Ao mesmo tempo, mantêm-se relações sociais e culturais profundas que vão além das simples interações econômicas.

Em outro contexto, o Estudante 06 amplia a percepção acerca das competências do curso, apontando a relevância do “conhecimento de leis, conhecimento técnico, conhecimento teórico e prática” como fundamentais para uma formação sólida e para o desenvolvimento da autonomia na área em que pretende atuar. Essa combinação de saberes é vista como essencial para o exercício pleno da profissão, pois envolve tanto a base teórica quanto a capacidade de agir de forma técnica e legal diante das circunstâncias profissionais do segmento. Nesse sentido, Facundes e Júnior (2022, p. 153-154) destacam que

Através do conhecimento jurídico, as pessoas formarão uma base de entendimento acerca de seus direitos básicos e questões norteadoras do mundo jurídico, propriamente dita como uma noção jurídica básica e simples, necessariamente alcançada através do conhecimento jurídico prévio, tomando a aplicabilidade do Direito mais simples e principalmente mais acessível.[...] Exercer a cidadania com conhecimento do Direito, é estar consciente da existência de poder fazer a diferença no meio social com os direitos e garantias que são resguardados ao cidadão.

Por outro lado, o Estudante 10 afirma que pretende atuar na área da “pecuária, [...] nas matérias de forragicultura e bovinocultura”. A consideração desse participante indica que a área de atuação influencia as habilidades adquiridas, demonstrando que os conhecimentos específicos são fundamentais para sua prática na pecuária. Essa percepção é complementada pelo Estudante 13, que reforça a importância dos “conhecimentos práticos adquiridos no campo”. Ele destaca que a aprendizagem teórica não é suficiente sem a aplicação prática no dia

a dia; assim, tanto o conhecimento técnico quanto a capacidade de aplicá-lo no campo de atuação são fundamentais para a profissão e para a autonomia.

O empreendedorismo e a administração são destacados no depoimento do Estudante 16, que afirma: “um dos primeiros conhecimentos é da matéria de administração e empreendedorismo, pois nos ensina a cuidar do nosso dinheiro”. Essa perspectiva do aluno acerca da administração e do empreendedorismo, com ênfase na gestão financeira, é fundamental para sua emancipação. Para esse participante, a autonomia financeira é crucial na formação de um indivíduo capaz de gerir sua vida e seus recursos.

O depoimento do Estudante 19 expressa a relevância dos “conhecimentos na agricultura”. A observação desse participante evidencia que os conhecimentos agrícolas são essenciais para a promoção da autonomia. Na fala dele, percebe-se a importância da formação prática em áreas específicas, como a produção agrícola. Dessa forma, ele entende que essa competência confere autonomia e capacidade de atuação no mercado do setor agropecuário.

Nesse sentido, o conhecimento relacionado à agricultura, segundo Contini e Reifschneider (1999), é visto como a habilidade de cultivar alimentos, fibras e diversas matérias-primas reutilizáveis. As informações nesse setor foram alteradas e integradas a tecnologias aplicadas aos sistemas de produção, resultando em produtos tangíveis, como sementes e equipamentos, ou em novos métodos produtivos. Conforme mencionado pelo Estudante 19, essa competência é essencial para o campo em que ele pretende atuar, o que pode fomentar sua autonomia.

Por fim, o Estudante 20 acrescenta uma dimensão essencial sobre a emancipação, focando na importância da “relação social”. Para ele, os conhecimentos sobre interação social e construção de redes de contato são fundamentais, destacando que a formação deve ir além dos aspectos técnicos e financeiros, incorporando também habilidades interpessoais que favoreçam a integração e o apoio mútuo.

No Quadro 12, são apresentadas as opiniões dos estudantes sobre como as tendências atuais por alimentos orgânicos e sustentáveis podem influenciar a escolha deles dentro do segmento da agropecuária. Essa tendência pode impactar as práticas agropecuárias, promovendo uma atuação mais ecológica e responsável, diante do crescimento da demanda por produtos livres de agrotóxicos e produzidos de forma sustentável, como na agricultura orgânica.

Quadro 12 - Em sua opinião, como as tendências atuais que buscam por alimentos orgânicos e sustentáveis podem influenciar em sua escolha/carreira na área da agropecuária?

ESTUDANTE	RESPOSTAS
02	<i>Sim, já influencia, lá em casa produzimos abacaxi e temos contratos sanitários a cumprir.</i>
08	<i>Até certo ponto dá para produzir alimentos orgânicos, mas quando chega uma proporção de terra plantada, acho que precisará de um produto químico para conter pragas e invasores.</i>
12	<i>Acho que importa de uma forma positiva, já que sem a supervisão do técnico não daria certo, então a procura aumenta o que é ótimo para o mercado de trabalho.</i>
13	<i>Influencia muito, pois esses alimentos orgânicos têm maior grau de dificuldade para serem produzidos.</i>
18	<i>Grande influência, porque futuramente vai ser assim.</i>
19	<i>Podem melhorar minha carreira, pois a gente está precisando de mais agricultura sustentável.</i>

Grifo nosso.

Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor.

A análise das respostas dos alunos contidas no Quadro 12 revela como as tendências atuais por alimentos orgânicos e sustentáveis podem influenciar suas escolhas na área da agropecuária. Esse aspecto demonstra uma percepção geral de que esse movimento está promovendo transformações importantes no setor e gerando novas oportunidades. Os depoimentos dos participantes, embora com nuances diversas, indicam um cenário promissor para a carreira na agropecuária. Categorias como conformidade com normas e práticas sustentáveis, limitações e obstáculos na produção orgânica, importância da assistência técnica e valorização profissional, além da complexidade e exigência da produção orgânica, são extraídas a partir dos relatos.

A produção orgânica é destacada nas falas dos participantes. O Estudante 02 menciona que a produção de “abacaxi” em sua casa já segue normas sanitárias, evidenciando o reconhecimento da necessidade de adequação às exigências legais e de qualidade, em consonância com a tendência de buscar alimentos orgânicos. Assim, percebe-se que a adoção de práticas sustentáveis já influencia decisões práticas na produção familiar, podendo ter repercussões tanto no mercado quanto no desenvolvimento de habilidades técnicas específicas. Nesse entendimento, Coelho (2012, p. 10) afirma que

[...] os produtos orgânicos não são diferentes dos convencionais pela aparência, mas pela forma como é produzido, manuseado ou processado. Na agricultura orgânica a produção é baseada em métodos gerenciais que estimulam e promovem a biodiversidade, o ciclo biológico e a atividade biológica do solo. Nesses métodos, os componentes importantes e os processos naturais do ecossistema, como as atividades dos microorganismos do solo, o ciclo dos nutrientes naturais e a distribuição e competição entre as espécies de plantas são consideradas, direta ou indiretamente, como variáveis gerenciais. Muitos governos estão estimulando, em escala crescente,

a produção orgânica como forma de manter ou restaurar o equilíbrio dos sistemas naturais. [...] na pecuária, tanto de leite como de corte, o sistema da produção orgânica incorpora formas naturais de gerenciamento na alimentação, no habitat e no tratamento de saúde. Na alimentação, a criação orgânica enfatiza a necessidade do rebanho ser alimentado por ração natural, de origem puramente vegetal, de preferência pastagem natural ou cultivada. No habitat, o rebanho orgânico deve ser criado ao ar livre, em extensão de terra compatível com o número de cabeças, sem a hipótese do confinamento. Na parte saúde, os métodos devem ser naturais, de preferência preventivos, e sem o uso de antibióticos.

Os produtos orgânicos carecem de certificação para serem comercializados, Campanhola e Valarini (2001, p. 77) destaca que

[...] a certificação de produtos orgânicos visa conquistar maior credibilidade dos consumidores e conferir maior transparência às práticas e aos princípios utilizados na produção orgânica. A certificação é outorgada por diferentes instituições no país, as quais possuem normas específicas para a concessão do seu selo de garantia.

Ainda nesse contexto, a fala do Estudante 08 expressa que “até certo ponto dá para produzir alimentos orgânicos”, mas, ao atingir uma certa escala, o uso de produtos químicos pode ser necessário. Essa colocação revela uma preocupação com a viabilidade econômica e prática da produção orgânica em grande escala. Com base nessa percepção, o sujeito aponta que, para trabalhar com alimentos orgânicos, é fundamental buscar soluções inovadoras que equilibrem sustentabilidade e produtividade. A partir desse contexto, Coelho (2012, p. 10) expressa que

[...] evidentemente não se pode esperar que a produção orgânica seja capaz de substituir completamente a produção convencional em sua missão de alimentar o mundo, pelo menos no século atual. A sua importância para os governos de diversos países deriva de dois fatos: o cultivo de produtos orgânicos protege o meio ambiente e o seu consumo melhora o padrão alimentar da população e, portanto, pode reduzir os gastos com saúde pública.

A fala do Estudante 12 indica um ponto de vista mais favorável ao técnico em agropecuária, expressando que a “supervisão do técnico” é fundamental para o sucesso da produção orgânica. Assim, a maior procura por alimentos orgânicos e sustentáveis pode gerar novas oportunidades no segmento do trabalho rural, especialmente para aqueles que possuem conhecimento e formação na área.

O depoimento do Estudante 13 destaca que a produção de “alimentos orgânicos tem maior grau de dificuldade para serem produzidos”, o que pode gerar uma demanda crescente por profissionais qualificados para lidar com os desafios dessa produção. A dificuldade associada ao cultivo orgânico parece ser um incentivo para os sujeitos se especializarem nessa área, reforçando o papel da qualificação técnica como fator de destaque no mercado agropecuário.

A consideração do Estudante 18 demonstra que há uma “grande influência” da tendência pela produção de alimentos orgânicos e sustentáveis no futuro. Assim, a percepção do sujeito

indica que alguns alimentos cultiváveis na agricultura estão se transformando e que a adaptação a essas novas demandas será necessária para os profissionais do campo, pois essa tendência deve gerar uma maior demanda no futuro.

Por fim, a fala do Estudante 19 destaca que as pessoas estão “precisando mais de agricultura sustentável”. Essa ponderação pode indicar que o setor da agropecuária necessita de mais práticas sustentáveis, o que pode promover oportunidades de crescimento para os técnicos em agropecuária. Pode-se inferir que a agricultura sustentável é importante para a consolidação da carreira dos estudantes no segmento rural. Nesse sentido, Costa (2010, p. 66) ressalta que

O conceito de sustentabilidade deve apresentar uma vertente ambiental. Proteger o ambiente e preservar os recursos naturais é extremamente importante para promover a sustentabilidade das gerações futuras. A produção, quer de bens quer de serviços, deve respeitar as leis ecológicas para que as atividades econômicas (nomeadamente a agricultura) e o ambiente estejam em harmonia. Deste modo, pretende-se que o Homem seja mais consciente sobre a influência que as suas ações provocam no ambiente, com especial relevo, atualmente, na paisagem e biodiversidade dos meios rurais, e também nos recursos – água, solo e ar.

No Quadro 13, são apresentadas as considerações dos participantes acerca da preparação para o mercado de trabalho, seja por meio de cursos de curta duração ou mesmo por meio de uma formação mais avançada, como o ensino superior. Para que o sujeito esteja efetivamente preparado para as oportunidades em sua área de atuação, é fundamental que possua conhecimentos pertinentes à profissão, o que evidencia a necessidade de o indivíduo buscar constantemente sua atualização de acordo com as exigências e transformações do segmento em que atua.

Quadro 13 - Você pretende fazer cursos adicionais, participar de workshops ou buscar uma formação acadêmica mais avançada?

ESTUDANTE	RESPOSTAS
01	<i>Pretendo fazer mais cursos na área, concomitantes e superior.</i>
02	<i>Sim, pretendo ingressar na área de engenharia mecânica e assim especializar na mecanização agrícola.</i>
07	<i>Depois do técnico que vou me ingressar na agronomia e dar mais continuidade na área.</i>
08	<i>Sim, pretendo fazer agronomia para ampliar ainda mais o conhecimento de culturas animais.</i>
09	<i>Sim, pretendo fazer curso nas áreas de inseminações e melhoramentos genéticos nas produções animais.</i>
11	<i>Sim, quero medicina veterinária ou zootecnia.</i>
14	<i>Pretendo fazer medicina veterinária.</i>
20	<i>Sim operador de máquinas agrícolas.</i>

Grifo nosso.

Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor.

O tratamento dos dados presentes no Quadro 13 demonstra que os participantes pretendem continuar os estudos por meio de cursos de curta duração ou por uma formação mais avançada, como o ensino superior. O posicionamento dos sujeitos, com preferência por diversas áreas da agropecuária, denota um desejo pelo crescimento acadêmico e profissional. É possível entender que os alunos enxergam a formação técnica como um ponto de partida para uma graduação ou para outros estudos mais específicos dentro do segmento rural. Como categorias extraídas das falas, destacam-se a continuidade dos estudos no ensino superior, o foco em áreas das ciências agrárias, como agronomia, zootecnia e medicina veterinária, e a especialização na área de mecanização agrícola.

Inicialmente, o Estudante 01 expressa a intenção de continuar sua formação com “mais cursos na área, concomitantes e superior”. A resposta do participante demonstra um anseio por aprendizado contínuo em diferentes níveis de formação, visando ampliar as oportunidades de trabalho após a conclusão da formação técnica. De forma semelhante, o Estudante 02 menciona o desejo de ingressar na educação superior, especialmente “na área de engenharia mecânica e assim especializar na mecanização agrícola”. Essa escolha evidencia uma preocupação em unir o conhecimento técnico ao acadêmico, buscando alinhar-se às demandas do segmento agropecuário.

Para complementar as falas dos participantes, reportamos Almeida, Soares e Ferreira (2002, p. 81), que relatam que, além de

[...] uma procura mais generalizada do ensino superior por jovens que vêm, na obtenção de um diploma de formação superior, um “passaporte” para uma vida profissional mais satisfatória, assistimos também, a um crescente número de jovens que procura este nível pela ausência de outras alternativas condignas de formação ou de exercício profissional.

Nessa perspectiva, os autores ainda reforçam que “os jovens que ingressam na universidade confrontam-se com uma série de desafios pessoais, interpessoais, familiares e institucionais que merecem uma análise mais atenta pelas autoridades e serviços acadêmicos com maiores responsabilidades na recepção e apoio aos estudantes” (Almeida; Soares; Ferreira, 2002, p. 82).

É possível notar que a categoria agronomia surge com frequência nas falas. O sujeito, como o Estudante 07, pretende ingressar no curso de “agronomia e dar continuidade na área” logo após a conclusão da formação técnica, o que reforça o interesse em aprimorar os conhecimentos acadêmicos na área agropecuária. Esse percurso formativo que o sujeito pretende seguir indica uma perspectiva de longo prazo sobre a carreira e o desejo de ampliar as possibilidades de emprego no campo de atuação. A agronomia também surge na fala do

Estudante 08, que destaca o interesse em “ampliar ainda mais o conhecimento de culturas animais”. Essa consideração revela uma preocupação com a diversificação do aprendizado, buscando uma formação que permita um olhar mais amplo acerca da produção e do manejo agropecuário.

O Estudante 09 pretende “fazer curso nas áreas de inseminação e melhoramentos genéticos nas produções animais”. Esse interesse demonstra uma preocupação com as práticas agropecuárias relativas aos cuidados animais, alinhando-se à busca por maior eficiência e qualidade na produção animal. Já o Estudante 11 menciona duas possíveis formações, “medicina veterinária ou zootecnia”. A preferência desse sujeito em lidar com o cuidado animal remete a práticas voltadas para a saúde e o bem-estar dos animais. O Estudante 14 também demonstra interesse na “medicina veterinária”, reforçando a valorização dessa profissão dentro do setor agropecuário.

Nesse contexto, Pereira (2004, p. 1) reforça a importância do melhoramento genético no manejo animal, ao afirmar que

A produção animal resulta da ação conjunta das forças de origens genética e ambiente. Níveis altos de produção só podem ser alcançados pelo melhoramento simultâneo da composição genética dos animais e das condições ambientes da criação. As duas forças são igualmente importantes. A parte genética é a base para o estabelecimento de programas de melhoramento e é o fator que limita a capacidade de resposta dos animais aos processos seletivos. É indispensável procurar compatibilizar a parte genética com as condições ambientes da exploração animal. O nível de produção é aspecto dependente da utilização racional dessas duas forças

Por fim, o Estudante 20 manifesta seu interesse em se especializar na operação de “máquinas agrícolas”. A resposta desse sujeito evidencia a importância da qualificação técnica no segmento rural, uma área que tem se beneficiado cada vez mais da mecanização e da tecnologia. Nesse sentido, por meio de cursos complementares ou graduações, todos os participantes demonstram compreender a necessidade de atualização constante e buscam construir carreiras sólidas e fundamentadas para atender às demandas do mercado de trabalho na área agropecuária.

No Quadro 14, apresentamos as falas dos estudantes sobre o principal desafio que eles enfrentarão ao ingressar no mundo do trabalho na área da agropecuária e como pretendem superá-lo. Para que o sujeito supere as dificuldades encontradas em seu campo de atuação, é necessário estar preparado com conhecimentos acerca do segmento da agropecuária, adquiridos ao longo do percurso formativo da formação técnica na área.

Quadro 14 - Em sua opinião, qual é o principal desafio que certamente enfrentará ao ingressar no mundo do trabalho na área da agropecuária? Como pretende superá-lo?

ESTUDANTE	RESPOSTAS
01	<i>A insegurança é o que mais atrapalha, é mais fácil para mim superá-la em estágios.</i>
03	<i>Principal desafio é ser mulher, ainda não é bem aceito. Pretendo demonstrar que sei bem o que estou fazendo.</i>
06	<i>Um desafio será a cobrança do mercado, mas tentarei me adaptar.</i>
07	<i>Meu principal desafio seria a adaptação, e para superá-lo é ser mais forte, e confiar mais no seu profissionalismo.</i>
13	<i>Concorrência e limitações do estado. Pretendo enfrentar isso sendo o melhor na minha área.</i>
15	<i>Acho que o maior desafio será a conexão entre a parte teórico e a parte prática.</i>
19	<i>Vai ser em ter medo de não conseguir ser um bom profissional.</i>

Grifo nosso.

Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor.

O tratamento das falas dos participantes apresentadas no Quadro 14 demonstra os desafios que envolvem aspectos internos e externos, caracterizados pelas categorias insegurança pessoal e emocional, desigualdade de gênero, exigências do mercado e competitividade, e dificuldade na articulação entre teoria e prática, que são os principais desafios percebidos a partir das falas dos participantes.

O sentimento de insegurança é citado como um dos principais obstáculos por alguns participantes. A exemplo do Estudante 01, para quem “a insegurança é o que mais atrapalha” seu desenvolvimento profissional; no entanto, ele acredita que a experiência prática no estágio seja uma oportunidade para ganhar confiança e aprimorar suas habilidades. De modo semelhante, o Estudante 19 aponta um desconforto relacionado à incerteza sobre sua capacidade de se tornar “um bom profissional”. A partir dessas considerações, nota-se que esses sujeitos precisam construir uma mentalidade de autoconfiança ao longo de suas trajetórias profissionais no segmento rural para lidar com esses desafios de maneira satisfatória.

Acerca do estágio como estratégia para superar a insegurança, Bardagi (2006) aponta Brooks et al. (1995), que evidenciam a relevância do estágio como uma prática que desempenha o papel do profissional e reforça a conexão com a profissão, além de ajudar na definição de objetivos de carreira que sejam viáveis. O autor ainda destaca que, para Fior e Mercuri (2004), essas atividades apresentam resultados positivos sobre as aprendizagens, o desenvolvimento vocacional e pessoal; no entanto, elas precisam estar relacionadas à área de formação.

Numa perspectiva diversa e bastante relevante, a temática acerca de gênero é citada no depoimento da Estudante 03. Essa participante enfatiza um detalhe importante ao apontar que

“ser mulher” ainda é um desafio dentro do setor agropecuário, pois ela sente que a aceitação no campo de atuação ainda não é plena, sendo mais propícia a sujeitos do sexo masculino. Desse modo, a estratégia para superar essa barreira pode ser demonstrar, com competência e conhecimento técnico, que está preparada para atuar na área e conquistar seu espaço. Nesse sentido, Pereira, Santos e Borges (2005) destacam que

A participação da mulher no mercado de trabalho vem carregada de mudanças nas ocupações. Isso se deve ao fato de existir ocupações ditas essencialmente femininas, e outras masculinas. A maioria dos estudos na área verifica que a mulher no mercado de trabalho aumenta em quantidade, mas também muda de qualidade de ocupações, porque estão se inserindo em postos antigamente somente masculinos.

A partir dessa perspectiva, podemos salientar que o ramo de atuação na agropecuária é uma atividade predominantemente masculina, devido às práticas do dia a dia da profissão, entre outros aspectos. Já as profissões em que as mulheres ocupam mais espaço são aquelas voltadas para serviços hospitalares, administrativos e comércio em geral. Essa percepção remete à reflexão de Bourdieu contida no livro *A Dominação Masculina*, na qual o autor salienta que

[...] a diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho (Bourdieu, 2002, p. 20)

Reforçando essa temática, autores como Maia e Lira (2002) destacam que a participação feminina no mercado de trabalho, ao longo dos anos, tem sido marcada por grande discriminação, não apenas em relação à natureza das posições que surgem, tanto na esfera formal quanto na informal, mas também quanto à diferença salarial entre os sexos.

As exigências do ramo de atuação são percebidas nas falas, principalmente na consideração do Estudante 06, para quem “a cobrança do mercado” surge como um obstáculo; no entanto, ele acredita que a adaptação é a melhor estratégia para lidar com essa realidade. Já o Estudante 07 enxerga “a adaptação” como um grande desafio e pretende enfrentá-lo fortalecendo sua mentalidade e confiando mais no próprio profissionalismo. Outra dificuldade é citada pelo Estudante 15, que aponta o maior desafio como sendo “a conexão entre a parte teórica e a parte prática”, o que remete a um desconforto comum na transição entre os estudos e o trabalho. Para superar isso, ele precisará buscar experiências que envolvam estudo e trabalho, como estágios e capacitações práticas.

Por fim, observa-se que aspectos estruturais, como oportunidades no mercado e obstáculos, também aparecem como barreiras. A esse respeito, destaca-se o comentário do Estudante 13, que vê a “concorrência e limitações do estado” como desafios, acreditando que poderá superá-los ao se tornar um profissional de excelência em sua área, para se destacar no ramo de atuação e mitigar esses empecilhos.

4 PRODUTO EDUCACIONAL

Memorial de Formação: experiências formativas dos jovens trabalhadores da área agropecuária no IF Goiano Campus – Ceres.

Nesta seção, apresentam-se os procedimentos referentes à produção do produto educacional, constituído a partir dos resultados da pesquisa de mestrado intitulada: A Educação Profissional e Tecnológica e o Trabalho: Perspectivas de Emancipação de Jovens Trabalhadores da Área Agropecuária no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres. Esse recurso pedagógico pode se tornar uma ferramenta para a divulgação das experiências formativas expressas pelos estudantes participantes da pesquisa.

O produto educacional é um recurso pedagógico exigido para a conclusão de programas de pós-graduação em mestrados profissionais. A obtenção do título de mestre é possível somente com a apresentação e validação de um produto educacional que tenha potencial de aplicação e replicação na educação básica, técnica e tecnológica. Autores como Locatelli e Rosa (2015) destacam que, na materialização do produto educacional, alguns aspectos são fundamentais, iniciando pela definição do que é um produto educacional, seguida de sua elaboração, aplicação, contribuição, validação e finalizando com a sua divulgação científica.

Para Silva et al. (2020), a validação é uma etapa fundamental do produto educacional, uma vez que é por meio dela que podemos confirmar sua qualidade e relevância. Nesse contexto, Leite (2018, p. 330) salienta que

[...] é imprescindível asseverar que os produtos educacionais instituídos sejam produzidos e avaliados de forma coletiva, avaliando as especificidades do público a que se propõem; orientem-se por metodologia que considere fatores comunicacionais, pedagógicos, teóricos e críticos; e sejam validados a partir de eixos e descritores determinados conforme as particularidades de cada material textual.

Para Pasquali, Vieira e Castman (2018), o produto educacional é um instrumento fundamental do mestrado profissional em ensino, o que o diferencia do mestrado acadêmico, por não ter como pressuposto a pesquisa nem o objetivo de formar pesquisadores, embora a pesquisa integre a construção do produto educacional. Desse modo, o ProfEPT tem como objetivo a confecção de produtos realizados por meio de pesquisas que integram os conhecimentos relativos ao mundo do trabalho, conforme consta em seu regulamento geral (Brasil, 2025).

A partir desse contexto, por meio dos resultados obtidos na pesquisa, elaboramos um Memorial de Formação em forma de cartilha, buscando socializar as memórias e narrativas expressas/compartilhadas pelos entrevistados para atender à exigência de confecção de um produto educacional pelo programa de mestrado. Ao acessar o produto educacional, os sujeitos

leitores, especialmente aqueles que integram a classe trabalhadora, poderão identificar-se e/ou despertar seu interesse pelo curso técnico em agropecuária. Além disso, o conteúdo inserido no produto educacional tem potencial para motivar a permanência e o êxito dos alunos matriculados.

A carência de um recurso pedagógico relativo ao curso que ofereça um espaço para dar voz aos estudantes da agropecuária e que possibilite a outros jovens vislumbrar um futuro promissor na carreira da agropecuária, incentivando-os a se interessar pelo curso ou motivando os estudantes da área, especialmente aqueles do ano inicial, foi o que motivou a confecção deste produto educacional.

Este material pode estar ao alcance de jovens do ensino fundamental por meio da divulgação do curso em escolas públicas e, de outra forma, na própria instituição para jovens visitantes e para aqueles já inseridos no curso. Quanto à utilização do material, ressalta-se que o mesmo estará disponibilizado em repositório institucional, com acesso livre, e sua repercussão ou utilização por alunos, docentes, egressos ou interessados em geral poderá ser incentivada pela área de marketing/comunicação institucional, já que se trata de um produto educacional com a finalidade de alcançar a comunidade.

Inicialmente, na construção do Memorial de Formação, elaboramos uma breve contextualização do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, para demonstrar a importância dessa instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. As transformações e mudanças ocorridas nessa rede de ensino refletem as tendências ideológicas governamentais ao longo da história, desde a criação das escolas de aprendizes artífices em 1909 até a expansão e criação dos Institutos Federais em 2008. Posteriormente, apresentamos a caracterização dos estudantes acerca das seguintes categorias: gênero e cor/raça, para compreender o perfil do público participante.

Em seguida, foram transcritos os depoimentos dos sujeitos acerca das experiências no percurso da formação técnica, para demonstrar as opiniões e sugestões expressas a partir das memórias adquiridas nas trajetórias do curso. Os relatos foram organizados por meio de questionamentos que buscavam obter informações dos estudantes sobre suas percepções acerca da formação técnica, de modo que os dados obtidos sirvam como instrumento pedagógico para despertar o interesse de jovens trabalhadores e motivar aqueles que já estão inseridos no curso.

A pesquisa da qual se originou o produto educacional foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT no IF Goiano. É uma investigação realizada no período de 2023 a 2025, de natureza qualitativa. Na análise e tratamento dos dados, os depoimentos e posicionamentos dos sujeitos participantes são

apresentados em quadros e gráficos. Os dados obtidos abordam os anseios dos estudantes acerca da carreira e profissão na área agropecuária, de modo que esse segmento possa proporcionar autonomia a esses indivíduos.

Desse modo, podemos salientar que os jovens trabalhadores que buscam a formação técnica em agropecuária, especialmente a integrada, enxergam essa formação como um meio para ter melhores condições de ingressar no mundo do trabalho e conquistar a autonomia. Reforçando esse contexto, que remete à Educação Profissional e Tecnológica, Ramos (2008, p. 3-4) afirma que a formação integrada promove a

[...] formação omnilateral dos sujeitos, pois implica a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço produtivo; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade [...] mas o trabalho adquire também um sentido econômico, como forma histórica das relações sociais sob um modo de produção específico. Nas sociedades capitalistas a forma hegemônica do trabalho se dá pela venda e compra da força de trabalho, regulada contratualmente na forma de emprego. Esse sentido estrutura as práticas de profissionalização, de formação profissional como preparação para o exercício do trabalho.

Ainda, acerca da EPT, a autora expressa que

Ao mesmo tempo, o ensino técnico é uma experiência na qual os jovens, ao se relacionarem com a técnica e a tecnologia – ciência materializada em força produtiva – apreendem o significado formativo do trabalho, não no sentido moralizante que sustentou as políticas educacionais no início do século XX, mas sob o princípio ontológico de que a plena formação humana só pode ser alcançada à medida que o ser desenvolve suas capacidades de decisão e ação sustentadas pela unidade entre trabalho intelectual e manual (Ramos, 2008, p. 12).

Conforme a abordagem de Marise Ramos, a integração entre ensino médio e técnico se fundamenta na ideia de que a formação deve ir além da capacitação técnica. Dessa maneira, a educação integrada ao trabalho possibilita aos estudantes compreender a dimensão produtiva da ciência e da tecnologia, proporcionando um aprendizado que transcende o mero treinamento e contribui para a formação crítica e cidadã do jovem. Nesse entendimento, Frigotto, Ramos e Ciavatta (2005) defendem que a integração do ensino médio com o ensino técnico é uma exigência social e histórica do momento atual, sendo essencial para que a educação tecnológica seja acessível aos filhos dos trabalhadores.

O Instituto Federal Goiano – Campus Ceres foi criado em 1993 por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. À época, a instituição era denominada Escola Agrotécnica Federal de Ceres. Em seus primeiros anos, a instituição centrava-se na promoção de cursos na área de Ciências Agrárias, chegando ao final da década de 2000 oferecendo também cursos nas áreas de Informática e Meio Ambiente.

Em 2008, por meio da integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde e de Urutaí, “a unidade foi transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passando a integrar a Instituição como Campus Ceres” (IF Goiano, 2018, p. 24).

O IF Goiano é uma instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujo

[...] objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho. [...] a Rede Federal, por sua excelência e vínculos com a sociedade produtiva, tem condições de protagonizar um Projeto Político-Pedagógico inovador, progressista e capaz de construir novos sujeitos históricos, capazes de se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o na direção de um novo mundo possível, capaz de superar a barbárie neoliberal e restabelecer o ideal da modernidade de liberdade, igualdade e fraternidade, sob a ótica das novas possibilidades abertas à humanidade neste princípio de século (Pacheco, 2010, p. 10-11).

A instituição está localizada em Ceres, cidade que tem sua origem nos anos 1940, com a fundação da então Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG, como parte das políticas expansionistas de Getúlio Vargas. Posteriormente, a cidade foi emancipada em 1953 e, nas décadas seguintes, o município de Ceres passou a se especializar em um setor econômico distinto daquele previsto no projeto de criação da Colônia (Castilho, 2012). Localizada às margens do Rio das Almas, a cidade foi planejada com ruas largas e uma região central delimitada pela Praça Cívica, que conecta as principais vias urbanas e reúne os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário municipais (IF Goiano, 2018). Segundo estimativas do IBGE, atualmente Ceres possui cerca de 22.484 habitantes.

O curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio é ofertado a estudantes provenientes do ensino fundamental que desejam adquirir conhecimentos na área agropecuária e, simultaneamente, cursar o Ensino Médio. O curso está estruturado de forma integrada, propondo um currículo que contempla tanto a formação geral quanto a técnica, possibilitando ao estudante uma formação mais ampla, que o capacita a atuar como agente de transformação da realidade (IF Goiano, 2016).

Dessa forma, a formação em agropecuária visa preparar profissionais técnicos agrícolas qualificados para o exercício da profissão e para o exercício da cidadania, com conhecimentos e competências para atuar como agentes ativos nos domínios da agricultura e da pecuária, considerando os aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e ambientais (IF Goiano, 2016).

Para a construção do produto educacional — Memorial de Formação: Experiências Formativas dos Jovens Trabalhadores da Área Agropecuária no IF Goiano – Campus Ceres — foi realizada uma pesquisa por meio de um questionário impresso, composto por duas etapas: a

primeira voltada à caracterização do estudante e a segunda com questões relacionadas à área da agropecuária. Ressalta-se que, no questionário aplicado para a dissertação, duas questões foram selecionadas para compor o produto educacional. Essas perguntas permitiram aos sujeitos relatar suas memórias relativas ao percurso formativo vivenciado no curso.

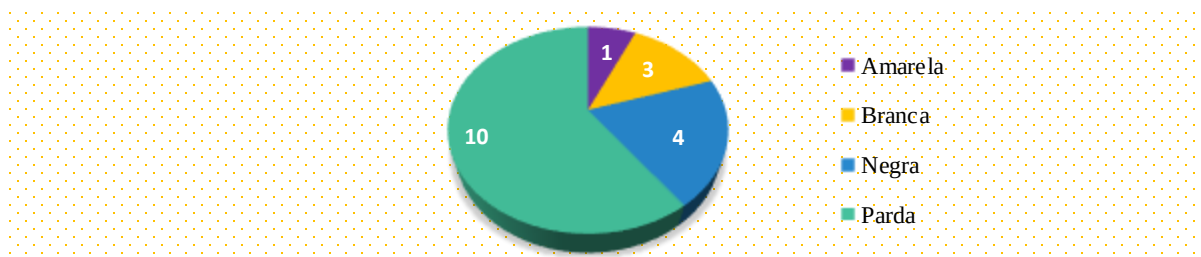
Em um primeiro momento, apresentamos uma breve caracterização dos estudantes e, posteriormente, iniciamos o diálogo com os relatos dos participantes, nos quais são expressas sugestões, opiniões e conselhos destinados tanto a indivíduos que pretendem ingressar no curso de agropecuária quanto àqueles que já se encontram em processo formativo. A seguir, apresentamos o Gráfico 10, que demonstra a distribuição por sexo dos estudantes participantes.



Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor

O Gráfico 10 demonstra a predominância de estudantes do sexo masculino, que representa uma quantidade de 14 alunos da amostragem. Por outro lado, as alunas do sexo feminino correspondem a 6 estudantes do total dos participantes da pesquisa. Nessa perspectiva, observamos que essa distribuição de gênero indica um padrão que pode estar associado a fatores sociais e culturais que influenciam as escolhas profissionais. É importante salientar que a agropecuária demanda mão de obra para atividades rurais, como a produção agrícola e pecuária. Por essa razão, é um setor historicamente ocupado, em sua maioria, por trabalhadores do sexo masculino.

Nesse sentido, a maior adesão masculina ao curso técnico em agropecuária, em comparação com a feminina, pode ser compreendida a partir da análise de Bourdieu (2007). O autor entende que a interação entre capital cultural, capital social e práticas sociais contribui para a definição da identidade dos sujeitos e para suas escolhas de carreira. Ele destaca ainda que as ações sociais são moldadas por um conjunto de características adquiridas ao longo da vida, por meio de processos de socialização. Assim, as escolhas profissionais refletem essas construções sociais, nas quais os homens são incentivados a assumir trabalhos braçais e rurais, enquanto as mulheres são, muitas vezes, direcionadas a profissões consideradas mais “femininas” e de menor exigência física. A seguir, apresentamos o Gráfico 11, com dados referentes à cor/raça dos estudantes.

Gráfico 11 - Cor/raça dos estudantes

Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor

No Gráfico 11, observamos que a maioria dos alunos se autodeclara parda, totalizando 10 sujeitos, seguida por negros com 4 alunos, brancos com 3 e amarelos com 1 estudante. Além disso, 2 alunos optaram por não informar sua cor/raça. Essa distribuição pode refletir a diversidade racial da região onde a escola está situada, bem como a variedade de perfis entre os jovens interessados no curso técnico. Por outro lado, destaca-se que a predominância de estudantes pardos e negros no curso evidencia a presença de sujeitos pertencentes a classes sociais historicamente com menor acesso à educação formal, devido às suas condições socioeconômicas. Nesse sentido, o curso técnico representa uma importante oportunidade de formação e mobilidade social para esses jovens.

Nesse sentido, a presença expressiva de alunos pardos e negros pode evidenciar a relevância das políticas de ações afirmativas, como as cotas raciais e sociais estabelecidas pela Lei nº 12.711/2012. Essa legislação determina que instituições públicas de ensino reservem um percentual de suas vagas para candidatos oriundos de escolas públicas, considerando critérios raciais e socioeconômicos. Em seus artigos 4º e 5º, a lei define as regras para a distribuição dessas vagas, conforme será detalhado a seguir:

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. (Brasil, 2025).

Após a apresentação da caracterização dos alunos, seguem os relatos dos estudantes com sugestões, conselhos e opiniões relativos às experiências vivenciadas durante o percurso formativo no curso técnico em Agropecuária, de modo que os depoimentos transmitam a importância do ingresso no curso para o público que tiver contato com o produto educacional.

Ao ingressar na formação técnica no IF Goiano, os alunos se deparam com uma trajetória de crescimento pessoal e profissional. Trata-se de uma experiência desafiadora, porém encarada, em sua maioria, de forma positiva. Por outro lado, embora alguns estudantes iniciem o curso com expectativas incertas, muitos concluem a formação transformados — mais preparados para o mercado de trabalho e para a vida.

O IF Goiano é reconhecido por sua excelência acadêmica e pelas múltiplas oportunidades que oferece aos seus alunos. O conhecimento adquirido no curso desempenha um papel fundamental na ampliação da visão de mundo e na identificação de novos horizontes profissionais. Além disso, os estudantes são constantemente incentivados a se desafiar, superar suas inseguranças e assumir o protagonismo de suas trajetórias.

“O curso é excelente, o IF é sensacional, ótima oportunidade de desenvolvimento pessoal e acadêmico, mesmo pela correria nele [...] não irá se arrepender. O conhecimento aqui, só aqui tem para expandir nosso olhar. Não seja tímido, trabalhe isso em você, foca nos estudos, controle a ansiedade, pergunte e faça perguntas. Para Deus, nada é impossível. O Instituto tem muitas oportunidades que farão você ser uma pessoa diferenciada e com potencial” (Estudante 04).

A fala do estudante pode ser contextualizada nas premissas do PPC do curso investigado, que vislumbra oportunidades de crescimento acadêmico para o sujeito (PPC, 2016). Além disso, a Educação Profissional e Tecnológica visa preparar o indivíduo para o exercício de profissões e para sua inserção no mundo do trabalho (Brasil, 2025). Desse modo, o curso em questão tem o potencial de proporcionar ao aluno a conquista de sua autonomia e o exercício pleno da cidadania na sociedade.

O curso promove uma percepção positiva e inspiradora acerca das experiências vividas na instituição, o que pode transformar os sujeitos a ponto de despertarem uma verdadeira paixão pela área da agropecuária. Assim, o sucesso nesse segmento depende do comprometimento com os estudos, da perseverança e da confiança no próprio potencial.

“É um curso ótimo que te proporciona muitas experiências de vida, ele te molda de maneira muito pessoal e faz com que você tenha muita paixão sobre a área. Se esforce muito, seja feliz e não tenha medo de errar, pois o nosso sucesso é a soma dos nossos fracassos” (Estudante 06).

O curso de Agropecuária proporciona inúmeras experiências aos alunos, como demonstrado nos relatos. Nesse sentido, destacamos a reflexão de Kolb (1984), que enfatiza que as experiências vividas — sejam positivas ou negativas — são fundamentais para o desenvolvimento humano, o que evidencia a relevância da formação técnica na trajetória dos sujeitos. Além disso, a Educação Profissional e Tecnológica visa habilitar os estudantes com conhecimentos específicos, ao mesmo tempo em que contribui para a formação de cidadãos críticos e capacitados para o mundo do trabalho (Frigotto; Ciavatta e Ramos, 2005).

Apesar de um sentimento inicial de incerteza em relação à área, o curso e a instituição promoveram uma transformação significativa nos alunos, revertendo essas dúvidas em uma experiência concreta de crescimento pessoal e acadêmico. A gratidão expressa pela oportunidade vivenciada e o impacto positivo percebido no futuro demonstram como o ensino técnico ofertado contribui para abrir portas e consolidar uma mentalidade mais madura, crítica e preparada para os desafios do mundo profissional.

“É como as pessoas falam, não é o que quero, mas precisava, acabei gostando da área, no começo fui um pouco diferente, mas logo fui adaptando [...] só agradecer mais a escola sobre a oportunidade. Fui muito feliz em fazer parte da família IF Goiano. Aconselharia para se ingressar na área porque é uma escolha que abre muitas oportunidades, o curso abre muitas portas para o futuro, o ensinamento é ótimo, você terá um aprendizado muito bom. [...] hoje saio do 3º ano mais que feliz, com uma mentalidade muito diferente de quando entrei” (Estudante 07).

Autores como Freire (2005) consideram que a educação transforma a realidade do sujeito ao mesmo tempo em que este também é transformado. Assim, ocorre o crescimento pessoal e a conquista de novas oportunidades. Nesse sentido, o curso propicia não apenas uma formação voltada para o trabalho, mas também uma formação mais ampla, voltada à integralidade do ser humano (PPC, 2016).

O Campus Ceres exerce um papel significativo na formação pessoal e social dos estudantes. A instituição contribui para o amadurecimento dos alunos, com ênfase no desenvolvimento da independência, responsabilidade e comprometimento. Ademais, o convívio diário com os colegas, durante um longo período, ajuda a amenizar a ausência da família, transformando-se em uma oportunidade de aprendizado sobre a importância do coletivo e o valor das relações interpessoais.

“Todos deveriam passar pelo campus para a formação do caráter, aqui aprende a se virar, ter responsabilidade e com elas vem o comprometimento, acho que é o lugar onde um menino se torna um homem. [...] aqui foi essencial para o amadurecimento, soltar a mão dos pais e se virar sozinho, aqui não é brincadeira, mas é o que mais é interessante, você faz bons amigos, afinal você fica mais tempo com os colegas do que com a família, aqui aprende a força do coletivo ou do dividir, uma escola para a vida. [...] todos deveriam ficar alojados ao menos um mês para ver o que é dividir, o que é coletividade, aprender a ver que a vida não é sobre você sozinho” (Estudante 12).

O convívio social mencionado pelo sujeito surge, em outras palavras, na ponderação de Bourdieu (1986). Para esse autor, o capital social, instituído a partir das redes de relações desenvolvidas pelas pessoas ao longo de suas vidas, é fundamental para o sucesso acadêmico e profissional. De modo semelhante, Vygotsky (1996) considera que as interações sociais são essenciais para o desenvolvimento humano.

O IF Goiano promove não apenas o crescimento acadêmico, mas também o desenvolvimento pessoal e social, pois o ambiente institucional favorece o amadurecimento

físico e psicológico dos estudantes. Além disso, a formação oferecida proporciona ao egresso uma posição de destaque no mercado de trabalho do segmento rural, ampliando suas possibilidades de inserção profissional. Por fim, a convivência com uma diversidade de colegas, oriundos de diferentes regiões, culturas e etnias, constitui um aspecto fundamental da experiência formativa. Essa diversidade enriquece o ambiente educacional, amplia a visão de mundo dos estudantes e favorece a construção de amizades duradouras, que podem se estender para além do período escolar.

“Eu aconselho a entrar, pois aqui você vai amadurecer tanto fisicamente como psicológico e o curso é muito bom, você vai ter bastante oportunidade nas áreas agrárias, pois vai entrar em projetos e conseguir ser um ótimo profissional. Você vai ter bastante colegas e fazer várias amizades, pois aqui tem pessoas acolhedoras, como vários falam do IF pra vida, porque você passa a maior parte da sua vida convivendo com pessoas de diferentes áreas e etnias” (Estudante 19).

O relato do estudante destaca o convívio com os colegas como um fator importante na formação. Nessa perspectiva, Tinto (1987) salienta que a interação social desempenha um papel fundamental para que os alunos não abandonem os estudos e alcancem êxito, visto que, em muitas ocasiões, ambientes com interações positivas proporcionam contentamento e engajamento dos estudantes.

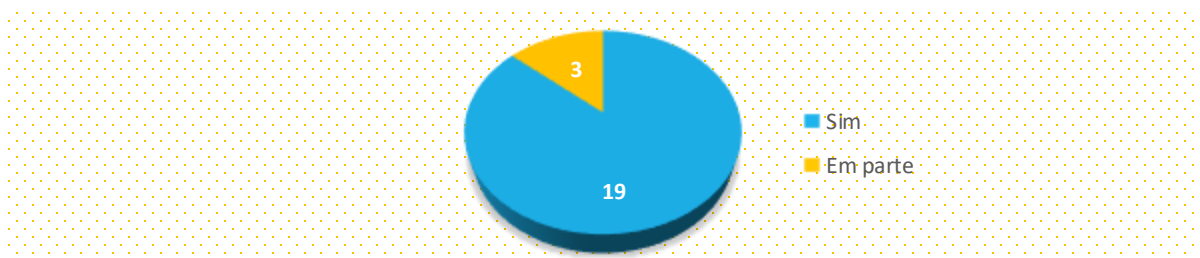
A aplicação e validação do Produto Educacional foram conduzidas com alunos da 3ª série do curso técnico em agropecuária. Para isso, foi planejada uma apresentação didática que facilitasse a compreensão da mensagem transmitida e, também, reservasse um momento para interação, permitindo que os estudantes expressassem suas dúvidas ou contribuições. A apresentação ocorreu no dia 15 de abril de 2025, às 9h20, com a presença de 22 alunos. Para ilustrar esse momento, apresentamos a seguir uma imagem da aplicação do Produto Educacional (PE).

Figura 5 - Apresentação do Produto Educacional

Fonte: Acervo do autor (2025)

A avaliação do PE foi considerada satisfatória, uma vez que as respostas e opiniões dos estudantes indicaram um posicionamento positivo em relação ao material apresentado, considerando, assim, que esse recurso pedagógico atendeu à sua finalidade. Para ilustrar essa afirmação, seguem os gráficos com o percentual de posicionamento dos sujeitos em relação aos questionamentos e, ainda, alguns comentários dos estudantes sobre o material. No Gráfico 12, foi questionado se o PE pode despertar o interesse dos jovens do ensino fundamental pelo curso técnico em Agropecuária.

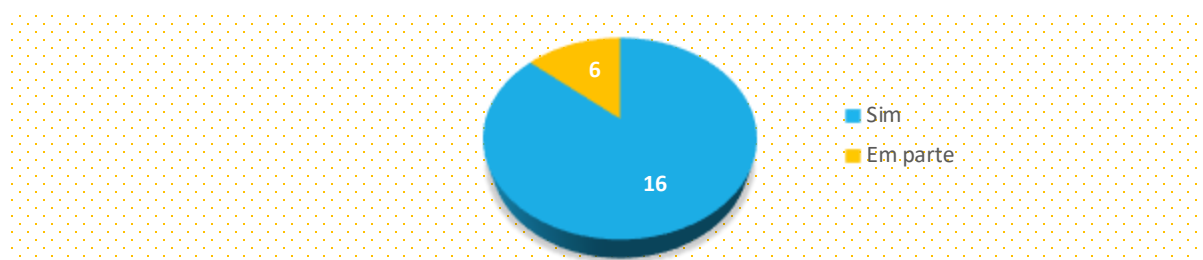
Gráfico 12 - Esse produto educacional pode despertar o interesse dos jovens do ensino fundamental pelo curso técnico em agropecuária?



Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 12, observa-se que 19 estudantes escolheram a alternativa "sim"; por outro lado, cerca de 3 alunos participantes optaram pela alternativa "em parte". Essa distribuição pode indicar uma predominância de sujeitos que consideram que o PE pode ser útil para despertar o interesse dos jovens pelo curso técnico em Agropecuária, enquanto uma minoria acredita que o recurso pedagógico atende apenas parcialmente ao que foi proposto, sugerindo, assim, que o PE pode ser aprimorado para alcançar esse objetivo. A seguir, o Gráfico 13 apresenta o questionamento sobre se o PE pode motivar os alunos do ano inicial a permanecer no curso até a sua conclusão.

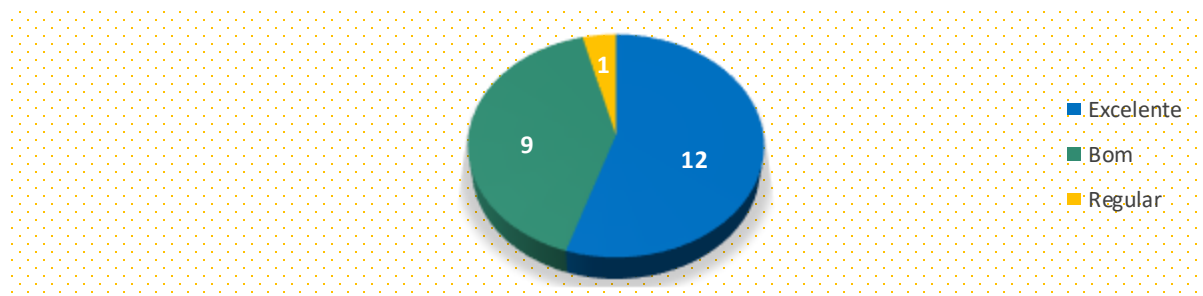
Gráfico 13 - Esse produto educacional pode motivar os alunos a continuar no curso?



Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor

O Gráfico 13 revela que 16 alunos apresentaram um posicionamento positivo, optando pela alternativa "sim", enquanto 5 jovens escolheram a resposta "em parte". Essa configuração demonstra que a maior parte do público participante realmente acredita que o PE pode influenciar positivamente os jovens, motivando-os a continuar nessa formação até sua conclusão. Já para a menor parcela dos sujeitos que optaram por "em parte", o material apresentado pode passar por modificações, a fim de se adaptar melhor à realidade dos estudantes e alcançar esse objetivo. Por fim, o Gráfico 14 apresenta uma indagação sobre o posicionamento dos jovens quanto à avaliação do PE de modo geral.

Gráfico 14 - De modo geral, como você avalia o produto?



Fonte: Tabulação de dados feita pelo autor

No Gráfico 14, observa-se uma distribuição mais equilibrada entre duas alternativas, demonstrando que 12 estudantes optaram por "excelente", enquanto 9 escolheram "bom", e a menor parcela dos indivíduos se posicionou pela opção "regular" (1). As escolhas dos alunos sugerem uma predominância significativa de jovens - somando as respostas "bom" e "excelente" - que consideram o produto uma ferramenta pedagógica positiva, capaz de influenciar os estudantes em relação à formação técnica no ramo da Agropecuária. Por outro lado, o pequeno percentual que optou por "regular" indica que o PE ainda necessita de melhorias para atender plenamente aos objetivos para os quais foi desenvolvido.

Além disso, no campo da avaliação, foi disponibilizado um espaço para que os estudantes registrassem comentários sobre o PE, a fim de expressar suas percepções ou posicionamentos, incluindo aspectos não contemplados pelos questionamentos analisados nos gráficos anteriores. A seguir, são apresentados os depoimentos dos alunos, como forma de evidenciar suas impressões diante do conteúdo abordado no PE, especialmente considerando que o material se refere diretamente à formação deles.

“Considero que é importante esse produto como impulso educacional, tanto para quem inicia, quanto para quem está finalizando” (Estudante G. C.).

“Eu acho ótimo, mas poderia ter uma solução para alguns problemas, como esse: novos alunos chegando precisavam de mais um apoio tanto psicológico e, também, o acolhimento da escola. Isso falta aqui no IF” (Estudante M. A.).

“Achei extremamente legal e necessário” (Estudante M. R.).

“O produto Educacional tem uma linguagem clara e objetiva, conseguindo, assim, ser direcionado ao público alvo e concretizar seu objetivo” (Estudante A. C.).

“Um produto de alguma importância, pois pode ajudar a despertar o desejo de estudar e o gosto pelo curso” (Estudante L. G.).

“É excelente e bom para os estudantes verem quanto é bom o curso de agropecuária e motiva a continuar” (Estudante N. A.).

“Esse produto me fez enxergar diferente a escola, IF para a vida” (Estudante M. P.).

As respostas dos estudantes participantes da avaliação reconhecem de forma positiva o produto educacional, destacando sua importância como ferramenta pedagógica motivacional e formativa para a trajetória acadêmica. Eles ressaltam a qualidade, a clareza e a capacidade do material de engajar tanto alunos iniciantes quanto concluintes, evidenciando seu impacto na percepção do curso e da instituição. Os sujeitos valorizam a apresentação, o conteúdo acessível e o estímulo ao interesse pelos estudos, ao mesmo tempo em que apontam sugestões de melhoria, como o reforço ao acolhimento e ao apoio psicológico aos novos alunos. Desse modo, o produto cumpre o propósito para o qual foi concebido, ao mesmo tempo em que abre espaço para aperfeiçoamentos que ampliem sua eficácia e alcance.

Diante do exposto, o produto educacional buscou evidenciar a importância da formação técnica em Agropecuária no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres. Ao apresentar as experiências formativas vivenciadas pelos estudantes, foi possível destacar o papel fundamental

da Educação Profissional e Tecnológica na construção de trajetórias de vida marcadas pelo crescimento pessoal, pelo anseio de inserção no mundo do trabalho e pela busca da autonomia.

Os depoimentos dos alunos revelaram, de forma espontânea, como o ambiente educacional pode transformar perspectivas e ampliar horizontes. A vivência prática, o convívio coletivo e as oportunidades formativas oferecidas pela instituição contribuem diretamente para que esses indivíduos se tornem sujeitos protagonistas de suas histórias. Assim, espera-se que este material possa motivar os estudantes a seguirem firmes em suas trajetórias e também inspirar outros jovens a vislumbrar um futuro possível e promissor por meio da educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral apreender a perspectiva de emancipação de jovens trabalhadores da área agropecuária no IF Goiano – Campus Ceres. A instituição oferece a formação técnica integrada ao ensino médio, uma modalidade de educação que articula os conhecimentos da educação básica com competências profissionais, sob uma proposta pedagógica omnilateral e humanista, pautada no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico.

A pesquisa foi fundamentada na compreensão do trabalho como princípio educativo e da pesquisa como princípio pedagógico, partindo do pressuposto de que a formação dos jovens pode não apenas desenvolver habilidades técnicas, mas também promover o crescimento crítico, ético e integral dos sujeitos. Nessa perspectiva, o trabalho é compreendido como mediação essencial para a construção do conhecimento e da identidade, enquanto a pesquisa configura-se como um instrumento pedagógico capaz de articular teoria e prática no processo formativo.

Com base no delineamento e no planejamento da pesquisa — reforçados pelo embasamento teórico mobilizado, pelos objetivos delimitados e pelos resultados obtidos —, pode-se afirmar que a investigação alcançou os resultados esperados. A partir da análise e do tratamento dos dados coletados, constatou-se que os estudantes do curso técnico em Agropecuária acreditam que a carreira construída por meio dessa formação possibilita o exercício da autonomia e da cidadania, uma vez que esses sujeitos se consideram capacitados e aptos à inserção no mundo do trabalho.

Na condição de servidor da Rede Federal e entusiasta da educação integral, pode-se afirmar que essa formação proporciona as competências exigidas na área da Agropecuária, conforme evidenciado nas respostas dos sujeitos da pesquisa. Assim, observa-se que os preceitos relacionados ao trabalho e à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), discutidos ao longo deste estudo, são confirmados pelos resultados obtidos, com destaque para o propósito da dissertação e a finalidade geral do produto educacional, que visa à formação em Agropecuária. Além disso, o servidor pesquisador vivenciou um processo de amadurecimento pessoal e profissional durante a realização da pesquisa. Foi uma trajetória rica em aprendizagens, marcada pela escuta, análise e diálogo com a realidade de sujeitos que enfrentam desigualdades históricas, mas que encontraram, na educação pública, uma oportunidade de superação.

A relação entre educação e trabalho exerce um papel fundamental na construção de vidas dignas e na promoção da transformação social. Conforme o entendimento de Freire (2005), a educação transforma a realidade do sujeito, ao mesmo tempo em que ele próprio se transforma. Desse modo, a educação promove o desenvolvimento do senso crítico e da empatia, além de estimular a capacidade de sonhar com um futuro melhor. A relação entre educação e trabalho é, portanto, profundamente humana: trata-se de crescer, transformar e ser transformado ao longo da vida, conquistando, assim, o seu lugar na sociedade. Nessa perspectiva, Frigotto (2001, p. 74) salienta que o trabalho é um

[...] elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser aprendido, socializado desde a infância. Trata-se de apreender que o ser humano enquanto ser da natureza necessita elaborar a natureza, transformá-la, pelo trabalho, em bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais, biológicas, sociais, culturais, etc. Mas é também um direito, pois é por ele que pode recriar, reproduzir permanentemente sua existência humana. Impedir o direito ao trabalho, mesmo em sua forma de trabalho alienado sob o capitalismo, é uma violência contra a possibilidade de produzir minimamente a vida própria e, quando é o caso, dos filhos.

Com a conclusão deste estudo, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pode ser compreendida como uma via concreta de transformação social e emancipação dos jovens trabalhadores, sobretudo no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres. Nesse sentido, afirma-se que a experiência vivenciada ao longo do processo investigativo permitiu compreender que a escola pode ser um espaço de acolhimento, construção de identidade e desenvolvimento da autonomia.

Os depoimentos dos estudantes indicam que a escolha pela formação em Agropecuária representa mais do que a busca por uma qualificação profissional — trata-se de um projeto de vida, marcado por esperanças, desafios, contradições e, especialmente, pela expectativa de um futuro mais justo e digno. Com base nos relatos dos alunos, observa-se que a educação, quando orientada por princípios humanistas e emancipatórios — como propõe a educação integrada —, pode ser o ponto de partida para a construção de novos horizontes.

Por outro lado, o percurso desta dissertação também revelou que a educação oferecida pelo IF Goiano enfrenta limitações estruturais e adversidades comuns à rede pública. Ainda assim, a formação técnica em Agropecuária demonstra potencial para promover mudanças significativas na vida dos estudantes. A modalidade de ensino integrado, a convivência com diferentes saberes, a aproximação com o mundo do trabalho e as experiências vivenciadas ao longo do curso contribuem para uma formação mais ampla, humana e significativa, favorecendo a conquista da autonomia pelos jovens trabalhadores.

Além disso, a elaboração do Produto Educacional, na forma de um Memorial de Formação em formato de cartilha, possibilitou um espaço de escuta e valorização das trajetórias

dos alunos, permitindo-lhes reconhecer suas conquistas e perceber a educação como um instrumento de empoderamento pessoal e coletivo. Essa experiência evidenciou que uma pesquisa com essa envergadura pode se comprometer com trajetórias transformadoras, indo além de diagnósticos ou descrições.

É importante destacar, no entanto, que o presente estudo não teve a pretensão de abarcar todos os aspectos relativos à EPT e ao trabalho voltado à autonomia. Tratou-se de uma investigação voltada à compreensão das aspirações dos estudantes em relação à profissão e à carreira na área da Agropecuária. Ainda assim, espera-se que este trabalho ofereça subsídios para futuras pesquisas sobre a temática. Cabe ressaltar também que, inicialmente, previa-se utilizar categorias do pensamento de Frigotto, enquanto autor de base materialista dialética. No entanto, as respostas extraídas por meio do questionário indicaram a necessidade de ampliar a discussão teórica, contemplando características mais específicas da formação em Agropecuária, dada a diversidade de conteúdos presentes nas falas dos estudantes.

Por fim, esta pesquisa se encerra com a convicção de que a Educação Profissional e Tecnológica, quando comprometida com a emancipação e com o ser humano em sua integralidade, tem o poder de transformar trajetórias e ampliar possibilidades, seja no mundo do trabalho ou na vida acadêmica. Acredita-se que, ao contribuir para a compreensão da EPT como instrumento de transformação social, esta dissertação reafirma o compromisso ético-político da educação pública com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e humanizada. Nesse sentido, entende-se que os resultados deste estudo podem fortalecer as práticas educativas do IF Goiano – Campus Ceres e inspirar novas pesquisas e ações em defesa de uma educação pública, inclusiva e transformadora.

REFERÊNCIAS

AGROPÓS. Drone para pulverização: Conheça os 5 principais! **AgroPós**, 2021. Disponível em: <<https://agropos.com.br/drone-para-pulverizacao/>>. Acesso em: 10 de fev. de 2025.

ALMEIDA, Leandro S.; SOARES, Ana Paula; FERREIRA, Joaquim Armando G. **Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA-r)**: Avaliação do ajustamento dos estudantes universitários. 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARANTES, Olivia Márcia Nagy; DE AZEVEDO, João Lúcio. A biotecnologia na agropecuária. **Semina: Ciências Agrárias**, v. 7, n. 2, p. 62-87, 1986.

AZEVEDO, Edson Souza de; SHIGUNOV, Viktor. **Reflexões sobre as abordagens pedagógicas em Educação Física**. A formação profissional e a prática pedagógica: ênfase nos professores de educação física. Londrina: O Autor, 2001.

BARDAGI, Marúcia et al. Escolha profissional e inserção no mercado de trabalho: percepções de estudantes formandos. **Psicologia escolar e educacional**, v. 10, p. 69-82, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. 24 Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Porto: Porto Editora, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BORDIEU, Pierre. Escritos da Educação. Organização: Maria Alice Nogueira, Afranio Catani. 9ª Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. Handbook of theory and research for the Sociology of Education. Westport, CT: Greenwood, 1986. p. 241-258.

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Brasília DF: Casa Civil 2004.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília DF: Casa Civil 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Brasília DF: Casa Civil 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Brasília DF: Casa Civil 2012

BRASIL. **Constituição (1937) Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em: 29 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da educação. Instituto Federal do Espírito Santo. ProfEPT.

Regulamento Geral – 2023. Disponível em:

<<https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept>>. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da educação. **Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil>>.

Acesso em 28 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da educação. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica.

Educação Profissional e Tecnológica – EPT. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/apresentacao-ept>. Acesso em: 09 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da educação. **Conselho Nacional De Educação.** Parecer CNE/CP nº 29/2002, Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf. Acesso em: 29 mar 2024.

BUENO Geraldo Marta Júnior. **A Sustentabilidade da pecuária brasileira.** 2017.

Disponível em: <

https://www.embrapa.br/documents/10180/21470602/GBMJ_ArtigoPecu%C3%A1ria-Embrapa_29mar17_v.rev.pdf/49d67c99-9162-7d79-0baa-6dcac25a520d> Acesso em: 06 jan. 2025.

CAMPANHOLA, Clayton; VALARINI, Pedro José. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 18, n. 3, p. 69-101, 2001.

CARNETI, Luiz Augusto Batista, NAPP Cristina. **Relação teoria e prática no curso técnico em agropecuária do IFRS – Câmpus Sertão.** 2011. Disponível em: <

<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/06/Luiz-Augusto-Batista-Carneti-e-Cristina-Napp.pdf>> Acesso em: 06 de jan. 2025.

CASTILHO, Denis. A Colônia agrícola nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-GO-Brasil. **Élisée-Revista de Geografia da UEG**, v. 1, n. 01, p. 117-139, 2012.

CIAVATTA, Maria. “O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?”. Trabalho Educação (UFMG), vol. 23, p. 187-205, 2014.

CIAVATTA, Maria. **Emancipação:** a historicidade do conceito e a polêmica no processo real da existência humana. Revista Trabalho Necessário, v. 12, n. 18, 2014.

CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. **Dicionário da educação profissional em saúde**, v. 2, p. 408-415, 2009.

COELHO, Carlos Nayro. A expansão e o potencial do mercado mundial de produtos orgânicos. **Revista de Política Agrícola**, v. 10, n. 2, p. 9-26, 2012.

CONTINI, Elisio; REIFSCHNEIDER, Francisco José Becker. Conhecimentos na agricultura. **Revista de Política Agrícola**, v. 8, n. 2, p. 1-7, 1999.

COSTA, Ana Alexandra Vilela Marta Rio. Agricultura sustentável I: conceitos. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 33, n. 2, p. 61-74, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Ed. UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

DELLA FONTE, Sandra Soares. **Formação no e para o trabalho**. Educação Profissional e Tecnológica em Revista. v. 2, nº 2. Vitória: IFES, 2018

DOULA, Sheila Maria; BOESSIO, Amábile Tolio; PAULA, Debora Brandão; SOUZA, Solange Batista; CARMO, Pollyanna Maria. **Jovens que ficam** - projetos e concretização da vida profissional da juventude rural da Zona da Mata Mineira. In: SITRE - SIMPÓSIO INTERNACIONAL TRABALHO, RELAÇÕES DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE, 4., 2014, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, MG: UFMG, 2014. v. 1, p. 1-18.

DUTRA, Sandro et al. A expansão sucroalcooleira e a devastação ambiental nas matas de São Patrício, microrregião de Ceres, Goiás. **História, histórias**, v. 1, n. 2, p. 230-247, 2013.

FACUNDES, Williane Tiburcio; JÚNIOR, Neil Braga Ferreira. A Importância do Conhecimento Jurídico nas Escolas de Ensino Regular no Brasil. **Revista Jurídica do MPAC**, v. 2, n. 1, p. 151-171, 2022.

FRAZÃO, Eduardo. **Censo 2022**: por que as famílias brasileiras diminuíram? Já são menos de 3 pessoas por lar. Exame, 2024. Disponível em < <https://exame.com/brasil/censo-2022-por-que-as-familias-brasileiras-diminuiram-ja-sao-menos-de-3-pessoas-por-lar/> > Acesso em: 02 dez. 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p.

FREITAS, Wagner Abadio de; SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo. **Os serviços médicos em Ceres-GO**: origem, evolução, funcionalidade e polarização regional. Revista Cerrados (Unimontes), vol. 20, núm. 02, pp. 183-220, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5769/576972946009/html/> Acesso em: 10 abr. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho**: bases para debater a educação profissional emancipadora. Perspectiva, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação**. Revista Contemporânea de Educação, vol. 10, n.20, julho/dezembro de 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. 3ª ed. São Paulo: Cortez: 2012. p. 57-82.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores – Excertos.** In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho. (orgs.). Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e Certificação Educacional e Profissional. São Paulo: CUT, 2005, v. 1.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** Tradução: Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GOUVEIA, Aparecida Joly. Origem social, escolaridade e ocupação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 32, p. 3-30, 1980.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, A. **La alternativa pedagógica.** Barcelona: Editorial Fontamara, 1981.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. População estimada. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/ceres.html>> Acesso em: 21 abr. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Núcleo de Memória. A Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://memoria.ifrs.edu.br/historia-do-ifrs/a-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 22 mar. 2025.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. Campus Ceres. As conquistas e progressos do Campus Ceres em 22 anos. Disponível em <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/component/content/article/5315-as-conquistas-e-progressos-do-campus-ceres-em-22-anos>> Acesso em: 01 abr. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.** Goiânia (GO): 2016. Disponível em: https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/CER/Doc_cursos/Tecnicos/Agropecuaria/PPC_Tec_Agropec_Integ_EM_2016.pdf. Acesso em: 15 jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO. **Resolução nº 116/2018, de 07 de dezembro de 2018.** Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do IF Goiano. [S. l.]: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, 2018. Disponível em: https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/42_-_PDI_2019-2023.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023.

KOLCENTI Cassiane, ZARPELON Mirian Cátia, BALESTRIN Deise, TORTELLI, Luana. Desenvolvimento sustentável no uso das tecnologias para juventude rural. **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE (S2IS)**, v. 2, p. 1-9, 2014.

KOLB, David A. *Experiential learning: experience as the source of learning and development*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1984. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/235701029_Experiential_Learning_Experience_As_The_Source_Of_Learning_And_Development>. Acesso em: 09 abr. 2025.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 6. ed. Ijuí: Unijuí, 2004.

LAMAS, Fernando Mendes. Pesquisa, desenvolvimento e inovação. Artigo: A tecnologia na agricultura. 20/11/2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/30015917/artigo-a-tecnologia-na-agricultura?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 10 fev. 2025.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **CIAIQ2018**, v. 1, p. 330-339, 2018.

LOCATELLI, Aline; DA ROSA, Cleci Teresinha Werner. Produtos Educacionais: características da atuação docente retratada na I Amostra Gaúcha. *Polyphonía*, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 197-210, 2015.

MAIA, Katy; LIRA, Sachiko Araki. A mulher no mercado de trabalho. **Seminário De Economia Aplicada**, v. 2, 2002.

MALUF Renato Sérgio; MENEZES Francisco; VALENTE Flávio Luiz Schieck. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, v. 4, n. 1, p. 66-88, 1996.

MALUF, Renato Sérgio. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.25 n.1, p.299-322, abr. 2004.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Infância rural e trabalho infantil: concepções em contexto de mudanças. **DESIDADES: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, n. 21, p. 46-58, 2018.

MARTINELLI, Telma Adriana Pacifico; MILESCHI, Keros Gustavo. **Concepções pedagógicas de Educação Física**: os conceitos de diferença e inclusão. *Práxis Educativa (Brasil)*, v. 12, n. 2, p. 395-413, 2017.

MARTINI, Carlo Maria. **Viaggio nel vocabolario dell'etica**. Milan: Piemme, 1993.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846).** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica.** Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo. 2010

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital.** Boitempo Editorial, 2015.

MEADOWS, Arthur Jack; DE LEMOS LEMOS, Antonio Agenor Briquet. **A comunicação científica.** Briquet de Lemos/livros, 1999.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital.** Boitempo, 2008.

MICHAUD, R. **Relatório final de missão em administração rural.** Embrater, Brasília, 1989, 71p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Dante Henrique. **“Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração”.** Revista Holos, Ano 23, vol. 2 - 2007.

NASCIMENTO, José; SANTOS, Renato. **História e Políticas da Educação Profissional no Brasil.** IFRN: Natal, 2022.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs.). **Geografia agrária: teoria e poder.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.

NOSELLA, Paolo; AZEVEDO, Mario Luiz Neves de. **“A Educação em Gramsci”.** Teoria e Prática da Educação, vol. 15, p. 25-33, 2012.

NOSELLA, Paolo. **Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores para além da formação politécnica.** Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34. São Carlos: UFSC, 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo método de Marx.** 1 ed. São Paulo: Expressão popular. 2011.

NUNES, Juliana Cézar. **Revisão de dados indica recuo em número de jovens nem-nem.** Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-05/revisao-de-dados-indica-recuo-em-numero-de-jovens-nem-nem#:~:text=Cerca%20de%2017%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,somam%2034%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas>>. Acesso em: 15 Jul. 2024.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** – Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 10 de abr. 2025.

PASQUALOTTO, Nayara; KAUFMANN, Marielen Priscila; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável.** Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019.

PASQUALLI, Roberta; VIEIRA, Josimar Aparecido de; CASTAMAN, Ana Sara. **Produtos educacionais na formação do mestre em educação profissional e tecnológica**. Educitec-Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, v. 4, n. 07, 2018.

PATERNIANI, Ernesto. Agricultura sustentável nos trópicos. **Estudos avançados**, v. 15, p. 303-326, 2001.

PEREIRA, Jonas Carlos Campos. **Melhoramento genético aplicado à produção animal**. FEPMVZ Editora, 2004.

PEREIRA, Lucio Alberto et al. A agricultura e suas relações com o ambiente. In: BRITO Luiza Teirxeira de Lima; MELLO, Ricardo Ferreira de (Orgs). **Impactos ambientais causados pela agricultura no semiárido brasileiro**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2010. p. 13-29.

PEREIRA, Rosângela Saldanha; SANTOS, Danielle Almeida dos; BORGES, Waleska. A mulher no mercado de trabalho. **Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís Maranhão**, p. 12, 2005.

PRADO, Guilherme do Val Toledo; SOLIGO, Rosaura. Memorial de formação: quando as memórias narram a história da formação. **Porque escrever é fazer história: revelações, subversões, superações**. Campinas, SP: Graf, p. 45-60, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**: A arte de ensinar e de aprender. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RAMOS, Marise. Concepção do ensino médio integrado. **Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias**, v. 8, p. 1-26, 2008.

ROCHA, Maria Cristina. Juventude: apostando no presente. **Imaginário**, v. 12, n. 12, p. 205-223, 2006.

RODRIGUES, M. U. (Org.). Análise de Conteúdo em pesquisas qualitativas na área da Educação Matemática. Curitiba, PR: Editora CRV, 2019.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. O desafio da sustentabilidade na produção agropecuária. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Ano 10, nº 80, 2014.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. et al. A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira: **impactos, políticas públicas e desafios**. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para Discussão n. 1782).

SANTOS, Renato Marinho Brandão. **Entre a ordem e o progresso**: a Escola de aprendizes artífices de Natal e a formação de cidadãos úteis (1909-1937). João Pessoa: EDIFPB, 2019. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1779>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SANTOS, Noeme Cabral da Silva; SILVA, Wellington Amancio da. Desafios e possibilidades da sustentabilidade na agricultura. **Revista Geo Sertões**, v. 4, n. 7, p. 10-25, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista brasileira de Educação, v. 12, n. 34 jan./abr. 2007

SCOLARI, Dante Daniel Giacomelli. **Produção agrícola mundial**: o potencial do Brasil.

Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/417182/1/Producaoagricolamundial.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SILVA, R. O. et al. E-books como produtos educacionais: definição e tópicos de construção segundo o método científico-tecnológico. In: DICKMANN, I. (org.). Mosaico temático. Chapecó: Livrologia, 2020. p. 155-174.

SOARES, Ronaldo Viana. **Queimas controladas**: pós e contras. In: Fórum Nacional Sobre Incêndios Florestais, 1. Piracicaba. Anais. Piracicaba: IPEF, 1995.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TINTO, V. Leaving college: rethinking the causes and cures of student attrition. Chicago: University of Chicago Press, 1987. Disponível em: <

<https://archive.org/details/leavingcollegere0000tint/mode/2up>>. Acesso em: 11 abr. 2025.

TONET, Ivo. Cidadania ou emancipação humana. **Revista espaço acadêmico**, n. 44, p. 1-10, 2005.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Maceió: UFAL, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, SP: Atlas, 1987.

VALLE, Paulo Roberto Dalla; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **Educação em Revista**, v. 41, p. e49377, 2025.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – CAPÍTULO DE E-BOOK

Educação e o mundo do trabalho sob influência do neoliberalismo: estratégias do capital na mercantilização do processo de ensino-aprendizagem

Divino Pereira Marques⁴
José Carlos Moreira de Souza⁵
Sangelita Miranda Franco Mariano⁶
Gustavo Lopes Ferreirano⁷

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais nota-se o elevado número de empresas privadas presentes no cenário brasileiro, com a educação não poderia ser diferente. Com a influência do neoliberalismo, o setor de ensino enfrenta uma concorrência acirrada, desde o ensino básico ou superior e do ensino presente ao remoto. Este prisma da educação é consequência da ascensão da lógica mercadológica, passando pela privatização e comercialização. Sabemos que a ideologia neoliberal é o poder que exerce hegemonia, então a tendência é seguir tal enfoque. A influência neoliberal é uma abordagem que promove a redução da intervenção estatal na economia e enfatiza a iniciativa privada e os mercados como motores do desenvolvimento. Na educação, isto traduz em processos que visam à comercialização, trazendo como efeitos a privatização, a concorrência, a avaliação baseada em resultados e cortes no financiamento público.

O neoliberalismo segundo Freitas (2018) observa a educação a partir da sua concepção de sociedade baseada num mercado livre cuja lógica própria produz progresso social de qualidade, depurando a ineficiência através da competição. De acordo com esta visão,

³ O capítulo foi produzido e organizado no percurso do mestrado, submetido à apreciação dos organizadores e aceito, conforme declaração do aceite anexa.

⁴ Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica – IF Goiano. Atualmente é servidor público federal do quadro técnico-administrativo permanente do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres. E-mail: divino.marques@ifgoiano.edu.br

⁵ Doutor em Educação – UFG. Professor EBTT no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, atuando em cursos técnicos e de graduação e no programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica. E-mail: jose.moreira@ifgoiano.edu.br

⁶ Doutora em Educação – UFU. Professora EBTT no Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos, atuando em curso de graduação e no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica. E-mail: sangelita.mariano@ifgoiano.edu.br

⁷ Doutor em Educação em Ciências - UNB. Professor EBTT no Instituto Federal Goiano - Campus Ceres, atuando em curso de graduação e no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica. E-mail: gustavo.ferreira@ifgoiano.edu.br

generalizar este conceito a todas as atividades do Estado criará uma sociedade melhor. Os cidadãos também estão incluídos nesta lógica e os seus esforços (méritos) determinam a sua posição social. Foi a partir dessa visão de mundo que ele traçou as metas para a educação.

A ideologia neoliberal emergiu como uma força influente nas políticas governamentais, nas práticas empresariais e na forma como a sociedade percebe e aborda as questões econômicas e sociais. Profundamente enraizado no pensamento econômico, o neoliberalismo é mais do que apenas um conjunto de políticas, é uma abordagem fundamental para a organização social. Além disso, essa visão neoliberal teve uma influência profunda e duradoura nas políticas educativas em todo o mundo. Nas últimas décadas, suas diretrizes orientaram a transformação das instituições de ensino, desde o ensino básico até a graduação.

A ascensão da abordagem neoliberal nas últimas décadas do século XX levou à necessidade de reconfigurar as políticas educativas. A crença fundamental de que a concorrência e os mercados livres são os principais impulsionadores do progresso econômico motivou os governos a adotar uma série de reformas nas estruturas e objetivos educativos. A privatização, a desregulamentação, avaliação baseada em resultados e a procura da eficiência tornaram-se as palavras-chave da educação moderna, moldando o panorama educativo de uma forma sem precedentes.

No entanto, as implicações desta transição são amplas e complexas. A privatização da educação levanta questões de equidade e acesso, pois questiona se a educação deve ser considerada como uma mercadoria ou um direito universal. Ademais, as mudanças nas prioridades institucionais, que enfatizam a eficiência e a competitividade dão frequentemente origem a preocupações sobre a perda de valores educativos fundamentais. O discurso do neoliberalismo na educação como demonstra Gentili (1995) se institui a partir remodelação dos panoramas economicistas do capital humano. Essa reconceituação articula diagnósticos a respeito de novas condições de regulação do mercado.

Este ensaio versa sobre a influência do neoliberalismo na educação, centrando-se nas interações do mercado da educação. Deste modo, esse estudo objetiva explorar a relação entre o neoliberalismo e a educação, a partir de uma reflexão sobre a comercialização da educação e seus efeitos. Para tanto, fez-se uma reflexão analisando a educação numa perspectiva de mercado, destacando a educação sob a ótica capitalista, enfatizando o ensino como uma mercadoria, fazendo uma comparação com a lógica dos processos de produção da rede de *fast-*

food McDonalds e, por fim, foram descritas algumas consequências da privatização da educação.

2 A EDUCAÇÃO SOB A ÓTICA CAPITALISTA

As novas escolas e modelos educativos tendem a impor, em primeiro plano, uma submissão mais direta da escola à razão econômica. Isto está associado a um economicismo aparentemente simplista cuja principal premissa é que as instituições em geral e as escolas em particular só têm significado em termos do serviço que deveriam prestar às empresas e à economia. O “homem flexível” e o “trabalhador independente” são as imagens de referência do novo ideal educativo (Laval, 2019). Logo, percebe-se que o foco é o lucro, isso está claro quando se diz que a educação está ligada ao setor econômico. É de se afirmar que o ganho de capital está em detrimento da educação efetiva ao sujeito.

Nesse sentido, Antunes (2023) faz uma avaliação acertada afirmando que para as empresas o lucro é o *modus operandi*, o que as tornam participantes de forma direta ou indireta do processo de valorização do capital. Desse modo, Antunes (2023) destaca que as instituições travam uma competição entre si para aumentar seu domínio no mercado, como é o caso da educação no setor privado que enfrenta uma grande concorrência. Nessa perspectiva, Antunes (2018) aponta que a grande expansão do setor de serviços que se subordinam à mercadoria está relacionada ao capitalismo multiforme, em que a precarização, a materialidade e imaterialidade se tornam artefatos vitais para ampliação da lei de valor do capital.

Corroborando com a temática, Laval (2019) assinala que uma dupla transformação tende a redefinir a relação entre a escola e a economia num sentido radicalmente pragmático: por um lado, forte concorrência no espaço econômico globalizado; por outro, o papel cada vez mais decisivo da qualificação e do conhecimento profissional na concepção, produção e comercialização de bens e serviços. As organizações internacionais de ideologia liberal, apoiadas neste ponto pela maioria dos governos dos países desenvolvidos (encorajando este conceito de escolarização), fizeram da competitividade o axioma dominante dos sistemas educativos. O questionamento estratégico dos “recursos humanos” está a tornar-se cada vez mais relevante na competição entre empresas tanto transnacionais como as economias nacionais. Quando se fala em recursos humanos, observa-se que essa questão é uma abordagem que está em voga no diálogo das instituições privadas nos dias atuais. Considerando esse quesito no campo educacional, nota-se a frequente cobrança por preparação e inovação para os profissionais da educação.

Um dos maiores objetivos dos setores econômicos é o controle direto e mais rigoroso da formação básica e profissional. Esta formação não só determina a eficiência econômica e o dinamismo da inovação, mas também proporciona um mercado mais promissor para as empresas. A educação não proporciona apenas uma contribuição essencial para a economia, não é apenas um insumo para a função de produção, mas também é considerada como um fator cujas condições de produção devem seguir a lógica econômica. Por esse motivo, é considerada uma atividade de custo e lucro, cujos produtos são mercadorias (Laval, 2019).

Nesse sentido, Laval (2019) afirma que as características básicas da nova ordem educacional estão associadas à perda gradual da autonomia educacional, acompanhada pela instituição de empreendimentos, enquanto são elevados ao nível de ideais normativos. A abordagem do lucro se manifesta nesse contexto, complementando ainda o custo. A partir disso, nota-se a grande relevância que esta temática possui na questão da educação sob a ótica capitalista. É uma característica repulsiva, levando em consideração o ensino público a partir de uma visão sobre o direito universal à educação, que é garantida a educação gratuita para todos.

Levando em consideração o neoliberalismo presente no âmbito da educação, assim como outros, Harvey (2014) salienta que essa política de relações econômicas, que estimula o bem estar dos sujeitos, pode ser melhor gerida pelas liberdades e capacidades empreendedoras individuais em uma estrutura garantida por direitos à propriedade privada com livres mercados e comércios. Nesse sentido, o Estado tem o papel de estabelecer e manter uma estrutura favorável a essas práticas. Harvey (2014) ainda destaca que o neoliberalismo se mantém como hegemônico na modalidade de discurso e afetou amplamente o modo de pensar de muitas pessoas. Logo, incorporou a maneira cotidiana, o modo de interpretar, viver e compreender o mundo.

3 A COMERCIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: O ENSINO COMO MERCADORIA

A concepção de educação como mercadoria refere-se à ideia de que a educação pode ser vista como um bem ou serviço regido pelos preceitos da oferta e da demanda, da concorrência de mercado e, em alguns casos, da lógica do lucro. Esta perspectiva está frequente associada às políticas de privatização e comercialização da educação. Freitas (2018) afirma que a qualidade da escola é um produto que está disponível em muitos níveis diferentes e pode ser

“adquirido” pelos pais. O Estado é integralmente responsável por garantir as necessidades essenciais das pessoas, demonstradas pelo valor do *voucher*⁸, é o caso das bolsas de estudos.

Por outro lado, vale destacar que a visão da educação como uma mercadoria não é clara e as opiniões variam amplamente dependendo do contexto e das crenças políticas e filosóficas. Alguns argumentam que a concorrência e a escolha no mercado da educação podem levar a uma melhoria da qualidade, enquanto outros vêem a educação como um direito fundamental que deve estar disponível para todos, independentemente dos seus meios financeiros. O debate sobre o produto da educação envolve frequentemente questões complexas relacionadas com valores sociais, igualdade e acesso à educação.

Nesse sentido, Harvey (2018) evidencia que na concepção de mercadoria o produto tem valor e interesse temporário, de modo que o objetivo imediato da produção do bem é suprir as necessidades sociais específicas. No mundo da comercialização, o capital é quem vai facilitar as permutas. Neste contexto do capital, Mészáros (2008) aponta que a própria educação é uma mercadoria. Isto colocou o sistema de ensino público em crise, sob pressão das exigências de capital e de cortes profundos nos orçamentos públicos. Talvez nada represente melhor o mundo criado pelo neoliberalismo, onde “tudo se vende, tudo se compra” e “tudo tem um preço” do que a comercialização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educativos em centros comerciais segundo a lógica do consumo e do lucro.

A educação no âmbito das políticas econômicas segundo Peroni (2020) pode ser entendida como uma forma de mercadoria ou produto. Para tanto, é necessária a sua privatização, um processo que acontece por direção ou execução, ou até mesmo por meio de ambas com a atuação do setor privado diretamente ofertando a educação, ou dirigindo as políticas públicas ou das escolas e a propriedade continua permanecendo ao poder público. Como privatização por direção, destaca-se o Movimento Todos pela Educação, quando empresários procuraram influenciar o governo federal, na pauta educacional e na venda de material educativo (Bernardi; Uczak; Rossi, 2018). Quanto à privatização por execução, destaca-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) por meio da educação profissional (Rodrigues, 2018). Nesse sentido, é relevante destacar que a

⁸ O sistema de vouchers nada mais é do que a entrega de “tíquetes” – semelhante ao cartão do Bolsa Família – com os quais os pais podem matricular os filhos em creches e escolas particulares. Surge, portanto, como uma alternativa aos colégios públicos, até agora a única opção possível para os estudantes de baixa renda.

privatização da educação tem suas raízes fundadas na comercialização, partindo do pressuposto da lógica de mercado do ensino.

A política de privatização no setor educacional conforme Rikowski (2017) visa à obtenção de lucro, esse lucro baseia-se na capitalização das instituições e serviços educativos, ou seja, a educação torna-se capital. Este é o desenvolvimento capitalista da educação. Portanto, iniciar o debate sobre a privatização da educação a partir das suas principais formas não é suficiente para compreender a essência da privatização: a conversão das receitas do Estado em lucros privados.

Nesse sentido, Peroni (2020, p. 9) assinala que as instituições privadas geralmente determinam o conteúdo da educação e realizam “sua proposta por intermédio da formação, da avaliação do monitoramento, da premiação e de sanções que permitem um controle de que seu produto será executado”. A partir desse contexto, Rikowski (2017) ressalta que a privatização na educação não é, necessariamente, sobre educação, refere-se ao desenvolvimento do capitalismo e avanço do domínio do capital em instituições de ensino na sociedade atual. Para Peroni (2020) a privatização pode ser direta quando a propriedade objetiva a conversão da receita do estado em lucro privado; e a da educação que são as formas de controle do ensino pelas empresas.

A educação na iniciativa privada não garante sua eficiência, Rikowski (2017) ressalta que a prioridade nas instituições privadas é a redução de custos, isso induz a um aumento da carga horária do professor, o que pode gerar uma precarização no trabalho, o que acaba por induzir o lucro como principal objetivo. Corroborando com a temática, Peroni (2020) destaca que a ideia cada vez mais popular é que a educação pública no Brasil é precária e que a educação privada deve “contribuir” para melhorar a sua qualidade, fornecendo princípios de mercado mais eficientes e eficazes. Isso faz parte do diagnóstico neoliberal de que o setor público é o responsável pela crise e o setor privado deveria ser o parâmetro de qualidade, fragmento expresso em documentos do Banco Mundial e em discursos do presidente do Instituto Ayrton Senna. A autora ainda afirma que é relevante destacar que o Banco Mundial reforça a ideia de redução de gastos com educação, ao mesmo tempo em que promove parcerias com organizações privadas. No entanto, tais ligações impõem enormes encargos aos estados e cidades.

Ainda, sobre a ideologia neoliberal Freitas (2018) aponta Chaui afirmando que o padrão de funcionamento da sociedade é a organização empresarial, que é adotada como modelo

organizacional racional, apagando a historicidade das “instituições” e transformando-as em mini empresas prestadoras de serviços – saúde, educação, segurança, pensões, etc. Por outro lado, vale destacar que as escolas privadas costumam cobrar mensalidades, o que pode limitar o acesso das famílias de baixa renda. Isto pode criar disparidades no acesso à educação, o que seria um problema se as escolas públicas não pudessem servir adequadamente todos os alunos. Além de cobrar mensalidades, muitas escolas privadas oferecem educação de alta qualidade, mas nem todas atendem a esse padrão. Em alguns casos, as escolas privadas podem não conseguir cumprir padrões educacionais rigorosos. Nesse sentido, Freitas (2018, p. 59) evidencia que

A privatização intensiva quando possível ou, em alguns casos, a criação de um vetor de privatização progressivo, estão destinadas, igualmente, a transformar o “direito à educação” em um “serviço” a ser adquirido, em última instância, por vouchers (e suas variantes) de “provedores privados” de educação.

Diante desse contexto, nota-se que a decisão de privatizar ou não a educação deve ser cuidadosamente considerada, levando em conta os objetivos educacionais, a equidade e o acesso, a regulamentação adequada e o monitoramento da qualidade.

4 A MCDONALDIZAÇÃO DA ESCOLA

A "McDonalização da escola" é um conceito que faz uma analogia entre a padronização e racionalização dos processos nas escolas e o modelo de negócios da rede de *fast-food* *McDonald's*. Gentili (1996) ressalta que alguns autores enfatizam que o processo de McDonalização refere-se à transferência de princípios que regem a lógica de funcionamento dos restaurantes *fast-food* para espaços institucionais cada vez maiores na vida social do capitalismo. A McDonalização das escolas, um processo que estabelece segundo planos diferentes e distintos (alguns mais gerais e outros mais específicos), constitui uma metáfora apropriada para descrever a reestruturação educativa dominante proposta pelos governos neoliberais. Na ofensiva antidemocrática e excludente alimentada pela ambiciosa agenda de reformas estruturais promovida pelo neoliberalismo, as instituições educacionais tendem a ser projetadas e reestruturadas de acordo com certos padrões comerciais e de produção.

Nesse sentido, Gentili (1996) destaca que os neoliberais criam um conjunto de estratégias destinadas a transferir a educação do domínio dos direitos sociais para o domínio do mercado. A ausência de um verdadeiro mercado educativo, ou seja, a ausência de mecanismos reguladores comerciais que sustentem o mercado educativo, explica a crise na produtividade educativa. Para os neoliberais, o reconhecimento desta realidade permite orientar

uma solução estratégica por meio da qual se possa alcançar uma educação de qualidade, sem "falsas promessas" ligadas às necessidades do mundo moderno: as instituições educativas devem funcionar como sistemas produtivos como empresas de serviços educacionais. O autor ainda afirma que a intervenção estatal não pode questionar o direito de liberdade de escolha que os consumidores da educação têm de fazer no mercado escolar. Só um conjunto de organizações com estas características consegue atingir um nível de eficácia baseado na competição e na realização individual.

O modelo de funcionamento do *McDonald's*, segundo Gentili (1996), é um bom exemplo de organização produtiva com tais características, e neste sentido, representa um bom modelo organizacional para a modernização das escolas. Vejamos algumas possíveis coincidências entre as duas esferas. Primeiro, os restaurantes e escolas de *fast-food* têm uma coisa básica em comum, ambos existem para satisfazer duas necessidades básicas da sociedade moderna: alimentação e socialização acadêmica. Embora a primeira necessidade seja tão antiga quanto à própria humanidade e a segunda nem tanto, parece não haver originalidade nas funções atualmente desempenhadas pelo *McDonald's* e pelas escolas. No entanto, aqui, como na produção de qualquer mercadoria, o que importa não é apenas o que é produzido (hambúrgueres ou conhecimento oficial), mas também a forma histórica como ocorre o processo de fabricação que utilizam, seja a indústria alimentar ou a indústria do setor escolar. Em outras palavras, o que une o *McDonald's* e a educação utópica dos empresários é que, em ambos os casos, os bens oferecidos devem ser produzidos rapidamente e de acordo com padrões certos e exigentes de controle e produtividade eficazes.

Quando se fala da McDonaldização da escola, Gentili (1996) supõe vê-la como uma organização flexível que deve responder aos estímulos (sinais) emanados de um mercado educativo muito competitivo. É importante ressaltar que esta nova racionalidade do sistema escolar foi construída sobre os princípios que regiam a escola *tayloriana*. É um processo de reestruturação educacional em que se articulam novas e velhas dinâmicas organizacionais, em que se identificam novas e velhas lógicas de produção por meio das quais a reforma escolar é reduzida a uma série de critérios comerciais de caráter alienante e excludente.

5 CONSEQUÊNCIAS DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A privatização da educação pode levar a uma carência de financiamento e apoio ao sistema de ensino público, o que possibilita a queda da qualidade da educação nas escolas públicas e a redução do acesso à educação gratuita e de qualidade. Por outro lado, pode levar à falta de

regulamentação adequada das escolas privadas, conduzindo a práticas questionáveis e à falta de transparência relativa aos padrões de ensino e à gestão financeira. Em outro prisma, pode resultar em custos sociais mais elevados, uma vez que o governo ainda pode ser responsável por garantir que todas as crianças tenham acesso à educação, resultando em mais gastos para fornecer subsídios a famílias de baixos rendimentos que queiram enviar os seus filhos para escolas privadas.

Nesse sentido, a privatização total da educação retira os alunos da escola pública e os coloca em escolas privadas ou terceirizadas através de *vouchers*, em um livre mercado. Isso resulta no desaparecimento das escolas públicas como "instituição" e no surgimento de fornecedores privados de educação. Na maioria das vezes, as redes públicas de ensino precisam caminhar gradualmente em direção a esse estágio final, ganhando legitimidade na sociedade (Freitas, 2018). O autor destaca, ainda, que este padrão permanece sendo o modelo de organização empresarial no "serviço público", mas como um processo em constituição no interior do mesmo, convertendo-o em "serviço privado". A inserção da lógica empresarial cria novas exigências para as escolas públicas, como a redução de financiamento desviado para pagamento das terceirizadas, o que diminui recursos do sistema público, tornando-as objeto de sanção/redirecionamento de sua atividade e até mesmo de seu encerramento, modificando-as em mais terceirizadas.

Nessa perspectiva, Freitas (2018) evidencia que a transferência de escolas para o setor privado, com ou sem fins lucrativos, é um mecanismo que ajuda a criar um mercado inicial que depois passa a ser objeto de *vouchers* de compra. É um mecanismo que visa quebrar o monopólio estatal e facilitar a criação de um mercado educacional livre. Como dissemos antes, uma vez formado o mercado, não importa se o Estado paga diretamente às escolas terceirizadas ou se os próprios pais trazem o dinheiro diretamente para a escola na forma de *vouchers*. O autor ainda afirma que a privatização extensiva sempre que possível ou, em alguns casos, criando um vetor de privatização progressiva, também visa transformar o “direito à educação” num “serviço” que pode ser adquirido, em último caso, por meio de *vouchers* (e a suas variações) de “fornecedores de educação privada”.

Um sistema feito por meio de “provedores privados de educação” levaria a educação a patamares melhores de qualidade? Para Freitas (2018) a partir da concepção de sociedade e educação, essa questão não pode ser respondida de uma forma positiva. A intenção da reforma empresarial da educação é estabelecida sob uma ótica conservadora e racionária o que pode tornar a sociedade individualista. Ademais, o objetivo da formação dos jovens é inseri-la na

lógica de exploração do *status quo*, que apenas foi modernizado tecnologicamente. Embora tenha criado alianças com outros pontos de vista e expressado a sua oposição ao propor uma “educação para todos”, continuou a ser, como veremos, uma educação desigual. A igualdade aprofunda as distinções em todo o sistema educativo, ampliando o seu elitismo – por outras palavras, assegurando que as escolas adaptam-se às novas exigências do *status quo*, não ultrapassam os seus limites e não criam exigências “excessivas”, exercendo pressão econômica e política sobre o Estado (Freitas, 2018).

A partir desse contexto da educação e capitalismo, Mészáros (2008) aponta que o impacto da lógica incorrigível do capital na educação tem sido significativo ao longo da evolução do sistema. Apenas o método de impor imperativos de estrutura de capital no campo da educação difere hoje dos primeiros dias difíceis da “acumulação primitiva”, dependendo da mudança das circunstâncias históricas. É por isso que hoje o significado da mudança educacional radical não pode ser outro senão romper as cadeias da lógica incorrigível do sistema: a perseguição planeada e coerente de uma estratégia para quebrar o controle do capital, utilizando todos os meios disponíveis, bem como todos os meios que ainda precisa ser inventado e com o mesmo espírito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, nota-se que a influência do neoliberalismo na educação desempenhou um papel significativo na promoção da ascensão da privatização da educação no Brasil. Isso acaba resultando na criação de escolas privadas e que, na maioria das vezes, beneficiam uma minoria privilegiada, ao mesmo tempo em que as escolas públicas enfrentam falta de financiamentos e recursos. A privatização da educação retira alunos da escola pública e os coloca em escolas privadas ou terceirizadas num livre mercado. Isso resulta no desaparecimento das escolas públicas como instituição e no surgimento de fornecedores privados de educação.

Em outro prisma, ressalta-se que no neoliberalismo a educação pode ser vista como uma mercadoria a venda onde se vende e se compra, o que pode prejudicar o direito universal à educação. Por outro lado, isso pode levar a uma visão utilitarista do conhecimento, que se estabelece em preparar o indivíduo para o mercado de trabalho em detrimento do enriquecimento intelectual. Percebe-se, nesse contexto, que a educação sob a ótica de mercado está mais voltada para gerar lucros para as instituições privadas que ofertam ensino do que

uma educação de qualidade, o que acaba afetando os estudantes e comprometendo a qualidade do ensino.

Vale destacar que a educação sob a ótica capitalista, além de visar o lucro, que é resultado de um sistema onde as instituições de educação são impulsionadas por meio dos requisitos de rentabilidade, a ideologia capitalista muitas vezes impõe valor ao individualismo e o empreendedorismo. Em suma, a educação ligada à lógica capitalista, aborda o ensino como um instrumento para o desenvolvimento econômico do sujeito ou da sociedade.

Com este estudo da questão mercadológica da educação, observa-se que a sua comercialização contribui para o aumento na desigualdade no acesso à educação. Aqueles que têm condições financeiras de pagar por uma educação com qualidade são privilegiados, enquanto os que não podem pagar por esse tipo de ensino enfrentam obstáculos significativos em suas vidas. Vale levar em conta que a influência do neoliberalismo na educação é um tema bastante complexo, com implicações profundas no acesso, na qualidade e no propósito da educação. É essencial continuar debatendo e encontrando maneiras de equilibrar os princípios do neoliberalismo em prol de uma educação mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Uberização do trabalho e capitalismo de plataforma. **Análise Social**, v. 58, n. 3 (248, p. 512-532, 2023).

BERNARDI, Liane Maria; UCZAK Lucia Hugo; ROSSI, Alexandre José. Relações do movimento empresarial na política educacional brasileira: a naturalização da associação público-privada. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 115-124

FREITAS, Luis Carlos. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas idéias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. Escola SA: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, p. 9-49, 1996.

GENTILI, Pablo. O que há de novo nas novas formas de exclusão da educação? Neoliberalismo, trabalho e educação. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 1, 1995.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2014.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. Boitempo Editorial, 2018.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** Boitempo editorial, 2019.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital.** Boitempo, 2008

PERONI, Vera Maria Vidal. **Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil.** Educação & Sociedade, v. 41, 2020.

RIKOWSKI, Glenn. **Privatização em educação e formas de mercadoria.** Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017.
<https://doi.org/10.22420/rde.v11i21.810>

RODRIGUES, Romir de Oliveira. O público e o privado na educação profissional brasileira: o caso do Pronatec. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação.** São Leopoldo: Oikos, p. 171-189, 2018.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA ESTUDANTES

O questionário para estudantes matriculados na 3ª série do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IF Goiano – Campus Ceres é precedido de breves informações pessoais, em seguida é proposta a relação de perguntas:

Identificação:

Nome (para controle do pesquisador. Será omitido na discussão e tratamento dos dados):

Faixa etária

☐ 16 anos ☐ 17 anos ☐ 18 anos ☐ 19 anos ☐ 20 ou mais

Sexo

☐ feminino ☐ masculino ☐ não binário ☐ prefiro não declarar

Cor raça/etnia

☐ amarela ☐ branca ☐ negra ☐ parda

Perfil do Entrevistado:

Quantidade de membros da família:

Renda per capita da família

☐ até um salário mínimo ☐ de um a dois salários mínimos ☐ três ou mais salários mínimos

O questionário consta de 21 questões que versam sobre as perspectivas de emancipação de jovens trabalhadores da área agropecuária no Instituto Federal Goiano - Campus Ceres. A intenção é obter dados sobre experiências dos sujeitos relativas ao percurso formativo na EPT, o contexto de agropecuária em geral situando-se na perspectiva de emancipação sob a ótica de carreira e trabalho. As respostas contribuem para a elaboração da dissertação e do produto educacional. O tempo para responder o questionário foi de aproximadamente de 30 minutos. A pesquisa teve como público alvo os estudantes da 3ª série do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio. O sujeito selecionado tem a liberdade para recusar ou se quiser omitir/declinar de alguma pergunta, também será permitido. Tendo em vistas estas razões, espera-se contar com o aceite e a colaboração do estudante selecionado para entrevista.

1. Trajetória pessoal e a experiência pessoal antes do ingresso no curso técnico em agropecuária.

2. Qual foi o principal motivo que o levou a escolher o curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio?

3. Você possui alguma conexão/relação pessoal ou familiar com a área agropecuária? Se sim, como isso influenciou sua escolha?

4. Dentre as áreas relacionadas, indique aquela que mais desperta o seu interesse dentro da agropecuária (marque apenas uma):

- () agricultura
() pecuária
() gestão rural
() tecnologias agrícolas
() outro?

5. Em sua opinião, qual é a importância exercida pela área da agropecuária na sociedade e na economia local?

6. Indique as habilidades e conhecimentos que você esperava/almejava adquirir/alcançar ao escolher esse curso?

Essas expectativas foram atendidas? () sim () não () em parte

7. Você acredita que a agropecuária desempenha um papel na promoção da sustentabilidade ambiental? () sim () não () em parte. Se sim, como?

8. Como o curso técnico em agropecuária influenciou suas visões sobre a produção de alimentos, o manejo de animais e na gestão de propriedades rurais?

9. Em sua opinião, como a tecnologia pode contribuir para o avanço da agropecuária? Você vê oportunidades de integrar tecnologia em sua futura carreira?

10. Que impacto positivo você acredita que a agropecuária pode ter nas comunidades rurais?

11. Você imagina que os conhecimentos adquiridos durante o curso técnico em agropecuária podem ser aplicados em sua futura carreira?

() sim () não () em parte

12. No Projeto Político pedagógico do curso Técnico em Agropecuária do IF Goiano - Campus Ceres consta que essa formação objetiva a emancipação dos indivíduos. Compreendendo que a emancipação resulta de uma abordagem educacional que visa capacitá-los e criar possibilidades de transformação social. Diante do exposto, você concorda com essa indicação?

() sim () não () em parte

13. Você vê/vislumbra a formação técnica em agropecuária como um meio para alcançar a emancipação pessoal, seja no aspecto da autonomia financeira ou intelectual?

() sim () não () em parte

14. Liste por ordem de importância, em sua opinião os três valores e/ou princípios que você considera mais importantes para orientar sua prática profissional.

15. A emancipação busca promover a conscientização social e o desenvolvimento da capacidade das pessoas em se tornarem indivíduos autônomos para contribuir de forma positiva em suas sociedades. Em sua opinião, quais as habilidades e os conhecimentos adquiridos ao longo do curso técnico são essenciais para se tornar uma pessoa emancipada?

16. Em sua opinião, como as tendências atuais que buscam por alimentos orgânicos e sustentáveis, podem influenciar em sua escolha/carreira na área da agropecuária?

17. Você pretende fazer cursos adicionais, participar de *workshops* ou buscar uma formação acadêmica mais avançada? Em caso afirmativo, liste ao menos uma forma/meio planejado pelo entrevistado para continuar aprendendo e se atualizando após conclusão do curso técnico.

18. Em sua opinião, qual é o principal desafio que certamente enfrentará ao ingressar no mundo do trabalho na área da agropecuária? Como pretende superá-lo?

19. O que você diria/aconselharia/recomendaria a outras pessoas que estejam considerando/avaliando o ingresso no curso técnico em agropecuária?

20. Indique/apresente a principal lição/aprendizado/legado que você gostaria de compartilhar com os alunos ingressantes no curso?

21. Finalizamos. Caso queira destacar alguma outra consideração ou comentário sobre suas motivações e expectativas em relação ao curso técnico em agropecuária, fique à vontade. Se não, agradecimentos.

Lembre-se: suas respostas serão tratadas de forma confidencial e em nenhum momento será divulgado o seu nome quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído por letras e de forma aleatória.

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO
EDUCACIONAL**

Este questionário visa a avaliação e validação do produto educacional - Memorial de Formação: Experiências Formativas dos Jovens Trabalhadores da Área Agropecuária no IF Goiano Campus – Ceres

Nome: _____

1. Em sua opinião, esse produto educacional pode despertar o interesse dos jovens do ensino fundamental pelo curso técnico em agropecuária?
☐ Sim
☐ Em parte
☐ Não

2. Quanto aos alunos do ano inicial do curso em agropecuária, você acredita que esse recurso pedagógico pode motivá-los a continuar no curso para a conclusão?
☐ Sim
☐ Em parte
☐ Não

3. De modo geral, como você avalia o produto educacional?
☐ Bom
☐ Excelente
☐ Regular

4. No espaço abaixo, registre sua avaliação ou comentário adicional relacionado ao produto educacional avaliado.

Muito obrigado pela sua colaboração!

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE ACEITE DO CAPÍTULO PARA E-BOOK



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Declaração nº 60/2025 - CCEG-MO/CEG-MO/DE-MO/CMPMHOS/IFGOIANO

DECLARAÇÃO

Eu, Fátima Suely Ribeiro Cunha, Siap n.1039927, na condição de organizadora do e-book " Educação e trabalho, utopias possíveis nos espaços da EPT, volume 4: formação docente e Práticas educativas", a ser publicada no ano de 2025, pela Editora IF Goiano, declaro que Divino Pereira Marque submeteu o texto intitulado "Educação e o mundo do trabalho sob influência do neoliberalismo: estratégias do capital na mercantilização do processo de ensino-aprendizagem", para compor um capítulo da referida obra.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.

Morrinhos, 23 de abril de 2025

(Assinado Eletronicamente)
Fatima Suely Ribeiro Cunha

1039927

PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO

Documento assinado eletronicamente por:

- **Fatima Suely Ribeiro Cunha, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO**, em 23/04/2025 01:50:29.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 23/04/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 700022
Código de Autenticação: 1bbdef2395



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Morrinhos

Rodovia BR-153, Km 633, Zona Rural, SN, Zona Rural, MORRINHOS / GO, CEP 75650-000
(64) 3413-7900

ANEXO B - TERMO DE COMPROMISSO DOS PESQUISADORES

Declaro para os devidos fins que cumpriremos os requisitos da Resolução nº 510, de 07/04/2016, e documentos complementares na execução da pesquisa intitulada “A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E O TRABALHO: PERSPECTIVAS DE EMANCIPAÇÃO DE JOVENS TRABALHADORES DA ÁREA AGROPECUÁRIA NO INSTITUTO FEDERAL GOIANO – CAMPUS CERES”.

Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não, de acordo com o previsto no respectivo projeto de pesquisa submetido na plataforma Brasil.

Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima identificado, conforme estabelecido pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Ceres-GO, 19 de setembro de 2023

(Assinado Eletronicamente)

Divino Pereira Marques
Mestrando do ProEPT
Pesquisador Responsável e Coordenador do Projeto

(Assinado Eletronicamente)

Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza
Participante e Orientador da Pesquisa

Documento assinado eletronicamente por:

- Jose Carlos Moreira de Souza, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 19/09/2023 15:24:06.
- Divino Pereira Marques, ADMINISTRADOR, em 19/09/2023 15:22:34.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 19/09/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 532537

Código de Autenticação: 76226289bf



ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DO REITOR DO IF GOIANO

O reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Prof. Dr. Elias de Pádua Monteiro, está de acordo com a realização, nesta instituição, da pesquisa “A Educação Profissional e Tecnológica e o Trabalho: Perspectivas de Emancipação de Jovens Trabalhadores da Área Agropecuária no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres.”, de responsabilidade do pesquisador Divino Pereira Marques, sob orientação do Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza, com finalidade de levantamento de dados para a pesquisa de mestrado, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, do IF Goiano – CEP/IF GOIANO.

Ciente de que o pesquisador se comprometeu em cumprir todas as Resoluções Éticas Brasileiras relacionadas à pesquisa com seres humanos, em especial, nos termos da Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. O estudo envolve a obtenção de dados de estudantes matriculados na 3ª série do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IF Goiano – Campus Ceres, a serem obtidos via entrevistas semiestruturadas e exploração documental. A pesquisa terá duração de 12 meses, com previsão de início para abril de 2024.

Ceres-GO, 26 de setembro 2023.

(Assinado Eletronicamente)

Elias de Pádua Monteiro
Reitor do IF Goiano

Documento assinado eletronicamente por:

■ Elias de Pádua Monteiro, REITOR(A) - CD0001 - IFGOIANO, em 26/09/2023 13:21:01.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/09/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 534477

Código de Autenticação: 2d15d443f8



ANEXO D – AUTORIZAÇÃO DO DIRETOR GERAL DO CAMPUS CERES

O diretor geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Campus Ceres, Prof. Dr. Cleiton Mateus Sousa, está de acordo com a realização, nesta instituição, da pesquisa “A Educação Profissional e Tecnológica e o Trabalho: Perspectivas de Emancipação de Jovens Trabalhadores da Área Agropecuária no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres”, de responsabilidade do pesquisador Divino Pereira Marques, sob orientação do Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza e, com finalidade de levantamento de dados para a pesquisa de mestrado, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, do IF Goiano – CEP/IF GOIANO.

Ciente de que o pesquisador se comprometeu em cumprir todas as Resoluções Éticas Brasileiras relacionadas à pesquisa com seres humanos, em especial, nos termos da Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. O estudo envolve obtenção de dados de estudantes do IF Goiano – Campus Ceres, a serem obtidos via entrevistas semiestruturadas e exploração documental. A pesquisa terá duração de 12 meses, com previsão de início para abril de 2024.

Ceres-GO, 20 de setembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)
Cleiton Mateus Sousa
Diretor Geral do IF Goiano – Campus Ceres

Documento assinado eletronicamente por:

▪ Cleiton Mateus Sousa, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - CMPCE, em 20/09/2023 18:04:27.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 19/09/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 532526

Código de Autenticação: 97e4948200



ANEXO E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa intitulada: “*A Educação Profissional e Tecnológica e o Trabalho: Perspectivas de Emancipação de Jovens Trabalhadores da Área Agropecuária no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres*”. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do Pesquisador responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável: Divino Pereira Marques, telefone: 62 99347-3831 ou pelo e-mail divino.marques@ifgoiano.edu.br. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada à pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº 310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 3605 3664 ou pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br.

1. Justificativa, objetivos e procedimentos.

Através da presente pesquisa, buscamos compreender as concepções apreendidas no percurso formativo da EPT pelos estudantes matriculados na 3ª série do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio do IF Goiano – Campus Ceres, a saber: como ocorre o processo de adaptação num curso técnico de período integral, as relações com colegas de curso, as dificuldades, as diferenças culturais e se as experiências no ambiente escolar vieram a contribuir no processo de formação humana e na perspectiva de emancipação desses sujeitos.

Essa pesquisa se dá pelo anseio em compreender o processo de formação dos sujeitos selecionados para compor a pesquisa. Por meio de dados obtidos nas entrevistas, os sujeitos da pesquisa têm a possibilidade de revelar percepções e situações vivenciadas nas dependências do campus, que poderão trazer informações que vão além do fator socioeconômico, mas que dialogue com uma formação humana, ampla, valendo-se dos princípios da *omnilateralidade*. Vale ressaltar ainda, que a importância da pesquisa poderá ser aferida no processo de amadurecimento intelectual do servidor TAE no curso em que está matriculado e que se propõe a realizá-la no campus em que atua.

Os objetivos deste trabalho pressupõem em apreender a perspectiva de emancipação de jovens trabalhadores da área agropecuária no IF Goiano - Campus Ceres; Identificar as

motivações dos sujeitos participantes da pesquisa quanto à escolha do percurso formativo em EPT, sobretudo no curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio; Identificar as perspectivas de atuação/carreira profissional dos sujeitos selecionados para a investigação; Verificar os anseios dos estudantes no percurso formativo na Educação Profissional e Tecnológica; Elaborar um Memorial de Formação como proposta de Produto Educacional que expresse as experiências formativas dos estudantes participantes da pesquisa em formato de cartilha, de forma ilustrativa e informativa, de modo que possa socializar as histórias e trajetórias dos estudantes do curso estudado nessa investigação, o que pode contribuir para que outros sujeitos da classe trabalhadora, ao ver o produto, possam se identificar e despertar o interesse em frequentar e concluir o curso objeto deste estudo e se identificar pela luta em prol de seus ideais de vida.

O instrumento de coleta de dados será aplicado em forma de entrevistas semiestruturadas pré-agendadas com estudantes matriculados na 3ª série do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio, dentro de um recorte temporal que compreenderá o período letivo de fevereiro a dezembro de 2024.

2. Desconfortos, riscos e benefícios.

A presente pesquisa não apresenta nenhum risco físico, psíquico, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual aos seus participantes, porém, é possível que haja pequenos riscos de caráter emocional, tendo em vista que a aplicação de entrevistas possa vir a desencadear no participante, algum tipo de desconforto relacionado ao resgate de memórias, traumas, vergonha, ansiedade, incômodo pelo fato de estarem expondo suas opiniões e receio de ser identificado, frustração, cansaço, aborrecimento devido ao tempo de dedicação na realização da atividade proposta, relatos de momentos difíceis e que podem culminar em algum tipo de tristeza.

Para tal, o pesquisador adotará todos os cuidados éticos na elaboração das perguntas (dispostas em forma de entrevista) bem como na sua aplicação, visando minimizar esses possíveis danos e desconfortos descritos acima. Reafirmamos então, que as identidades dos participantes serão guardadas em sigilo, manteremos a confidencialidade das informações resguardadas. Caso ocorra confirmação de qualquer uma dessas eventualidades citadas ou algum risco ou danos a qualquer participante do estudo, a pesquisa será interrompida imediatamente. Os benefícios para os estudantes participantes serão: recordação de momentos vividos na instituição, reconhecimento de sua identidade enquanto cidadão crítico e autônomo, possibilidade de compartilhar experiências com outros estudantes, contribuirá também para o fortalecimento dos laços do estudante com a instituição.

Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Os participantes terão acesso ao responsável pela pesquisa, por meio virtual, presencial ou reunião pré-agendada para esclarecimento de eventuais dúvidas. Caso algum participante apresente algum problema será encaminhado para tratamento adequado com a equipe multiprofissional da Assistência Estudantil do campus, composta por: médico, psicóloga, assistente social, enfermeira, dentista, nutricionista e assistente de alunos que poderão dar o suporte necessário em caso de algum desconforto.

3. Forma de acompanhamento e assistência.

Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Caso você apresente algum problema será encaminhado para tratamento adequado no centro médico do campus, por meio da equipe multiprofissional. Quaisquer outros danos físicos ou materiais que porventura ocorram, o pesquisador se compromete a saná-los, com a máxima brevidade possível.

4. Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo.

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados acima. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

5. Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso você, participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, o pesquisador garante indenizá-lo por todo e qualquer gasto ou prejuízo.

Dessa forma, o pesquisador responsável pela pesquisa evidencia que serão respeitados todos os princípios éticos, quanto à pesquisa que envolva seres humanos, portanto serão seguidas todas as recomendações feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (CEP/IF Goiano) e assumidos todos os compromissos éticos necessários para a realização da pesquisa científica e para o desenvolvimento do produto educacional.

O Sistema CEP/CONEP é formado pela CONEP (instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos) e pelos CEP (Comitês de Ética em Pesquisa), instâncias regionais dispostas em todo território brasileiro. A CONEP possui autonomia para a análise ética de protocolos de pesquisa de alta complexidade e em projetos de pesquisa propostos pelo Ministério da Saúde, e suas formas de contato, conforme Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, inciso IX: Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h.

6. Local de realização da entrevista e tempo estimado.

A coleta de dados provenientes de sua participação na pesquisa se dará pela utilização de uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas, sendo que os dados coletados serão analisados e utilizados exclusivamente pelo pesquisador para a escrita da sua dissertação de mestrado. O local a ser realizada a pesquisa será no IF Goiano – Campus Ceres, em uma sala que será requisitada ao setor de Coordenação Pedagógica. Caso o participante não possa se deslocar até o campus, a entrevista poderá ocorrer via aplicativo de comunicação audiovisual, ocasião em que serão assinados e compartilhados os termos de pesquisa e a gravação da entrevista para posterior transcrição e tratamento. O tempo estimado para a realização da entrevista é de aproximadamente de 40 minutos para cada participante.

7. Permissão de uso: Som e imagem

O uso de som e imagem poderão se dar das seguintes formas: a) via fotos a serem publicadas na dissertação; b) ao utilizar algum aplicativo de comunicação audiovisual durante as entrevistas (caso o participante não consiga se deslocar até a instituição para realização da entrevista de forma presencial); c) por meio de gravador de voz no momento da coleta de dados, quando feita de forma presencial; d) no Produto Educacional intitulado “Memorial de Formação” que será produzido pelo pesquisador Divino Pereira Marques, nele poderão ser publicadas algumas imagens dos estudantes participantes da pesquisa. O produto educacional é um dos requisitos para obtenção do título de mestrado pelo ProfEPT, sendo que o material produzido não trará qualquer ônus para o proprietário da imagem ou para o produtor.

- () Sim, autorizo a gravação E/OU divulgação da minha imagem e/ou voz;
- () Não, não autorizo a gravação E/OU divulgação da minha imagem e/ou voz;
- () Autorizo a gravação mas não a divulgação de minha imagem e/ou voz.

Para participantes maiores de 18 anos:

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____ estou de acordo em participar da pesquisa intitulada “A Educação Profissional e Tecnológica e o Trabalho: Perspectivas de Emancipação de Jovens Trabalhadores da Área Agropecuária no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres”, de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

Ceres, _____ de _____ de 20 _____

Divino Pereira Marques
Assinatura do responsável pela pesquisa

Assinatura do (a) estudante participante